



Hinc patriam sustinet

Instituto Superior de Agronomia
Universidade Técnica de Lisboa

ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE UMA PARCELA DO LITORAL ALGARVIO

Caso de Estudo: A Praia da Luz, Lagos

Nádia Fernandes Gomes Correia

Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em

Arquitectura Paisagista

Orientador: Mestre Arquitecto Paisagista Nuno Joaquim Costa Cara de Anjo Lecoq

Júri:

Presidente: Doutor Luís Paulo Almeida Faria Ribeiro, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Vogais: Licenciado Pedro Miguel Ramos Arsénio, Assistente do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, na qualidade de especialista;

Licenciado Nuno Joaquim Costa Cara de Anjo Lecoq, Assistente Convidado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa

Lisboa, 2012

O Algarve é um jardim. Não é igual ao do Minho, mas possui a sua feição e beleza próprias (...), sem rival em outra parte do país (...). Mas, sobretudo, esse extremo sul de Portugal possui os mais formosos trechos de costa marítima, que podem encontrar os olhos dos que amam a grandiosa e sugestiva paisagem do mar. (...) Há o antigo, que desde os tempos pré-históricos, de que o falecido investigador algarvio Estácio da Veiga escreveu uma longa história, até aos vestígios árabes e romanos, servindo, portanto, para todos os paladares de arqueólogos; há os costumes, apresentando as mais curiosas sobrevivências; há a paisagem, que encanta pela sua beleza e variedade, desde os campos de trigo e das vinhas até aos olivais e às quintas opulentas de árvores frutíferas, desde os deliciosos caminhos bordados de amendoeiras ou sobreiros de eucalyptos até à campina atapeada de flores.

Revista *Ilustração Portuguesa*, 1908

AGRADECIMENTOS

Para concretização deste trabalho, foram fundamentais a ajuda e a colaboração de diversas pessoas, às quais não posso deixar de agradecer.

Ao Professor Nuno Lecoq, expresse o meu sincero reconhecimento e agradeço a disponibilidade para orientar a tese e comigo partilhar os seus vastos e valiosos conhecimentos, guiando-me com simpatia, estima, sábias palavras e motivação constante.

Ao Professor Pedro Arsénio, pela disponibilidade e partilha de indispensáveis conhecimentos.

Ao Arquitecto António João Herdeiro, pela disponibilidade e pela ajuda prestada na fase inicial de pesquisa, no Instituto Geográfico Português.

Ao urbanista Jorge Cardoso, pela disponibilidade e pelo acompanhamento prestado na fase de pesquisa desenvolvida na Câmara Municipal de Lagos.

Ao Sr. Silvestre Marchão Ferro, membro da Comissão Municipal de Toponímia de Lagos, por me ter recebido e partilhado um saber tão genuíno e dedicado a esta localidade.

Ao Arquitecto Pedro Magalhães, pela colaboração e pelo importante testemunho.

Ao Arquitecto António Marques, por ter partilhado os seus importantes conhecimentos sobre a área e o tema.

Ao Dr. Nuno Marques, agradeço a amabilidade, bem como as relevantes informações e conhecimentos transmitidos.

À Engenheira Laurinda Seabra, pela pronta ajuda na divulgação do estudo, pelo interesse e agradável disponibilidade.

Ao Francisco O'Neill Cortes, ao Diogo Branco e ao Pedro Gonçalves, pela preciosa ajuda prestada em momentos fulcrais do desenvolvimento deste trabalho.

À Ana Isabel Ferreira, pela ajuda indispensável e incansável, fundamental na recta final deste trabalho.

A todos aqueles que aceitaram colaborar com este estudo, tornando-o mais rico, através de preenchimento do inquérito *online*.

Aos amigos e às amigas, do curso de Arquitectura Paisagista e da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Agronomia, pelo encorajamento e bons momentos partilhados, não só nesta fase, mas ao longo de todo o percurso académico. Ao *mui nobre* ISA e a todos os que dele fazem parte, por ter sido a minha segunda casa e pelo marco que indubitavelmente constituiu, na minha formação.

Aos meus pais, por tudo o que me transmitiram e proporcionaram. Ao Manuel e ao Pedro por tornarem esta fase mais leve e divertida. À Nadine e à Vanessa pelo apoio e partilha de saberes.

RESUMO

A presente investigação tem como objectivo principal o estudo de uma parcela do litoral algarvio, nomeadamente a Praia da Luz, situada no concelho de Lagos. Para desenvolver o estudo, foi analisada cartografia relevante e os produtos Corine Land Cover (2000 e 2006) e a Carta de Ocupação do Solo (1990 e 2007), tendo igualmente sido realizadas entrevistas a decisores locais e inquirida a população. Procurou-se conhecer não só a evolução a nível do solo e do território, mas também a nível dos instrumentos legais que orientam as intervenções desencadeadas, assim como as actividades económicas predominantes. Em traços gerais, constata-se que, de 1947 a 2007, ocorreu um aumento do tecido urbano, incluindo tecido urbano descontínuo, acompanhado de uma redução dos sistemas culturais parcelares complexos, dando a paisagem de pomares e sequeiro lugar a uma paisagem modificada, com forte componente turística. A criação e adequação de instrumentos legais afigura-se urgente, para regular intervenções futuras, que combatam a descaracterização da paisagem e solucionem problemas de ordenamento do território.

Palavras-Chave: Paisagem do Litoral, Praia da Luz, Instrumentos de Gestão Territorial, Corine Land Cover, Carta de Ocupação do Solo, Tecido urbano descontínuo

ABSTRACT

This investigation main objective is to study a portion of the Algarve coast, namely Praia da Luz, located in the municipality of Lagos. To develop this study, relevant cartography, Corine Land Cover products (2000 and 2006) and the Land Use mapping (1990 and 2007) have been analysed, and interviews to local decision makers, as also as an inquiry to the population, were carried out. The evolution of soil and territory, but also in what concerns to legal instruments that guide interventions undertaken, as well as the predominant economic activities, were studied. Broadly speaking, results show that, from 1947 to 2007, an increase of the urban fabric and discontinuous urban fabric occurred, accompanied by a partial reduction of complex cultural systems, with a change in landscape, evolving from orchards and rainfed trees to an uncharacterized and predominantly touristic landscape. The creation and adjustment of legal instruments is urgent, to properly regulate future interventions that tackle the mischaracterization of landscape and solve problems of regional planning.

Keywords: Coastal Landscape, Praia da Luz, Territorial Legal Instruments, Corine Land Cover, Land Use Mapping, Discontinuous Urban Fabric

EXTENDED ABSTRACT

This investigation intends to reflect about the evolution occurred in a portion of the Algarve coast. Praia da Luz, located in the municipality of Lagos, has been considered a relevant area to study, due to the transformations that this area recently experienced, across the years.

In the first part of this thesis, a small introduction is written, referring the purpose of the study and the actual state of this matter, namely in what concerns to legal instruments and the place being studied.

The second part of this study is all about Landscape, its definition, the existent and more relevant considerations about landscape and its typologies. In this section, legal instruments affecting landscape are also mentioned, as well as territorial planning and management. Also in this section, touristic activity in Algarve is briefly described and it finalizes with a reflection about new emerging concepts in this field.

The third part is about the main objectives of the study and investigation questions – what intervention has been held in Praia da Luz; what territorial management instruments do guide the interventions developed; what are the impacts of implemented strategies and what priorities should be considered for future intervention in this area.

The fourth part describes the methodology adopted to conduct this study, including cartography analysis, interviews conduction and an inquiry application.

The case study chapter, main part of this thesis, included a geographical description of the land; a demographic explanation; a detailed study existing legal instruments affecting Praia da Luz and the analysis of cartography. More specifically, seven different cartography elements, from different time periods (from 1947 to 2007) were studied, and Corine Land Cover products (2000 and 2006) and the Land Use mapping (1990 and 2007) were analysed. All results were integrated and complemented with local decision makers and inhabitants' perspectives and points of view. The evolution of soil and territory, the legal instruments adopted and the predominant economic activities were all studied. Main results show that in the period of time in study, there was a considerable incensement of urban fabric, specifically discontinuous urban fabric, accompanied by a reduction of complex cultural systems. Across this period, landscape changed – in areas where orchards and rainfed trees were predominant, an uncharacterized and mostly touristic landscape has risen. The creation and the adjustment of legal instruments is urgent, in order to control and regulate territorial interventions, trying to minimize the impacts of actions that conducted to a mischaracterization of landscape and created several problems of regional planning.

Finally, some conclusions are presented. In a new future, we need to understand landscape in a different way and to better articulate different services, activities, decisions and instruments, looking at land functions and potentialities and seeking its preservation and prosperity.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	4
ABSTRACT.....	5
EXTENDED ABSTRACT.....	6
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE ABREVIATURAS	12
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. PAISAGEM – DO CONCEITO AOS NOVOS DESAFIOS	14
2.1 Conceitos de Paisagem	14
2.2 Tipologias da Paisagem	15
2.3 Paisagem e Enquadramento Legal.....	16
2.4 Planeamento e Ordenamento do Território	17
2.5 O Algarve e a Actividade Turística.....	20
2.6. Conceitos Emergentes e Desafios da Actualidade	22
3. OBJECTIVOS	24
4. METODOLOGIA.....	25
5. CASO DE ESTUDO	28
5.1 Localização geográfica e caracterização.....	28
5.2 Enquadramento Histórico.....	30
5.3 Enquadramento Demográfico.....	33
5.4 Instrumentos de Gestão Territorial.....	35
5.5 Análise Cartográfica	38
5.5.1 A freguesia da Luz - Dados do produto Corine Land Cover	42
5.5.2 A freguesia da Luz - Dados da Carta de Ocupação do Solo	44
5.5.3 A vila da Luz - Dados do produto Corine Land Cover.....	48
5.5.4 A vila da Luz - Dados da Carta de Ocupação do Solo	52
5.6 Entrevistas a técnicos e decisores locais.....	61
5.7 Inquéritos – a opinião da população.....	62
5.8 Dados do Turismo	66
6. CONCLUSÕES.....	69
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
8. ANEXOS.....	75
ANEXO I.....	75
CARTOGRAFIA.....	75

ANEXO II.....	88
ANÁLISE DE DADOS.....	87
ANEXO III	108
ENTREVISTAS E INQUÉRITOS	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Sistema de Gestão Territorial e sua organização nos vários âmbitos	19
Quadro 2 - Princípios gerais das políticas públicas de turismo e seus campos de actuação	21
Quadro 3 – População (número de indivíduos) registados no concelho de Lagos, entre 1900 e 2011	35
Quadro 4 - Surgimento do Plano Director Municipal nos concelhos do litoral algarvio	36
Quadro 5 - Instrumentos afectos à vila da Luz	37
Quadro 6 - Intersecção dos dados de 2000 e de 2006 da Corine Land Cover para a vila da Luz	48
Quadro 7 - Influência dos turistas estrangeiros na Hotelaria, a nível nacional e na região do Algarve, em 1999.....	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrada para a Praia da Luz, anos 20/30 (Fonte: arquivo pessoal do Sr. Silvestre Marchão Ferro).....	28
Figura 2 - Localização geográfica da região do Algarve, do concelho de Lagos e da freguesia e vila da Luz	29
Figura 3 - Fábricas de peixe existentes junto à praia nos anos 20/30 (Fonte: arquivo pessoal do Sr. Silvestre Marchão Ferro)	30
Figura 4 - Actividade piscatória na Praia da Luz, anos 20/30 (Fonte: arquivo pessoal do Sr. Silvestre Marchão Ferro).....	31
Figura 5 - Postal ilustrado da Praia da Luz, anos 20/30 (Fonte: arquivo pessoal do Sr. Silvestre Marchão Ferro).....	32
Figura 6 - Ruínas romanas existentes na Praia da Luz, Agosto de 2011 (Fonte: autor).....	33
Figura 7 - Mapa ilustrativo do surgimento do Plano Director Municipal nos concelhos do litoral algarvio	36
Figura 8 - Fotografia aérea e levantamento do edificado existente em 1947.....	39
Figura 9 - 1ª Edição da Carta Militar de Portugal e levantamento do edificado existente em 1952	39
Figura 10 - Fotografia aérea e levantamento do edificado existente em 1969.....	39
Figura 11 - 2ª Edição da Carta Militar de Portugal e levantamento do edificado existente em 1978.....	39
Figura 12 - Fotografia aérea e levantamento do edificado existente em 1997.....	40
Figura 13 - Fotografia aérea e levantamento do edificado existente em 2002.....	40
Figura 14 - 3ª Edição da Carta Militar de Portugal e levantamento do edificado existente em 2005.....	40
Figura 15 - A) Variação do índice de edificado, para os três aglomerados existentes e para a freguesia da luz, entre 1952 e 2005; B) Percentagem de edificado em cada aglomerado, relativamente à construção total da freguesia da Luz, entre 1952 e 2005	41
Figura 16 - Estimativas de evolução no período 2000-2030 para a freguesia da Luz, construída com base nos produtos Corine Land Cover 2000 e Corine Land Cover 2006	43
Figura 17 - Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 448,9 ha mistos de pomares existentes em 1990.....	45
Figura 18 - Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 77,7 ha mistos de pomares e vinhas existentes em 1990	46
Figura 19 - Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 1,2 ha de pinheiro bravo com grau de coberto superior a 50% existentes em 1990.....	47
Figura 20 - Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 1,2 ha de outros espaços fora do tecido urbano consolidado existentes em 1990.....	48
Figura 21 - Estimativa de evolução da agricultura com espaços naturais e semi-naturais no período 2000-2030 para a vila da Luz	49
Figura 22 - Estimativa de evolução das áreas em construção no período 2000-2030 para a vila da Luz.....	50
Figura 23 - Estimativa de evolução das culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes no período 2000-2030 para a vila da Luz.....	50
Figura 24 - Estimativa de evolução do oceano no período 2000-2030 para a vila da Luz.....	51
Figura 25 - Estimativa de evolução dos sistemas culturais e parcelares complexos no período 2000-2030 para a vila da Luz.....	51
Figura 26 - Estimativa de evolução do Tecido urbano descontínuo no período 2000-2030 para a vila da Luz	51
Figura 27 - Estimativas de evolução no período 2000-2030 para a vila da Luz, construída com base nos produtos Corine Land Cover 2000 e Corine Land Cover 2006.....	52
Figura 28 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 5,5 ha de alfarrobeiras existentes em 1990.....	53

Figura 29 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 15,1 ha de amendoeiras e cultura anual existentes em 1990	53
Figura 30 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 9,5 ha de culturas anuais de sequeiro e pomares existentes em 1990	53
Figura 31 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 52,9 ha mistos de pomares existentes em 1990.....	54
Figura 32 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 78 ha mistos de pomares e cultura anual existentes em 1990	54
Figura 33 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 7,9 ha de pomares abandonados existentes em 1990.....	55
Figura 34 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 2,7 ha de praia, dunas, areais e solos sem cobertura vegetal existentes em 1990	55
Figura 35 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 2,7 ha de sequeiro existentes em 1990	56
Figura 36 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 26 ha de sistemas culturais e parcelares complexos existentes em 1990.....	56
Figura 37 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 71,7 ha de tecido urbano descontínuo existentes em 1990	57
Figura 38 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 39,9 ha de vegetação arbustiva baixa (matos) existentes em 1990	57
Figura 39 - Vila da Luz: ocupação do solo em 1990.....	58
Figura 40 - Vila da Luz: ocupação do solo em 2007.....	59
Figura 41 - Vista geral da Praia da Luz, anos 20/30 (Fonte: arquivo pessoal do Sr. Silvestre Marchão Ferro).....	60
Figura 42 - Praia da Luz, anos 20/30 (Fonte: arquivo pessoal do Sr. Silvestre Marchão Ferro)	60
Figura 43 - Praia da Luz, Janeiro de 1999 (Fonte: autor).....	60
Figura 44 - Zona da praia ao fundo, anos 20/30 (Fonte: arquivo pessoal do Sr. Silvestre Marchão Ferro).....	60
Figura 45 - Zona da praia ao fundo, Agosto de 2011 (Fonte: autor)	60
Figura 46 - Idade dos inquiridos.....	63
Figura 47 - Sexo dos inquiridos.....	63
Figura 48 - Ligação dos inquiridos à vila da Luz.....	63
Figura 49 - Ligação dos inquiridos à vila da Luz.....	63
Figura 50 - Caracterização da vila da Luz da actualidade	65
Figura 51 - Ex-líbris da vila da Luz.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS

AJF - Arquitecto - Junta de Freguesia da Luz (entrevistado)

APU - Arquitecto - Plano de Urbanização da Vila da Luz (entrevistado)

CAOP - Carta Administrativa Oficial de Portugal

CLC - Corine Land Cover

COS - Carta de Ocupação do Solo

DGOTDU - Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

PDM - Plano Director Municipal

PEOT - Plano Especial de Ordenamento do Território

PIOT - Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território

PMOT - Plano Municipal de Ordenamento do Território

PNPOT - Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território

POAAP - Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas

POAP - Plano de Ordenamento de Áreas Protegidas

POOC - Plano de Ordenamento da Orla Costeira

PP - Plano de Pormenor

PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território

PS - Plano Sectorial com Incidência Territorial

PU - Plano de Urbanização

UCML - Urbanista - Câmara Municipal de Lagos (entrevistado)

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação surge no âmbito da realização de Mestrado em Arquitectura Paisagista, no Instituto Superior de Agronomia.

A paisagem assumiu, desde sempre, grande relevância não só na vida, mas também no desenvolvimento das populações. Não obstante, apenas recentemente começou a ser encarada a sua autenticidade, sendo abordada de forma mais completa. Até ao séc. XVIII a paisagem era analisada apenas pelo seu aspecto visual. Com o passar dos tempos, mais recentemente, passou a encarar-se a paisagem como um recurso e como estando na base de tudo o que nos rodeia (Salgueiro, 2001).

A escolha do tema de estudo prende-se com um interesse por questões de ordenamento e planeamento da paisagem, aliada à afinidade com o litoral algarvio, mais concretamente com o barlavento algarvio. Concomitantemente, estas são questões no campo da Arquitectura Paisagista verdadeiramente actuais e que foram alvo de uma crescente atenção por parte da sociedade em geral.

O Algarve assistiu, por um largo período de tempo, à ausência de Instrumentos de Gestão Territorial que regessem as intervenções desencadeadas no território. Embora actualmente exista uma maior consciencialização para a importância da existência de políticas de ordenamento e planeamento da paisagem, continua a ser fundamental apostar numa constante adaptação e interligação dos vários instrumentos legais, em prol do correcto desenvolvimento do território.

O território algarvio constitui, pelo anteriormente exposto, um interessante contributo para o aprofundamento destas questões.

No âmbito da iniciativa anual do Conselho da Europa e da União Europeia, têm vindo a realizar-se as Jornadas Europeias do Património, cuja finalidade é a de contribuir para a sensibilização da população para a importância de valores associados ao património local. Cabe ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico coordenar o plano de actividades anual, a nível nacional, bem como decidir o tema. No ano de 2011, o tema em análise refere-se ao “Património e Paisagem Urbana”.

A Praia da Luz, vila pertencente ao concelho de Lagos, com importante património e riqueza histórica, tem sido alvo de várias alterações ao longo dos anos, apresentando-se actualmente modificada em relação à vila de outrora. Assim, o seu estudo não só se enquadra no tema das Jornadas Europeias do Património (largamente debatido no ano de 2011), como também permitirá abordar questões actuais e constituir bases para se pensarem e delinearem estratégias locais de desenvolvimento.

Em primeiro lugar, é elaborado um enquadramento conceptual e, numa fase seguinte, apresentado o Caso de estudo.

2. PAISAGEM – DO CONCEITO AOS NOVOS DESAFIOS

O que mais há na terra, é paisagem. Por muito que do resto lhe falte, a paisagem sempre sobrou, abundância que só por milagre infatigável se explica, porquanto a paisagem é sem dúvida anterior ao homem, e apesar disso, de tanto existir, não se acabou ainda. Será porque constantemente muda: tem épocas no ano em que o chão é verde, outras amarelo, e depois castanho, ou negro (...). Mas isso depende do que no chão se plantou e cultivava, ou ainda não, ou já não, ou do que por simples natureza nasceu, sem mão de gente, e só vem a morrer porque chegou o seu último fim.

José Saramago, *Levantado do Chão*

A actuação e intervenção, por parte do Arquitecto Paisagista, deve assumir-se como transversal e multidisciplinar, sendo fundamental a apreensão de informação relevante, proveniente de vários domínios e áreas do conhecimento, por forma a substanciar e consolidar as suas futuras propostas.

A paisagem, conceito complexo, surge como unidade de estudo e de intervenção em Arquitectura Paisagista, a qual proporciona uma actuação directa sobre a natureza, através do planeamento, da concepção e da construção da paisagem, em que é visada a satisfação de necessidades humanas, através de princípios funcionais, estéticos, ecológicos, sociais e económicos (Andresen, 1992).

2.1 Conceitos de Paisagem

Perante a dificuldade em definir, de forma universal, o conceito de paisagem, torna-se fundamental recorrer a vários autores e profissionais, de modo a tornar mais explícita a complexidade que lhe está associada. De facto, desde o século XVII até à actualidade, têm sido atribuídos a este conceito diversos significados e definições, sendo-lhe associados componentes de natureza objectiva e de natureza subjectiva.

Embora etimologicamente originado na pintura, o conceito de paisagem é resultante da interacção espacial e temporal entre um dos seus componentes bióticos (i.e., o ser humano) e os demais componentes. Assim, a paisagem remete para a evolução da relação entre os seres humanos e a natureza. A palavra, em si, tem uma origem pictórica, mas a sua utilização, principalmente através da geografia e da arquitectura paisagista, adquiriu desde o século passado uma conotação territorial (Andresen, 1992).

Para Alfaiate (2000), a paisagem pode definir-se como um lugar dinâmico, uma memória, composta por unidades cuja existência e coerência se compreendem em referência a um contexto, determinando-se mutuamente. Assim, a paisagem refere-se a um espaço que se

define no tempo, discorre da forma como o interpretamos e permite entender cada momento como sequência do passado e antecipação do futuro. De forma semelhante, Ribeiro Telles (2002) afirma que a paisagem contém traços físicos do passado e sistemas há muito humanizados, acrescentando a referência à prevalência de formas naturais de biodiversidade.

Telles (1999) refere, ainda, que a paisagem é uma extensão viva das comunidades existentes num território. Segundo o autor, rupturas no sistema rural, provocadas pelo crescimento da agricultura extensiva dos povoamentos florestais mono-específicos, ou devido ao traçado de vias rápidas e auto-estradas, têm consequências muito graves, provocando um corte no território. Quando tais rupturas atingem apenas parte da unidade e da interligação dos sistemas, ocorre o colapso total.

De acordo com Magalhães (2001), a paisagem deve adquirir um significado holístico, que envolva o substrato físico, os seres vivos e o homem, dando origem a uma imagem portadora de múltiplos significados. Não obstante o trabalho e os esforços desenvolvidos ao longo de gerações, a paisagem actual caracteriza-se por um desarranjo, provocado pela implantação de diversas actividades, em espaços fragmentados, sem qualquer estruturação ou respeito pela ecologia ou pelos conhecimentos adquiridos. A busca pelo progresso e pelo modernismo terão provocado uma excessiva densificação da paisagem, com inevitáveis consequências nefastas.

No seguimento das transformações que a paisagem tem experimentado, emergiu, no fim do século XIX, o conceito de paisagem global, ou paisagem globalizante, como sendo aquela em que, sobre um substrato natural, é exercida a acção humana. Este conceito, mais recentemente, tem sido sobretudo impulsionado por Gonçalo Ribeiro Telles (1994, cit. por Magalhães, 2001, p. 319), que reforça, também, a necessidade do espaço rural e o espaço urbano se articularem, estabelecendo um *continuum naturale*, de modo a que, sem perderem as suas características próprias e funcionamento autónomo, possam servir os interesses comuns da sociedade, respeitantes quer ao mundo rural, quer à vida urbana, compatibilizando-os e pondo fim à dicotomia existente.

Para Pedro George (2001) é precisamente a conflitualidade existente na interacção entre o homem e a natureza que permite a evolução da paisagem.

Segundo Nuno Lecoq (2002), a paisagem pode ser apontada como variável do ordenamento do território, como factor de identidade regional e como instrumento de consciencialização política e administrativa, permitindo aferir sobre a saúde de um território.

2.2 Tipologias da Paisagem

Para Magalhães (1994, 2001), as tipologias da paisagem devem ser analisadas consoante a paisagem em estudo seja urbana ou rural. De acordo com a autora, o lugar criado pelo homem

não pode resultar do livro arbítrio, tendo que ter uma estrutura. Tal estrutura é composta por vários elementos: pontos (i.e., praças, largos, edifícios, centros, árvores isoladas), linhas (percursos, perspectivas, alinhamentos de árvores ou de edifícios) e áreas (englobando diferentes tipos de tecido urbano ou rurais). Cada elemento apresenta diferentes tipologias, conforme a zona em que está inserido. As tipologias pertencentes a um determinado lugar são particularmente estáveis, permanecendo ao longo do tempo e apresentando pequenas variações, de região para região. A combinação dos diferentes elementos é responsável pela imagem de um lugar, permitindo a identificação com o mesmo.

Para a autora acima referida, na paisagem urbana, as tipologias referem-se à relação entre espaço edificado e espaço não-edificado, definindo o tecido urbano. Na paisagem rural, ou no espaço urbano não-edificado, as tipologias referem-se à relação entre volumes e superfícies, podendo os volumes ser compostos por massas de vegetação ou por elementos edificados, sendo as suas superfícies revestidas por vegetação ou materiais inertes. Assim, o entendimento da paisagem segundo tipologias decorre de uma abordagem morfológica, completando-a.

Atendendo às tipologias do espaço exterior e considerando as tipologias tradicionais da paisagem determinadas por condicionantes ecológicas e culturais, pode considerar-se a existência de espaço fechado (ocupado por volumes de vegetação densa, ao nível das copas como ao nível de maciços de arbustos densos), espaço aberto (espaço de alguma dimensão, sem vegetação ou com vegetação de revestimento como prado ou relvado, onde existe sensação de espaço aberto, embora contido entre limites), espaço ilimitado (espaço onde não se vêem ou não se sentem limites, devido à grande extensão de céu visível), espaço pontuado (espaço aberto com pontuações compostas por arbustos ou elementos edificados isolados) e espaço compartimentado (espaço aberto compartimentado por planos verticais, constituídos por alinhamentos de árvores, sebes mortas ou vivas, ou muros) (Magalhães, 2001).

Para além das tipologias do espaço exterior, Magalhães (2001) distingue também tipologias dos limites do espaço não edificado, entre as quais limite fechado (fechado totalmente, por vegetação ou elementos construídos), limite permeável (com aberturas cujo espaçamento regular ou irregular determina a sua maior ou menor permeabilidade; enquanto o ritmo é determinado pelas frequência das aberturas ou dos elementos fechados), limite aberto (com elementos de pequena dimensão, i.e., um lancil), ou limite aberto contido (que permite vistas para além de si próprio, sendo composto por elementos de baixa altura).

2.3 Paisagem e Enquadramento Legal

Segundo Silva (2001), existem actualmente indícios encorajadores, no sentido de se preservar a paisagem, entre os quais podem ser apontados o seguimento de normas legais, bem como de convenções internacionais relevantes nos domínios da sua conservação e valorização.

Em Portugal, a Lei de Bases do Ambiente (DL nº 11/87 de 7 de Abril, art.º 5º) constituiu uma importante conquista no domínio das políticas ambientais. Esta lei classifica a paisagem como unidade geográfica, ecológica e estética, resultante da acção do homem e da reacção da natureza, sendo primitiva, quando a acção humana for mínima, ou natural, quando a acção do homem for determinante.

Para Magalhães (2001), a referência à paisagem como sendo natural, no caso da acção determinante do homem, deverá constituir um lapso desta lei, na medida em que deveria designar-se, nesta situação, por paisagem cultural.

A nível europeu, a Convenção Europeia da Paisagem, ou Convenção de Florença, redigida em 2000 e ratificada por Portugal em 2005, constitui uma referência, por ter sido o primeiro tratado internacional especificamente construído para abordar questões relacionadas com a paisagem.

À luz da Convenção, a paisagem pode ser definida como uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, resultando o seu carácter da interacção entre factores naturais ou humanos (Conselho da Europa, 2000). Trata-se de um sistema dinâmico, onde actuam factores naturais e factores culturais, em conjunto e em permanente evolução. Este sistema dinâmico, determinado por uma estrutura global e determinando-a simultaneamente, resulta em configurações particulares, responsáveis pela sua unidade e carácter (i.e., de relevo, coberto vegetal, uso do solo, povoamento) (Cancela d'Abreu *et al.*, 2004, cit. por Cancela d'Abreu, Botelho, Oliveira e Afonso, 2001).

A aplicação da Convenção estende-se a todo o território de um país, incide sobre as áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas, abrange as áreas terrestres, as águas interiores e as águas marítimas e aplica-se tanto a paisagens que possam ser consideradas excepcionais, como a paisagens da vida quotidiana e a paisagens degradadas.

São objectivos da Convenção promover a protecção, a gestão e o ordenamento das paisagens europeias, organizando a cooperação europeia neste domínio, através de um enquadramento conceptual e de princípios partilhados pelas diferentes regiões e municípios (Cancela d'Abreu, Botelho, Oliveira e Afonso, 2001). Cada estado membro, ao ratificar a Convenção Europeia da Paisagem, deverá colocar em prática estratégias e objectivos conducentes a uma melhor qualidade da paisagem e da qualidade de vida da população. Na maioria dos casos, a implementação de estratégias e objectivos é efectuada através de órgãos de gestão territorial e bem-sucedida sobretudo quando a Convenção é assumida como referência doutrinária e a paisagem como factor de desenvolvimento do território e da cultura democrática.

2.4 Planeamento e Ordenamento do Território

Importa, segundo Magalhães (2001), salientar a, por vezes pouco clara, distinção entre os conceitos de paisagem e de território. Assim, enquanto a paisagem se refere a um conceito

holístico, sendo portadora de significados ecológicos e culturais, o território diz respeito a um conceito estritamente físico e administrativo, sendo encarado como componente física da paisagem, que não abrange a sua forma nem os pressupostos ecológicos.

O território pode, ainda, ser definido como uma porção da crosta terrestre que se encontra limitada por fronteiras naturais ou convencionais (Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 1975, cit. por Magalhães, 2001).

Cancela d'Abreu e seus colaboradores (2001) afirmam que paisagem e território são dois conceitos abrangentes e complexos e referem a subtileza das suas diferenças. Ao território, contrariamente à paisagem, são associadas definições mais pragmáticas (i.e., possui um suporte físico ou uma área que envolve uma característica importante, à qual está inerente determinado propósito, uso, função ou funções específicas). Por outro lado, enquanto a paisagem é passível de caracterização, análise e diagnóstico, remetendo para estudos de paisagem e para o desenvolvimento de propostas de intervenção de base territorial; o território planifica-se, por forma a definirem-se modelos de desenvolvimento, ou modelos territoriais, que irão ditar regras para a sua utilização.

A Arquitectura Paisagista tem assistido, com o passar do tempo, a um aumento do seu reconhecimento e valorização. O crescimento da importância dada ao planeamento e ordenamento do território tem, certamente, contribuído para que, cada vez mais, seja necessário preservar e intervir correctamente no território português.

Para Magalhães (2001), atendendo ao estado de degradação do território e admitindo a irreversibilidade da degradação provocada por edificação implantada de forma incorrecta, ou de qualidade arquitectónica discutível, pode concluir-se que não é suficiente a existência de competência técnica neste sector. É necessária uma sensibilidade acrescida por parte dos decisores políticos, acompanhando a já manifestada por diversas organizações não-governamentais. O processo de degradação poderá assim conduzir à destruição de valores fundamentais do património natural e cultural, impedindo a construção de ambientes susceptíveis de fornecer a qualidade de vida a que todos os cidadãos têm direito.

Portugal, segundo o Relatório do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (anexo à Lei nº 58/2007, de 4 de Setembro), desde cedo está contemplado e associado à temática do ordenamento. O relatório referido informa que dentro do sector agrário e em particular no sector florestal, o Plano de Ordenamento da Mata Nacional da Machada (datado de 1864) surge como o primeiro Plano de Ordenamento até então feito para o sector florestal, com recurso a métodos científicos devidamente fundamentados. São ainda exemplos o Projecto Geral da Arborização dos Areais Móveis de Portugal (datado de 1897); o Plano de Povoamento Florestal (datado de 1938) onde foi trabalhada a protecção de uma extensa área de intervenção e o Plano Director do Parque Nacional Peneda-Gerês (datado de 1973), que se consagrou o primeiro instrumento de ordenamento para uma área protegida. Embora o ordenamento do território começasse a adquirir alguma expressão, de acordo com a referida fonte, foi apenas no III Plano de Fomento (datado de 1968 -1973) que se assistiu à sua

independência. Como consequência do que foi anteriormente exposto, surge, no ano de 1970, o primeiro Relatório do Ordenamento do Território, no qual o desenvolvimento económico e social assume posição de destaque, paralelamente às questões ambientais, que surgem algo descuradas. Ainda de acordo com o relatório anteriormente mencionado, “a política de ordenamento do território não dispôs, até finais dos anos 1990, de um instrumento legal integrador, não obstante os progressos resultantes de várias iniciativas legislativas, de que resultou um conjunto de instrumentos de planeamento e ordenamento territorial: em 1982 foram instituídos os Planos Directores Municipais (PDM)”. O ano de 1983 ficou marcado pelo surgimento dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) (Decreto-Lei nº 338/83, de 20 de Julho) e, dez anos depois, surgem os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT).

Em 1998, surge a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto) que viria a ser, no ano seguinte, desenvolvida e detalhada pelo Decreto-Lei nº380/99, de 22 de Setembro. Segundo o Decreto-Lei referido em último, “a política de ordenamento do território e de urbanismo assenta no sistema de gestão territorial, que se organiza, num quadro de interacção coordenada, em três âmbitos.” No Quadro 1, que se segue, tentou-se resumir a informação relativa ao sistema de gestão territorial, sendo focada a Natureza Estratégica e Programática [1] e a Natureza Regulamentar [2] dos instrumentos.

Quadro 1- Sistema de Gestão Territorial e sua organização nos vários âmbitos

Âmbito Nacional		Âmbito Regional	Âmbito Municipal		
Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT)[1]		Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT)[1]	Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) [1]		
Planos Sectoriais com Incidência Territorial (PSIT)[1]	Plano Sectorial da Rede Natura (PSRN), etc.		Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) [2]	Planos Directores Municipais (PDM)	
	Planos de Bacia Hidrográfica (PBH)				
Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) [2]	Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP)				
	Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)				Planos de Urbanização (PU)
	Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP)				Planos de Pormenor (PP)
	Planos de Ordenamento de Estuários (POE)				
Planos de Ordenamento de Parques Arqueológicos (POPA)					

No capítulo dedicado ao “Caso de estudo”, serão abordados os vários Planos que, de alguma forma, condicionaram a evolução da zona em estudo, a Praia da Luz.

2.5 O Algarve e a Actividade Turística

Nos modelos e valores da sociedade actual, torna-se pertinente reflectir acerca da utilização dada ao solo português. Visto o Algarve ser uma região do território nacional onde o sector turístico assume grande expressão, torna-se fundamental abordar este tema, com vista a uma melhor compreensão da realidade nacional e, mais concretamente, regional.

Segundo Brito (2009), na década de 60, o território do Algarve encontrava-se já fortemente transformado pelo Homem. A pequena área ocupada por paisagem localizada junto ao mar é, considerada, pelo autor, aquela em que ocorre maior transformação, provocada pelo turismo. Predominava na região, nesta época, o trabalho mal remunerado, que não proporcionaria condições de vida de riqueza e que terá contribuído para a progressiva eliminação de actividades tradicionais, bem como para o êxodo rural.

Em Portugal, as primeiras manifestações de comportamentos associados ao turismo surgiram em meados do século XIX, assumindo os elementos da burguesia o papel de agentes da democratização destas práticas, impelindo a sua lenta expansão entre as camadas da base social, no decorrer do século XX. Terá sido este percurso, do topo para as bases, que esteve na origem do chamado turismo de massas, que emergiu e se expandiu sobretudo após a Segunda Grande Guerra (Nunes, 2009).

Para Nunes (2009), a prática banhar junto ao mar é um fenómeno tardio em Portugal, quando comparado com outros países europeus, estando associado a novos gostos e diferentes hábitos de sociabilidade. O costume em Portugal, era o de, nos meses quentes de Verão, tomar ares, pelo que alguns portugueses, que tinham casa no campo, a passavam a frequentar por alturas de Maio. Deste modo, o termalismo é frequentemente apontado como a primeira idade da vilegiatura portuguesa, sendo a aproximação ao mar, enquanto espaço de sociabilidade por parte das elites nacionais, mais tardia.

Também Freitas (2007) vai ao encontro do que foi anteriormente referido, avançando que, por ter sido um território ignorado e evitado, durante muitos séculos, o litoral permaneceu entregue a quem se ocupava da pesca, da navegação, ou da defesa da fronteira marítima. Com o despertar de um desejo colectivo da praia, fenómeno iniciado principalmente em Inglaterra e França, muito mais cedo do que em Portugal (i.e., em meados do século XVIII), o litoral foi sendo paradoxalmente domesticado e as marcas da intervenção humana provocaram alterações progressivas no meio, implementando uma nova arquitectura da paisagem. Inicialmente, esta implementação teve o intuito de organizar os locais de vilegiatura marítima,

adaptando-os às suas novas funcionalidades e às exigências de um tipo intensivo de ocupação do território, contribuindo para que as representações do litoral se transformassem.

Para Brito (2009), juntamente com fenómenos de eliminação de actividades tradicionais, terão também ocorrido fenómenos de especialização e de inovação, desencadeados pelo turismo, provocando alterações na economia regional. Assim, embora com aspectos negativos associados (i.e., diminuição do povoamento rural; abandono das indústrias domésticas existentes), o turismo terá tido um papel determinante para o desenvolvimento do Algarve (i.e., aumento de visitantes e de imigrantes; crescimento do povoamento urbano).

De acordo com o Decreto-Lei nº 191/2009, de 17 de Agosto, onde são enunciadas as Bases das Políticas Públicas de Turismo, enquanto sector determinante para a economia nacional, entende-se por turismo todo o “movimento temporário de pessoas para destinos distintos da sua residência habitual, por motivos de lazer, negócios ou outros, bem como as actividades económicas geradas e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades”. Por turista, designa-se o indivíduo que passa pelo menos uma noite num local que não a sua residência habitual, não tendo a sua deslocação sido determinada pelo exercício de actividade profissional remunerada.

De forma a suplantar aspectos negativos associados às mudanças ocorridas na região em estudo, foi criado, em 1964, o Plano Regional do Algarve, que procurou compatibilizar princípios de conservação e de desenvolvimento. No entanto, o desleixo pela conservação e os excessos associados ao desenvolvimento, deram lugar a incompatibilidades entre questões da área do turismo e questões da área do ambiente, somente possíveis de superar, segundo Brito (2009), com a tomada de fortes decisões políticas, necessariamente apoiadas na ciência e na técnica.

As políticas públicas de turismo devem assentar sobre três princípios, conforme exposto no Quadro 2, que se segue, elaborado a partir do exposto nos Artigos 3º a 6º, do Capítulo I do Decreto-Lei nº 191/2009, de 17 de Agosto.

Quadro 2 - Princípios gerais das políticas públicas de turismo e seus campos de actuação

Princípio	Descrição
Princípio da sustentabilidade	a) A fruição e a utilização dos recursos ambientais com respeito pelos processos ecológicos, contribuindo para a conservação da natureza e da biodiversidade;
	b) O respeito pela autenticidade sociocultural das comunidades locais, visando a conservação e promoção das suas tradições e valores;
	c) A viabilidade económica das empresas como base de criação de emprego, de melhores equipamentos e de oportunidades de empreendedorismo para as comunidades locais.
Princípio da transversalidade	O princípio da transversalidade traduz-se na necessidade de articulação e de envolvimento harmonizado de todas as políticas sectoriais que influenciam o desenvolvimento turístico, nomeadamente nos domínios da segurança e da protecção civil, do ambiente, do ordenamento do território, dos transportes e das acessibilidades, das comunicações, da saúde e da

	cultura.
Princípio da competitividade	a) Na adopção de políticas de ordenamento do território que potencializem os recursos naturais e culturais como fontes de vantagem competitiva para os destinos e produtos turísticos;
	b) Na adopção de mecanismos de regulação focados na qualificação do sector e na defesa do consumidor e da concorrência;
	c) Na adopção de políticas de simplificação de procedimentos administrativos, tendo em vista a redução dos custos de contexto;
	d) Na adopção de políticas de educação e de formação que garantam o desenvolvimento de competências e qualificações necessárias ao desenvolvimento do turismo;
	e) Na adopção de políticas, nomeadamente fiscais e laborais, que permitam às empresas portuguesas competir com as dos países concorrentes.

A política pública de turismo, assente sobre os princípios acima mencionados, encontra-se detalhada no Plano Estratégico Nacional do Turismo, editado pelo Turismo de Portugal, I. P. (2007) e resultante de uma iniciativa do Governo, nomeadamente do Ministério da Economia e da Inovação, onde são definidas as directrizes, objectivos e acções estratégicas a atingir no sector turístico.

A aposta no turismo balnear provocou fortes alterações na região do Algarve. Esta é a região de Portugal onde se concentra grande parte da oferta e da procura turística de Portugal, constituindo o principal destino estival tanto para portugueses, como para estrangeiros provenientes, em larga maioria, de diversos países europeu (Silva, 2001).

2.6. Conceitos Emergentes e Desafios da Actualidade

Na actualidade, são vários os desafios que se colocam e novos os conceitos que, por consequência emergem, desafiando paradigmas existentes.

De acordo com Oliveira Baptista (2009), aspectos como a emigração e a partida para as cidades marcaram tempos de desgaste da ordem tradicional dos campos. Na actualidade, vive-se um período de transição, associado ao declínio da supremacia da agricultura e à identificação do espaço rural como espaço de consumo.

Para o autor supra-referido, o presente difere do passado na medida em que antes existia uma constante adaptação e resposta, enquanto na actualidade, tendem a redesenhar-se os contornos do espaço rural, sob orientação de fluxos e procuras urbanas. Deste modo, o espaço rural deixou de ser um espaço de produção, convertendo-se no já referido espaço de consumo. Sobretudo nas últimas três décadas, verificou-se uma transformação da vida social, criando-se, nas pequenas vilas e nas cidades, escolas, serviços (i.e., saúde, administrativos, técnicos, bombeiros, entre outros) e equipamentos (i.e., centros de apoio a idosos, equipamentos polidesportivos, pavilhões culturais, entre outros). Numa progressiva ruptura com a agricultura e os modos de vida ligados à natureza, generalizaram-se os sistemas de recolha de lixo e o saneamento básico, aumentou-se a rede viária, mas mudaram também padrões de comportamento e outros aspectos sociais.

No contexto actual, o espaço rural pode apresentar-se (1) fragmentado em locais e manchas, que se articulam principalmente com os sistemas urbanos, (2) segmentado pelos interesses dos seus habitantes, trabalhadores ou agentes locais, (3) repartido entre as funções que assegura, ou (4) unificado pelo mercado, enquanto espaço de consumo. Deste modo, pode falar-se em herança rural, que envolve, por um lado, o estudo e a análise do património como contributo para decifrar e compreender o passado e, por outro, a apropriação e (re)invenção do património pela população, atribuindo-lhe um sentido adequado ao presente, que favoreça projectos futuros (Chevallier *et al.*, 2000, cit. por Oliveira Baptista, 2009, p. 37).

3. OBJECTIVOS

Como já foi referido, a presente Dissertação, apresentada ao Instituto Superior de Agronomia, da Universidade Técnica de Lisboa, no âmbito da obtenção do grau de Mestre em Arquitectura Paisagista, tem como título “Estudo da Evolução de uma Parcela do Litoral Algarvio – Caso de Estudo: A Praia da Luz, Lagos”.

A pesquisa efectuada tem como objectivo geral contribuir para a compreensão da evolução de uma parcela do litoral algarvio, ao longo de um período de tempo determinado (1947-2007). Concretamente, procurou-se estudar a intervenção realizada na área em estudo, atendendo à existência ou não, de Instrumentos de Gestão Territorial que a tivessem regido.

Como objectivos específicos, pretende-se (a) efectuar uma análise de cartas militares e fotografias aéreas da área em estudo, bem como do produto Corine Land Cover (2000 e 2006) e da Carta da Ocupação do Solo (1990 e 2007) com recurso a sistemas de informação geográfica, (b) contribuir para o conhecimento sobre a implementação de estratégias de planeamento e de ordenamento do território, por diferentes entidades e organismos e, (c) através da consulta quer da opinião pública, quer da opinião de entidades e decisores locais, proceder ao levantamento das principais alterações ocorridas, bem como de potencialidades e condicionantes da intervenção na Praia da Luz.

No seguimento dos objectivos referidos, pretende-se obter resposta para as seguintes questões: “Que tipo de intervenção tem sido realizada na Praia da Luz?”; “Que instrumentos de gestão territorial orientam e condicionam a intervenção desenvolvida?”; “Quais os impactos das estratégias adoptadas no território em estudo?”, “Quais as prioridades a ter em conta, para a intervenção futura nesta área?”.

4. METODOLOGIA

A pesquisa efectuada no âmbito do presente estudo procurou ser flexível, adaptando-se à realidade estudada, aos objectivos propostos e à disponibilidade dos diversos intervenientes.

Para prossecução dos objectivos a investigação prosseguiu ao longo de diferentes fases, que de seguida se descrevem:

- a) Pesquisa bibliográfica e documental, entre Março e Julho de 2011, para obtenção de um conhecimento mais aprofundado dos conceitos e temáticas em estudo.
- b) Pesquisa de carácter presencial, entre Junho e Outubro de 2011, em diversas entidades públicas, nomeadamente na Câmara Municipal de Lagos, no Instituto Geográfico Português e no Instituto Geográfico do Exército, onde decorreu uma pesquisa, selecção e recolha de informação cartográfica e documental, bem como uma consulta prévia de arquivos (localmente e via internet) e posterior selecção de material.
- c) Pesquisa e observação da realidade local, com deslocações à área em estudo e registo (escrito e fotográfico) dos principais aspectos e pontos de interesse.
- d) Recurso à tecnologia de Sistemas de Informação Geográfica, nomeadamente ao “software” ArcGIS, procedendo-se, numa primeira fase, à uniformização do sistema de coordenadas dos vários elementos em análise, tendo este sido fixado em ETRS_1989_Portugal_TM06; Projection: Transverse_Mercator; GCS_ETRS_1989; Datum: D_ETRS_1989. Seguidamente, procedeu-se à georreferenciação, por pontos de controlo, dos vários elementos (formato *JPEG* ou *TIF*), tendo como base a grelha à escala 1/25000, que cobre toda a área nacional e a folha 602 da Carta Militar de Portugal Série M888, na qual se insere o concelho de Lagos.

Georreferenciaram-se, primeiro, as várias edições da Carta Militar de Portugal, pelo facto de as mesmas possuírem esquadria e limite de fácil correspondência com os limites da folha 602 da grelha utilizada, tendo sido suficiente a criação de quatro pontos de controlo (observável no Anexo II, Quadro I) para uma correcta georreferenciação das várias edições. As fotografias aéreas não permitiram o estabelecimento de uma relação de pontos tão rigorosa como as várias edições da Carta Militar, pelo facto de não possuírem o referido limite de fácil correspondência. Assim, optou-se por georreferenciar cada fotografia aérea com a edição da Carta Militar cuja diferença de anos é a menor, por forma a tentar a maior optimização possível do processo de ajustamento por mínimos quadrados (i.e., a georreferenciação da fotografia aérea datada de 2002 foi realizada com recurso à edição de 2005 da Carta Militar). Todos os elementos (edições da Carta Militar e fotografias aéreas) foram georreferenciadas com recurso ao polinómio do primeiro grau (transformação afim) tendo, em todos os casos, o erro médio quadrático sido inferior a cinco metros, valor que permite considerar, de certa forma, as várias georreferenciações como bem sucedidas. Em virtude de se terem utilizado fotografias aéreas não ortorrectificadas (por questões de optimização de tempo e por ser um procedimento com elevado custo associado), optou-se

por realizar o procedimento acima descrito. Tal opção poderá ter determinado a existência de algumas restrições. No entanto, considera-se que a escala utilizada poderá ter contribuído para a diluição de possíveis erros posicionais resultantes do georreferenciamento.

As várias edições da Carta Militar de Portugal, correspondentes à folha 602, foram disponibilizadas em formato de papel, tendo sido digitalizadas. As fotografias aéreas foram disponibilizadas em formato digital. Importa, ainda, reforçar a importância da fotografia aérea datada de 1947, obtida através de um voo realizado pela *Royal Air Force*, que constitui uma antiga e importante base cartográfica a nível nacional.

Posteriormente, procedeu-se à criação de polígonos, por forma a visualizar de forma mais imediata, a expressão do edificado, para os vários anos em estudo. Começou-se por criar polígonos para o ano de 1947, tendo-se prosseguido por ordem cronológica de dados, até finalização, no ano de 2005.

Por fim, com recurso aos produtos Carta Administrativa de Portugal, Corine Land Cover (CLC) 2000 e 2006 e Carta de Ocupação do Solo (COS) 1990 e 2007, foi feita uma análise das transformações ocorridas ao longo das datas mencionadas, quer para a freguesia da Luz, quer para a vila da Luz, frequentemente designada Praia da Luz.

Importa ainda referir que o trabalho realizado com o “software” ArcGIS permitiu a edição da informação, que foi posteriormente exportada para o programa Microsoft Excel, com consequente criação de matrizes de transição absoluta (disponíveis no Anexo II, Quadro III e Quadro VII), matrizes de transição relativa (Anexo II, Quadro IV e Quadro VIII), matrizes transpostas (Anexo II, Quadro V e Quadro IX), cálculo de estimativas até 2030 e elaboração de respectivos gráficos.

Todos os resultados serão apresentados na secção “Caso de estudo”.

- e) Realização de entrevista a decisores locais, durante os meses de Agosto a Outubro. A entrevista era composta por oito questões e por um nono campo em que o entrevistado poderia acrescentar comentários/sugestões que considerasse relevantes para o estudo.

A entrevista focou questões de cariz mais técnico, nomeadamente o facto do PDM de Lagos se encontrar em processo de retoma; a distinção da Praia da Luz com o “Prémio Praia Mais Acessível 2010”; o Plano de Urbanização da Vila da Luz, em fase de elaboração e o futuro da Praia da Luz perante a crescente procura de uma nova ruralidade.

Para a sua realização, foi feito um levantamento de possíveis contactos e realizadas chamadas telefónicas para os decisores e entidades afectas a esta localidade, por forma a abordar o eventual interesse de colaboração, perante a explicação do estudo e os principais objectivos. Aceitaram participar e responder às questões três pessoas cuja actividade profissional está estreitamente relacionada com a Praia da Luz e o concelho de Lagos – dois arquitectos (com actividade ligada à Junta de Freguesia da Luz ou ao plano de urbanização da vila da Luz) e um urbanista (com actividade ligada à Câmara Municipal de Lagos).

Uma vez conduzidas as entrevistas, procedeu-se ao seu tratamento, através de uma análise de conteúdo, que proporcionou uma organização da informação recolhida em diferentes categorias, subcategorias e conteúdos (análise de conteúdo disponível no Anexo III, Figura AC; respostas obtidas disponíveis no Anexo III).

- f) Realização de inquérito (Anexo III) à população, disponibilizado em plataforma “online” (através do endereço <https://docs.google.com/spreadsheets/viewform?formkey=dFNwaTZBNm1KcDYydmRzdnBoTnR3TIE6MQ>) durante o mês de Novembro. O inquérito foi divulgado junto de instituições dedicadas à vila da Luz, através das redes sociais. Responderam às questões, de forma anónima e confidencial, 33 indivíduos com algum conhecimento e proximidade com a vila da Luz.

O inquérito encontra-se dividido em duas partes principais, com um total de dez questões. Numa primeira parte, intitulada “Perfil do Inquirido”, são colocadas três questões com a finalidade de obter dados pessoais do inquirido (i.e., idade, sexo e ligação ao local de estudo – residente; trabalhador local; residente e trabalhador local; turista ou visitante; outro. Na segunda parte, são colocadas sete questões, das quais cinco são questões de resposta aberta – a primeira questão colocada pretende averiguar há quanto tempo o inquirido conhece a Praia da Luz; de seguida, são colocadas duas questões, pretendendo-se que o inquirido relate os aspectos que mais valoriza na Praia da Luz e aponte dados e/ou recordações pessoais acerca da Praia da Luz de outros tempos; na quarta questão, pretende-se compreender como o inquirido caracteriza a Praia da Luz na actualidade, sendo apresentados nove aspectos que o inquirido deverá classificar, de acordo com uma escala de 1 a 5, em que os extremos correspondem a Muito Mau e a Muito Bom; na quinta questão, pretende-se que o inquirido, após ter reflectido acerca da forma como recorda a Praia da Luz e de a ter caracterizado actualmente, aponte quais considera terem sido as principais alterações ocorridas no local de estudo, ao longo dos vários anos; na sexta questão pretende-se avaliar quais as intervenções que o inquirido considera prioritárias para a Praia da Luz. Na sétima e última questão, questiona-se qual é, para o inquirido, o “ex-líbris” da Praia da Luz, pretendendo-se compreender quais considera serem os marcos identificadores desta área.

O tempo de preenchimento do inquérito foi de, sensivelmente, dez minutos. Foi criado através da plataforma *Google docs*, sendo facilmente editado pelo autor e permitindo uma distribuição rápida e eficaz, junto de um público-alvo previamente seleccionado, bem como um acompanhamento, em tempo real, dos resultados obtidos. Terminado o período em que o inquérito se encontrou na sua forma activa, foram analisados e tratados os dados recolhidos. Todas as respostas podem ser consultadas no Anexo III e os dados, devidamente tratados, ao longo da secção “Caso de estudo”.

Por fim, procedeu-se a uma triangulação dos dados recolhidos, por forma a obter-se uma melhor compreensão da informação e das especificidades da intervenção desencadeada na área em estudo.

5. CASO DE ESTUDO



Figura 1 - Estrada para a Praia da Luz, anos 20/30 (Fonte: arquivo pessoal do Sr. Silvestre Marchão Ferro)

De Lagos vae-se lá por uma estrada orlada de amendoeiras e rica de variados quadros de paizagem, que o mesmo escriptor descreve assim: “Aqui várzeas breves verdejando de hortas ou searas, ali quintas onde a vide e as arvores de fructo cercam hortejos e plantações. Ao chegar próximo ao logar de Nossa Senhora da Luz, onde essa estrada nos guia, principiam a apparecer algumas grandes herdades e a encontrar-se varias construcções modernas, já um pouco menos monótonas que as da cidade, distinguindo-se alguns chalets que vão começando a dar ao logar uma feição mais sugestiva.”

Revista Ilustração Portuguesa, 1908

A Figura 1 ilustra a estrada que dava acesso, a partir de Lagos, à Praia da Luz, nos anos 20/30.

5.1 Localização geográfica e caracterização

A área de estudo localiza-se na região do Algarve, distrito de Faro, concelho de Lagos, freguesia da Luz. Constitui um dos três aglomerados existentes na freguesia da Luz (juntamente com Espiche e Almádena) e é frequentemente designada por Praia da Luz, embora também exista a designação de Senhora da Luz.

No sítio electrónico da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Lagos é descrito como um dos 16 municípios do distrito de Faro e possui uma área total de 213km². Do concelho de Lagos fazem parte as seguintes 6 freguesias: Barão de São João, Bensafrim, Lagos (Santa Maria), Lagos (São Sebastião), Luz e Odiáxere. Segundo a versão de 2011 da Carta Administrativa Oficial de Portugal, disponível no sítio electrónico do Instituto Geográfico Português, a freguesia da Luz possui 2178,3 ha.

A freguesia da Luz dista da sede do concelho (Lagos) cerca de 8 km, estando limitada a Norte pela freguesia Barão de São João, a Sul pelo Oceano Atlântico, a Este pelas freguesias Lagos (Santa Maria) e Lagos (São Sebastião) e a Oeste pela freguesia de Budens, pertencente a Vila do Bispo, concelho vizinho.

A figura que se segue aborda a localização geográfica anteriormente descrita. Pode observar-se a localização do concelho de Lagos no mapa do Algarve. Posteriormente, surge a delimitação das freguesias no concelho de Lagos e, em particular, a freguesia da Luz,

localizada a sudoeste. Por fim, pode ainda atentar-se no pormenor da área em estudo, a Praia da Luz, inserida na freguesia da Luz (Figura 2).

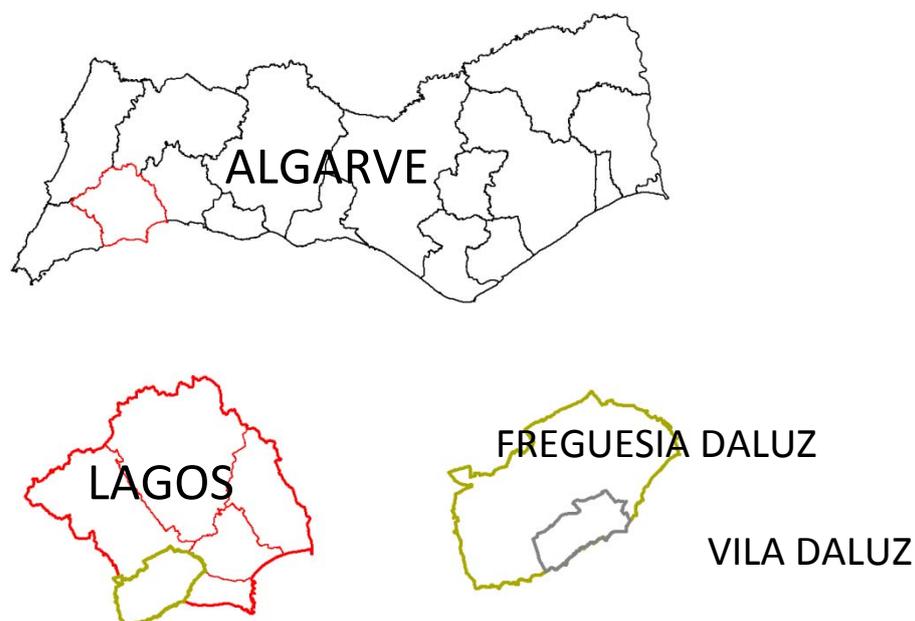


Figura 2 - Localização geográfica da região do Algarve, do concelho de Lagos e da freguesia e vila da Luz

Atendendo ao estabelecimento de unidades de paisagem, conforme elaborado por estudo desenvolvido para efeitos da caracterização da paisagem em Portugal (Cancela d'Abreu, Pinto Correia e Oliveira, 2004), pode dizer-se que a Praia da Luz se insere no grupo de unidades de paisagem V – Algarve – e na unidade de paisagem nº 124 – Barlavento Algarvio. Nesta unidade podem ser compreendidas as faixas distintas de Barrocal e Litoral, situando-se a zona em estudo na última.

A unidade de paisagem referida caracteriza-se por ser plana e ter um relevo predominantemente suave, com oscilações altimétricas pouco relevantes. Esta é uma unidade de paisagem que mantém, por um lado, uma forte relação com o oceano, através de praias e falésias e, por outro lado, é de destacar a presença de água, resultante da confluência de sistemas húmidos provenientes da Serra de Monchique. A linha de costa é caracterizada por arribas de natureza sedimentar. Os citrinos e os vinhos com denominação de Origem Controlada são os produtos relacionados com esta unidade de paisagem, sendo classificados como de qualidade, pelo Ministério da Agricultura (Cancela d'Abreu, Pinto Correia e Oliveira, 2004).

Ainda de acordo com os autores anteriormente referidos, junto à costa predominam centros turísticos de grandes dimensões, na grande maioria implementados de forma desordenada, o que resulta numa unidade de paisagem descaracterizada e com perda de identidade. A grande procura turística que ocorre na região do Algarve poderá ser justificada pelo contexto bioclimático da região, pela riqueza cromática e pelas características únicas da paisagem. A

variedade de recursos existente na faixa litoral do Algarve e que outrora promovia as actividades agrícolas e uma forte relação entre a pesca e o mar, administrada sobretudo por poderes locais, acabou por dar lugar à exploração turística conhecida nos dias de hoje, tendo as tradições dado lugar a transformações estruturais bruscas.

5.2 Enquadramento Histórico

A povoação da Praia da Luz terá sido fundada no ano de 1673, embora as suas origens remontem a épocas mais longínquas, como permite comprovar a construção da fortaleza ou o balneário romano, considerado, aliás, um dos mais importantes achados arqueológicos da cidade de Lagos. Assim, são vários os vestígios que comprovam a existência da freguesia há vários milénios, remetendo para a passagem de diversos povos e culturas, nomeadamente Romanos e Cartagineses (Guerreiro, 1991). Não obstante a influência de diversos povos, terá sido na época dos Descobrimentos que a povoação se desenvolveu, em toda a sua plenitude.

A origem da Praia da Luz está fortemente relacionada com a presença de pescadores no litoral do barlavento algarvio. Nos séculos XIII e XIV, mas sobretudo nos séculos XV e XVI, ocorreu grande desenvolvimento piscatório. D. Manuel I divulgou aos Lacobrigenses e a todo o Algarve, a quantidade de capturas de pescado que se faziam na altura, com o foral de 1 de Junho de 1504. Sabe-se que em Lagos, e em particular na Praia da Luz, era efectuada a pesca do atum, da sardinha, da baleia e do coral, tendo existido, inclusivamente, três fábricas junto à praia (Paula, 1992). A Figura 3, datada dos anos 20/30, evidencia a presença das fábricas de peixe outrora existentes na Praia da Luz.



Figura 3 - Fábricas de peixe existentes junto à praia nos anos 20/30 (Fonte: arquivo pessoal do Sr. Silvestre Marchão Ferro)

Ainda no ano de 1957, o Algarve contabilizava 19 645 operários, dos quais 10 362 (cerca de 53%) trabalhavam em fábricas dedicadas ao “enlatamento e conservação de peixe e de outros produtos do mar”. Em 1960, a população activa da região do Algarve era constituída por 125

825 indivíduos, das quais cerca de 73 004 (58%) trabalhavam na área da agricultura, floresta e pesca (INE, 1960, cit. por Brito, 2009, p.40-41).

A propósito das actividades anteriormente descritas, Vasques (2008) refere que, com o passar dos tempos, em particular a actividade da pesca do atum e da sardinha, que terá sido a que mais riqueza gerou, tanto para o estado português, como para quem a explorava directamente, foi fortemente esquecida. A Figura 4 retrata a importância da actividade piscatória na Praia da Luz, nos anos 20/30.



Figura 4 - Actividade piscatória na Praia da Luz, anos 20/30 (Fonte: arquivo pessoal do Sr. Silvestre Marchão Ferro)

Crê-se que o uso do solo algarvio, na década de sessenta, se encontrava explorado de acordo com oito tipos de utilização. Num total de 499,2 milhares de ha, 19,5 correspondiam a utilização por agricultura de regadio; 334,0 a utilização por agricultura de sequeiro; 17,6 a utilização de cariz agro-florestal; 54,5 a utilização meramente florestal; 55,8 pertenciam a áreas de inculto; 6,3 a áreas de sapal; 0,8 a áreas de salinas e os restantes 10,7 milhares de ha a áreas sociais (DGSU, 1966, p. 98, cit. por Brito, 2009, p.35).

Recuando à Idade Média, a freguesia da Luz tinha a designação de Nossa Senhora da Luz. Esta denominação está relacionada com a Santa que possuía uma caracterização histórica associada à vivência quotidiana dos habitantes da Luz e que, por esse motivo, se tornou sua padroeira, dando nome à igreja, situada junto à fortaleza com o mesmo nome (Guerreiro, 1991; Paula, 1992).

Tal como a maior parte das localidades litorais, também esta localidade foi alvo de ataques de piratas oriundos do Norte de África. Segundo alguns historiadores, a povoação da Luz era frequentemente atacada pelos Mouros (Callixto, 1992), que não poupavam sequer as imagens dos Santos padroeiros, guardadas no interior das Igrejas, como terá sucedido à imagem de Nossa Senhora da Luz. A fortaleza (cuja torre de vigia terá sido construída em 1624), bem como a muralha que circunda a igreja, terão sido construídas para evitar tais ataques.

O Brasão da freguesia da Luz contém como elementos principais o sol, que reforça as temperaturas quentes sentidas nesta localidade; os figos, alinhados ao centro, que enaltecem a importância da agricultura e dos trabalhos do campo, bem como das culturas de sequeiro, outrora fundamentais para sobrevivência da população algarvia e em particular para a freguesia da Luz; um peixe, na parte inferior, igualmente centrado, simbolizando a importância da actividade piscatória nesta região e, mais uma vez, nesta freguesia.

Recentemente, generalizou-se a designação de Praia da Luz, sobretudo devido à grande afluência de banhistas, ocorrida a partir de 1928 e visível na Figura 5. A freguesia da Luz foi desanexada da freguesia de Santa Maria desde o início do século XVIII, tornando-se uma freguesia independente. Segundo Paula (1992), o desenvolvimento ditou que Lagos passasse, gradualmente, a ser constituído por um pólo de características mais defensivas (freguesia de Santa Maria, localizada intramuros) e por outro com características de produção (núcleo urbano, com maior número de marítimos e de comerciantes, localizado extramuros).



Figura 5 - Postal ilustrado da Praia da Luz, anos 20/30 (Fonte: arquivo pessoal do Sr. Silvestre Marchão Ferro)

Segundo a Lei nº 45/2001, de 12 de Julho, a elevação da povoação da Luz à categoria de vila ocorreu a 19 de Abril de 2001. Constitui, no presente, um dos pólos mais importantes no desenvolvimento socioeconómico da sociedade Lacobrigense, assumindo a actividade turística, indubitavelmente, grande preponderância.

A seguinte descrição, retirada de um painel informativo localizado, num espaço exterior, na Praia da Luz, junto às ruínas romanas (Figura 6), permite resumir a evolução histórica desta agora vila: “Das ruínas de uma pequena povoação piscatória da época romana (séc. III-V), estão à vista as termas que, no século XIX, Estácio da Veiga localizou e escavou parcialmente. Toda a área foi depois convertida em horta e, posteriormente, urbanizada, pelo que se efectuaram escavações de emergência. Documentaram-se então conjuntos de cetáreas (tanques para fabrico de preparativos de peixe) e um aqueduto e salvaguardou-se grande parte

do edifício termal, que corresponde a esta área recuperada e visitável das ruínas. Várias vezes renovado durante a Antiguidade e com o chão parcialmente forrado com mosaicos, hoje em dia quase totalmente destruídos, o edifício tinha acesso pelo lado Norte, onde se localizava a área destinada aos exercícios físicos e aos banhos frios, enquanto a área para banhos quentes, aquecida por fornalhas, se situava do lado da praia”.



Figura 6 - Ruínas romanas existentes na Praia da Luz, Agosto de 2011 (Fonte: autor)

5.3 Enquadramento Demográfico

De acordo com dados publicados no Quarto Recenseamento Geral da População – Censo da População do Reino de Portugal de 1 de Dezembro de 1900, a população registada no concelho de Lagos era de 13 997 indivíduos, valor que, segundo o Instituto Nacional de Estatística, aumentou para 16 259 no ano de 1911.

Analisando os dados do ano de 1911, relativamente às principais profissões exercidas no concelho de Lagos, conclui-se que os trabalhos agrícolas se encontravam em posição de destaque, seguidos dos trabalhos relacionados com a pesca e caça. A extracção de minerais da superfície do solo era uma actividade sem expressão no concelho, sendo que em terceiro lugar surgiam actividades ligadas à indústria.

Ao analisar os dados obtidos através da realização do 7º Recenseamento Geral da População em Dezembro de 1930, constata-se que o concelho de Lagos, até então dividido unicamente em cinco freguesias (as actuais freguesias de Bensafrim e Barão de São João não se encontravam, na altura, individualizadas), apresentava uma população na ordem dos 16 657 indivíduos, dos quais 16 210 constituíam população residente, num total de 3897 famílias contabilizadas. Quanto à naturalidade da população, 14 437 correspondiam a naturais do concelho de residência, 1662 eram naturais de outro concelho pertencente igualmente ao distrito de Faro, 528 possuíam outra naturalidade e era apontada a existência de 30 estrangeiros. Analisando a distribuição dos referidos 30 estrangeiros pelas 5 freguesias existentes, era a freguesia de S. Sebastião a que apresentava maior número de estrangeiros (16), seguindo-se a freguesias de Santa Maria e a de Bensafrim e Barão de S. João, com 7 estrangeiros localizados. A freguesia da Luz (Nossa Senhora da Luz) e a de Odiáxere (Nossa Senhora da Conceição) não apresentavam, na altura, qualquer estrangeiro referenciado.

A freguesia da Luz apresentava, na mesma data, uma população total de 2222 habitantes, dos quais 2172 constituíam a população de residência, num total de 609 famílias. No que toca à naturalidade da população da freguesia da Luz, 1885 eram naturais do concelho de residência, 315 eram naturais de outro concelho do distrito de Faro e 22 possuíam outra naturalidade.

Avançando para dados referentes ao ano de 1950, Lagos possuía 4466 famílias, num total de 16 483 indivíduos (de ambos os sexos) contabilizados. É possível verificar que, comparando dados de 1930 com dados de 1950, o número de famílias aumentou, ao passo que o número de indivíduos contabilizados diminuiu.

Analisando os dados provenientes do X Recenseamento Geral da População de 15 de Dezembro de 1960, o concelho de Lagos registava, na altura, 5033 famílias, num total de 17 060 indivíduos, dos quais 8334 pertencia ao sexo masculino e os restantes 8726 ao sexo feminino. A freguesia da Luz registou 620 famílias, num total de 1925 indivíduos, dos quais 933 pertencia ao sexo masculino e 992 ao sexo feminino.

De acordo com dados publicados no XII Recenseamento Geral da População/II Recenseamento Geral da Habitação, relativos ao ano de 1981, do concelho de Lagos faziam parte 19 700 indivíduos de ambos os sexos, agrupados em 6552 famílias residentes. Na freguesia da Luz registavam-se 1982 indivíduos como população residente, num total de 714 famílias residentes. Relativamente ao número de alojamentos e edifícios na altura, Lagos registava, respectivamente, os seguintes valores: 8891 e 6641. A freguesia da Luz registava 1602 alojamentos e 1348 edifícios.

Avançando para dados do Instituto Nacional de Estatística do ano de 1991, para a região do Algarve, o concelho de Lagos apresentava um total de população residente (contabilizando indivíduos do sexo masculino e feminino) de 21 526, dos quais 2523 representavam a população residente da freguesia da Luz. O número de famílias clássicas residentes era de 7588 para o concelho de Lagos, das quais 921 residiam na freguesia da Luz. Relativamente ao número de alojamentos familiares, Lagos registava 13 463, enquanto a freguesia da Luz contabilizava 2800 do número anteriormente referido. Por último, e no que toca ao número de edifícios registado, Lagos possuía 9059, dos quais 2095 se localizavam na freguesia em estudo.

Tendo por base os resultados preliminares do XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação (cuja designação abreviada é Censos 2011) o Algarve, juntamente com as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e Lisboa, apresentou um crescimento de população residente, passando a percentagem da população residente de 3,8% (dados de 2001) para 4,3% (dados de 2011). O Algarve apresenta, actualmente, um aumento de 14% da população, sendo 450 484 os indivíduos contabilizados como residentes. Lagos encontra-se no terceiro lugar da lista dos concelhos algarvios que registaram maior crescimento populacional (21%), sendo apenas ultrapassado pelo concelho de Albufeira (29%) e, ainda, pelo concelho de Portimão (25%).

Relativamente ao número de edifícios e de alojamentos, a região do Algarve continua a assumir uma posição de destaque a nível nacional. De acordo com os dados da referida fonte, o número de edifícios aumentou 25% e o número de alojamentos 37%. Apesar de todos os municípios algarvios terem acompanhado esse aumento, os concelhos de Tavira e Portimão encontram-se em posição de destaque.

Relativamente ao concelho de Lagos e comparando dados definitivos de 2001 com dados preliminares de 2011, a população residente passou de 25 398 para 30 755. No que concerne ao número de famílias estas eram, em 2001, 9717, valor este que cresceu para 12 628, em 2011. Quanto ao número de alojamentos, Lagos possuía, em 2001, 18 891 alojamentos, valor que passou para 27 195 em 2011. Por fim, analisando-se os números de edifícios existentes para os dois anos em estudo, verifica-se que estes passaram de 9 921 (2001) para 13 237 (2011). Após análise dos dados referidos, é possível constatar o aumento, em número, de todos os parâmetros em análise para o período de tempo 2001-2011.

Explorando o concelho de Lagos e analisando a variação da população residente (resultados preliminares dos Censos 2011, continuando o período de estudo a ser 2001-2011) nas seis freguesias que o constituem (Barão de São João, Bensafrim, Santa Maria, São Sebastião, Luz e Odiáxere), verifica-se que as freguesias de Santa Maria e São Sebastião são as que apresentam um crescimento mais significativo da população residente (apontada como superior ou igual a 20%, em ambas). Seguem-se as freguesias da Luz, Barão de São João, Bensafrim e Odiáxere, com um crescimento compreendido entre 10% e 20%.

O Quadro 3 apresenta as alterações ocorridas na população do concelho de Lagos, entre 1990 e 2011, segundo dados apresentados anteriormente.

Quadro 3 – População (número de indivíduos) registados no concelho de Lagos, entre 1900 e 2011

Data (ano)	1900	1911	1930	1950	1960	1981	1991	2001	2011
População (indivíduos)	13 997	16 259	16 657	16 483	17 060	19 700	21 526	25 398	30 755

5.4 Instrumentos de Gestão Territorial

Existe, actualmente, uma maior consciencialização para a importância do Ordenamento do Território em Portugal, com consequente elaboração e adopção de planos e medidas que visam regular intervenções e promover um desenvolvimento adequado do território. Não obstante estes esforços, continuam a verificar-se falhas, a nível nacional, que comprometem os objectivos anteriormente referidos.

O Algarve, durante, um vasto período de tempo não esteve munido de uma série de documentos reguladores fundamentais para o correcto planeamento de ordenamento do território. Por forma a melhor compreender este fenómeno, procedeu-se ao levantamento, para

todos os concelhos do litoral algarvio, das datas em que surgiu o PDM em cada um desses concelhos. O Quadro 4 apresenta esses mesmos dados, sendo os concelhos do litoral algarvio apresentados consoante a sua localização de Oeste para Este.

Quadro 4 - Surgimento do Plano Director Municipal nos concelhos do litoral algarvio

Concelho	Surgimento de PDM, segundo Resolução do Conselho de Ministros
Aljezur	nº 142/95, de 21 de Novembro
Vila do Bispo	nº 149/95, de 24 de Novembro
Lagos	nº 28/95, de 03 de Abril
Portimão	nº 53/95, de 07 de Junho
Lagoa	nº 29/94, de 10 de Maio
Silves	nº 161/95, de 4 de Dezembro
Albufeira	nº 43/95, de 4 de Maio
Loulé	nº 81/95, de 24 de Agosto
Faro	nº 174/95, de 19 de Dezembro
Olhão	nº 50/95, de 31 Maio
Tavira	nº 139/97, de 19 de Junho
Vila Real de Sto António	nº 347/92, de 16 Abril
Castro Marim	nº 56/94, de 20 de Julho

Os dados anteriormente apresentados são ilustrados na Figura 7, que se segue. O mapa elaborado permite uma constatação visual das diferentes datas em que surgiu o documento regulador em questão, nos diferentes concelhos.

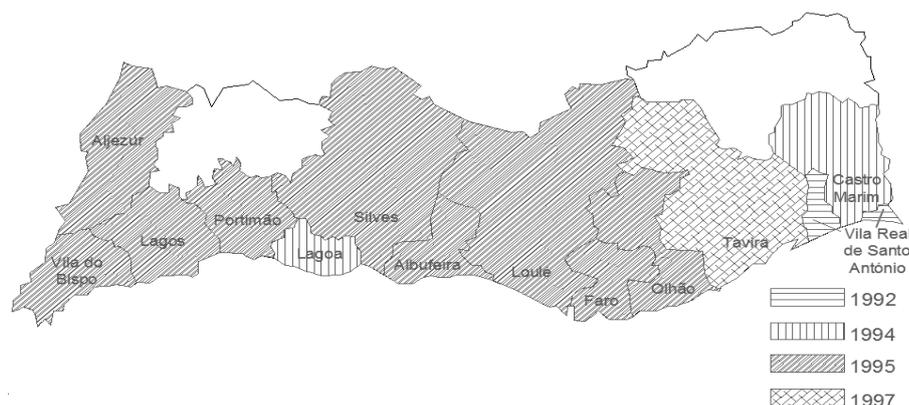


Figura 7 - Mapa ilustrativo do surgimento do Plano Director Municipal nos concelhos do litoral algarvio

Verifica-se que a maioria dos concelhos do litoral do Algarve apenas foi dotada de PDM no ano de 1995, embora num dos concelhos o PDM tenha sido adoptado ainda mais tardiamente, em 1997. Apenas um concelho passou a dispor de PDM em 1992 e dois concelhos em 1994, o que também constitui uma adopção tardia deste instrumento de gestão do território, atendendo ao facto de este ter sido instituído, no nosso país, em 1982.

O concelho de Lagos, onde se insere o local de estudo, não é excepção à adopção tardia de PDM, incluindo-se nos concelhos que apenas o adoptaram em 1995. Este aspecto é agravado pelo facto de, actualmente, o PDM se encontrar em fase de retoma, fase esta que se prolonga há cerca de uma década após ter deixado de ter existência legal, através do Acórdão n.º 39/2002, de 31 de Janeiro.

Estes dados permitem por um lado, questionar sobre como pôde o Algarve ter estado tão longo período de tempo sem dispor deste importante instrumento de gestão territorial. Por outro lado, é possível analisar algumas das decisões, estratégias e intervenções desencadeadas no Algarve em geral e no concelho de Lagos em particular, à luz da ausência deste instrumento. No entanto, a situação descrita é dificilmente aceitável, em qualquer parte do território nacional e, sobretudo, numa parcela do mesmo fortemente procurada pelo turismo.

Visto que existem instrumentos previstos, para além do PDM, será adiante efectuada uma análise da sua incidência na área em estudo. Assim sendo, recorda-se que a nível nacional se encontra prevista a existência de Planos Sectoriais (PS) com incidência territorial, Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP), Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP), Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), entre outros. A nível regional, estão previstos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT). A nível municipal, prevêem-se Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT), Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), Planos Directores Municipais (PDM), Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP).

Segue-se uma apresentação dos instrumentos existentes no concelho de Lagos (Quadro 5) e que se aplicam à área em estudo, a vila da Luz, fazendo referência à sua dinâmica actual (em vigor, revisão, reformulação, ou outra). Os dados apresentados foram adquiridos mediante consulta da secção do Sistema Nacional de Informação Territorial, registados na plataforma “online” da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), bem como na Câmara Municipal de Lagos.

Quadro 5 - Instrumentos afectos à vila da Luz

Âmbito	Plano	Descrição
Nacional	PBH	Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve; Em vigor - 1ªPublicação: DR 12/2002
	POOC	Burgau-Vilamoura; Em vigor - 1ªPublicação: RCM 33/99
Regional	PROT	PROT Algarve: Revisão RCM 102/2007; 1ªAlteração: RCM 188/2007
	PROF	PROF Algarve; 1ªPublicação: DR 17/2006. Em suspensão parcial: PORT 62/2011
Municipal	PDM	PDM de Lagos; em retoma: RCM 28/95
	PU	PU de Lagos; 1ªPublicação: Port. 96/86. Em revisão
		PU da Luz: Iniciado em 2003 e em reformulação

Constata-se que, entre os instrumentos previstos, apenas estão afectos à freguesia da Luz, a nível nacional, um Plano Sectorial com incidência territorial e um Plano de Ordenamento da Orla Costeira; a nível regional, dois Planos Regionais de Ordenamento e a nível municipal, um Plano Director Municipal em retoma, um Plano de Urbanização em revisão e um Plano de Urbanização em reformulação. É possível constatar que existe uma falta generalizada de instrumentos que regulem intervenções na área em estudo.

5.5 Análise Cartográfica

Para a análise da realidade em estudo, procurou-se analisar cartografia relevante, abrangendo diferentes períodos de tempo. Atendendo à informação disponível, tentou-se abranger o maior período de tempo possível, com espaçamento suficiente entre as datas, analisando, de forma mais consistente, a evolução registada, a diferentes níveis: 1947 e 2005 correspondem às datas mais antiga e mais recente, respectivamente, de cartografia disponível para a parcela do litoral em estudo.

Assim, com recurso ao arquivo do Instituto Geográfico do Exército, foi seleccionada e obtida a seguinte cartografia:

- Fotografia aérea (voo RAF 47) – escala 1/30000, ano 1947;
- 1ª Edição da Carta Militar de Portugal – Série M888, folha 602, ano 1952;
- Fotografia aérea (voo FAP nº 15) – escala 1/25000, ano 1969;
- 2ª Edição da Carta Militar de Portugal – Série M888, folha 602, ano 1978;
- Fotografia aérea (voo ERFOTO nº 51) – escala 1/35000, ano 1997;
- Fotografia aérea (voo ERFOTO nº 63) – escala 1/22000, ano 2002;
- 3ª Edição da Carta Militar de Portugal – Série M888, folha 602, ano 2005.

No Anexo II, Quadro I, pode ser observado o quadro que reúne as informações resultantes do processo de georreferenciação dos vários elementos, cuja apresentação permite comprovar a realização desta tarefa, enquanto parte fundamental para prossecução das análises que se seguiram.

Segue-se uma análise da cartografia anteriormente descrita, após tratamento dos dados nela contidos. As fotografias aéreas possibilitam uma interpretação distinta da possível através da Carta Militar, por possuírem detalhe e características diferentes. O espaço edificado é por vezes mais expressivo e de fácil reconhecimento, nos diferentes elementos cartográficos, do que nos restantes tipos de cobertura.

A Figura 8 ilustra a cobertura aérea de 1947 da freguesia da Luz (embora não perfaça a totalidade da freguesia) abrangendo, também, a área de estudo – vila da Luz. Apresenta-se,

também, esboço do levantamento do edificado existente na mesma data, para comparação com os restantes períodos em análise. A Figura 9 contém apresentação do excerto da 1ª Edição da Carta Militar de Portugal que cobre a freguesia e a vila da Luz, bem como o levantamento do edificado existente em 1952.

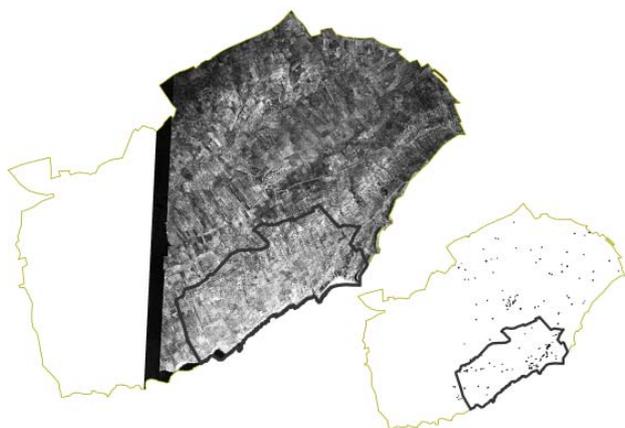


Figura 8 - 1ª Fotografia aérea e levantamento do edificado existente em 1947

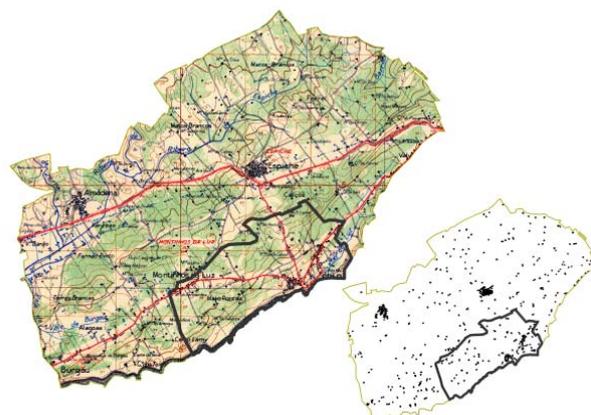


Figura 9 - Edição da Carta Militar de Portugal e levantamento do edificado existente em 1952

Através da observação da Figura 10, é possível observar a cobertura aérea existente em 1969 na freguesia e na vila da Luz. Apresenta-se, igualmente, o levantamento do edificado existente. Relativamente ao ano de 1978, é possível observar, na Figura 11, a 2ª Edição da Carta Militar de Portugal, bem como o levantamento do edificado.

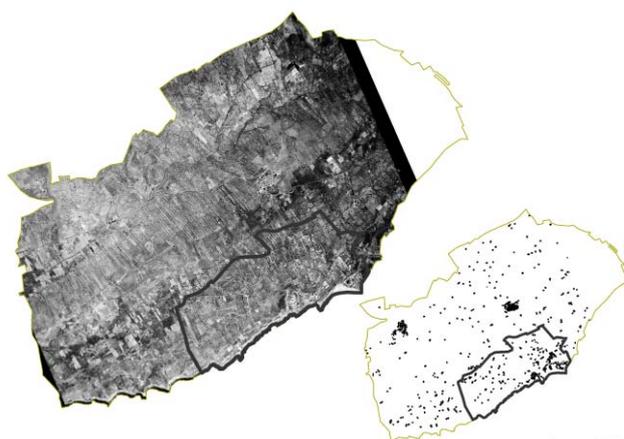


Figura 10 - Fotografia aérea e levantamento do edificado existente em 1969

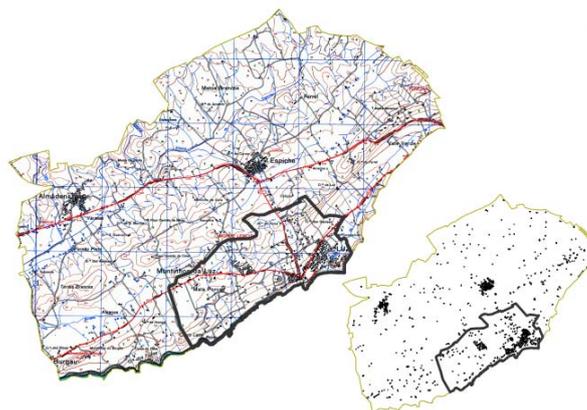


Figura 11 - 2ª Edição da Carta Militar de Portugal e levantamento do edificado existente em 1978

Segue-se o ano de 1997, para o qual é apresentada nova fotografia aérea da área, bem como levantamento do edificado existente (Figura 12). Relativamente ao ano 2002, a fotografia aérea disponível no Instituto Geográfico do Exército, embora não compreenda grande parte da freguesia da Luz, cobre a quase totalidade da vila da Luz. Nesse sentido, o levantamento do edificado existente no ano 2002 centra-se, quase unicamente, na vila da Luz (Figura 13).

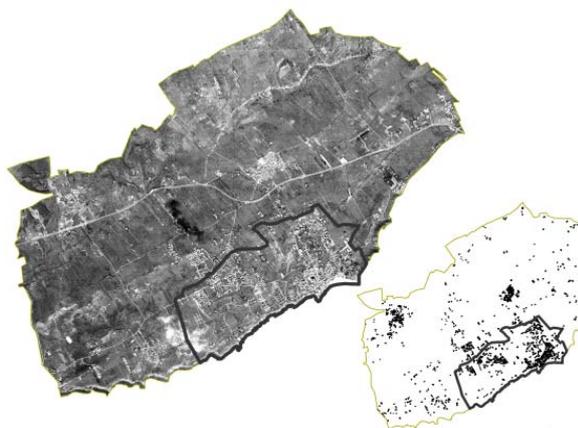


Figura 12 - Fotografia aérea e levantamento do edificado existente em 1997

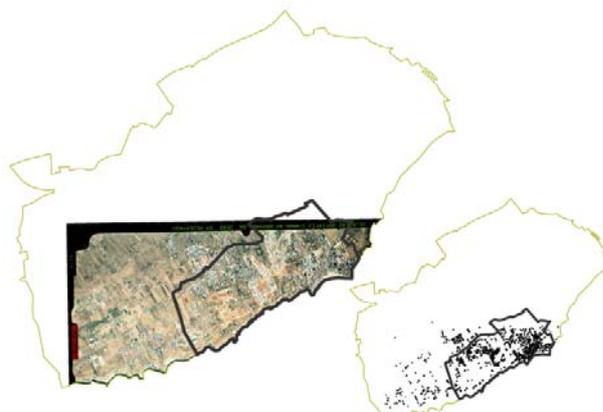


Figura 13 - Fotografia aérea e levantamento do edificado existente em 2002

Por último e na tentativa de se analisar posteriormente a expressão do edificado no ano de 2005, é apresentada a figura correspondente à 3ª e última edição da Carta Militar de Portugal, disponível para a folha 602 do território nacional (Figura 14).

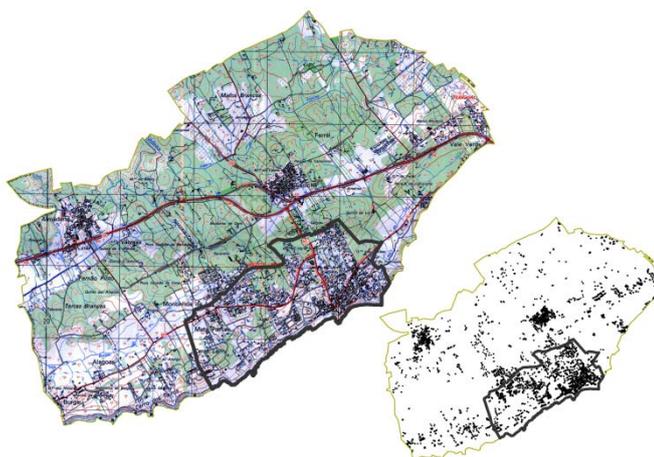


Figura 14 - 3ª Edição da Carta Militar de Portugal e levantamento do edificado existente em 2005

Após observação do levantamento do espaço edificado efectuado para os diversos anos, é possível constatar, desde 1947 até 2005, um crescente aumento das áreas ocupadas por

edificação, tanto para a freguesia da Luz, como para a vila da Luz. A expansão do edificado surge sobretudo junto aos centros dos três aglomerados e nas proximidades das principais vias existentes. Toda a cartografia apresentada ao longo das imagens anteriores, se encontra no Anexo I, para uma visualização com maior detalhe. A par com a maior expressão que o edificado assume, ao longo dos anos, é também possível constatar, seja através de pontuações, ou através de manchas verdes (conforme a carta), uma franca diminuição, ao longo dos anos, das áreas arborizadas, sobretudo na vila da Luz, visto que na freguesia em geral, as ditas áreas continuam a assumir grande expressão. No que concerne às vias existentes na freguesia, verifica-se o surgimento de novos troços e ligações, embora a maioria da rede viária aparente manter uma estrutura semelhante ao longo dos anos.

De seguida, analisou-se a variação do índice de edificado e da percentagem de edificado (Figura 15 A e B, respectivamente).

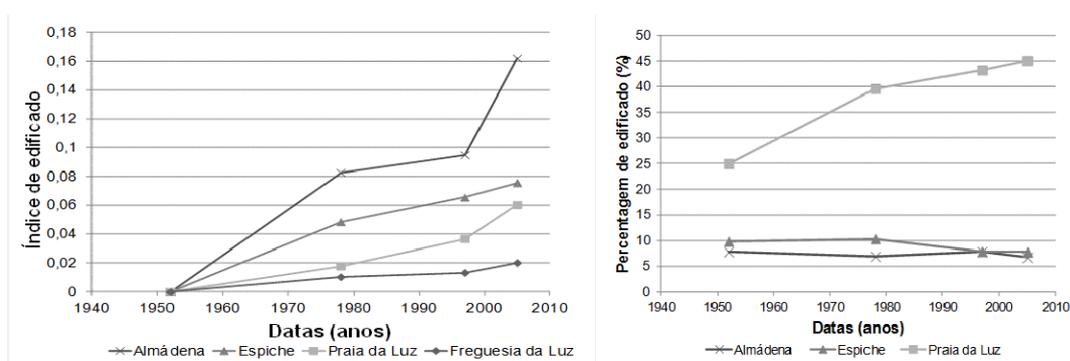


Figura 15 - A) Variação do índice de edificado, para os três aglomerados existentes e para a freguesia da luz, entre 1952 e 2005; B) Percentagem de edificado em cada aglomerado, relativamente à construção total da freguesia da Luz, entre 1952 e 2005

Importa referir que não foram tidos em conta, para a presente análise, os anos de 1947, 1969 e 2002, uma vez que a documentação existente para as referidas datas não cobria ou a totalidade da freguesia da Luz, ou não contemplava Espiche e/ou Almádena. Por forma a evitar possíveis erros de análise, tais anos não foram considerados.

O índice de edificado representa o quociente entre a área total de edificado existente e a área total de terreno. Verificou-se o seu aumento, em todos os locais em análise e ao longo dos diferentes anos. O aumento da área de edificado numa área de aglomerado pequena traduz-se num índice de edificado superior em relação a índices calculados para áreas superiores, facto verificado pela obtenção de elevados índices para Almádena (menor área considerada) e de baixos índices para a freguesia da Luz (maior área considerada). Por forma a avaliar o aumento do edificado em cada ano, independentemente da área de cada aglomerado, calculou-se a percentagem de edificado em relação à totalidade de edificado existente na freguesia da Luz. Assim, verifica-se que Espiche e Almádena não têm sofrido uma variação de percentagem de edificado com significado para a freguesia, enquanto que na Praia da Luz se pode observar um aumento percentual acentuado. Repare-se que, em 2005, o edificado da

Praia da Luz representa 45% de todo o edificado da freguesia, valor extremamente elevado para uma parcela que representa apenas, e aproximadamente, 15% da área total da freguesia. Esta será, então, a parcela que possui uma maior densidade de edificado e uma evolução mais expressiva ao longo de período em estudo.

Posteriormente, por forma a complementar as análises visuais e a obter nova informação relevante, efectuou-se análise do uso e da ocupação do solo, na freguesia e vila da Luz. Assim, para além da cartografia referida, foi ainda utilizada a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), versão 2011, o produto CLC (Caetano, Nunes e Nunes, 2009), nas suas versões 2000 e 2006, respectivamente, e a COS (1990 e 2007). A utilização destes documentos esteve relacionada com o facto de constituírem importantes bases cartográficas e permitirem análises pertinentes para o estudo em questão, nomeadamente sobre ocupação e uso do solo. O recurso à Carta Administrativa Oficial de Portugal, disponibilizada em vários formatos pelo Instituto Geográfico Português, permitiu proceder à delimitação da área de estudo. As divisões administrativas desta carta permitem a visualização das várias freguesias do concelho de Lagos e a posterior individualização da freguesia da Luz. Devendo o estudo detalhar-se a apenas um dos três aglomerados existentes na freguesia da Luz – a vila da Luz – e uma vez que a Carta Administrativa Oficial de Portugal apenas permite a divisão administrativa em distritos/ilhas, municípios e freguesias, delimitou-se o aglomerado em questão de acordo com o limite do Plano de Urbanização da vila da Luz.

Nas partes deste trabalho a seguir indicadas, serão apresentados, em primeiro lugar, dados relativos à freguesia da Luz, sendo feito um enquadramento mais geral e, posteriormente, é elaborada uma pormenorização, sendo apresentados dados relativos à vila da Luz, por ser o alvo deste estudo.

5.5.1 A freguesia da Luz - Dados do produto Corine Land Cover

Depois de trabalhados e intersectados os dados de 2000 e 2006 da CLC para a freguesia da Luz (Anexo II, Quadro II), é possível verificar as classes presentes na freguesia da Luz. Os dados foram organizados e simplificados por forma a criar a matriz de transição absoluta, a matriz de transição relativa e, posteriormente, a matriz transposta para a freguesia. Esta última matriz permite, em conjunto com dados totais observados no ano 2000 e de uma função específica do Microsoft Excel, fazer estimativas de evolução das classes em análise para determinado intervalo de tempo. Visto existirem dados da CLC para os anos de 2000 e 2006, optou-se por considerar quatro períodos seguidos, sendo o intervalo entre cada um igualmente de seis anos.

De acordo com as estimativas calculadas, é de prever que a área da freguesia da Luz ocupada por agricultura com espaços naturais e semi-naturais se mantenha até 2030, fixando-se nos 56 ha existentes no ano 2000 (Anexo II, Figura A). Relativamente às áreas em construção da freguesia, verifica-se que no período 2000-2006 ocorreu uma redução superior a 90%. Até

2012 este valor continuou a decrescer, tendo atingido valor nulo que, segundo estimativas, se irá manter nulo até 2030 (Anexo II, Figura B).

No que concerne às áreas da freguesia ocupadas por culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes, prevê-se um aumento de 17% desde 2000 a 2030 (Anexo II, Figura C). Segundo as estimativas, a expressão do oceano (água do mar) e dos pomares na freguesia da Luz manter-se-á no período 2000-2030 (Anexo II, Figuras D e E, respectivamente). Por outro lado, os sistemas culturais e parcelares complexos irão sofrer uma diminuição de, aproximadamente, 50% no período 2000-2030 (Anexo II, Figura F). Relativamente às áreas da freguesia ocupadas por tecido urbano descontínuo, prevê-se que estas aumentem de ano para ano, chegando a atingir, em 2030, valor ligeiramente superior ao dobro do verificado no ano 2000 (Anexo II, Figura G). Prevê-se, por último, que tanto a vegetação esclerófila como as vinhas apresentem valores constantes no período 2000-2030 (Anexo II, Figuras H e I, respectivamente).

É importante esclarecer as classes áreas em construção e tecido urbano descontínuo do produto Corine Land Cover. Assim, o tecido urbano descontínuo compreende áreas ocupadas por estruturas artificiais urbanas, onde a percentagem de impermeabilização da superfície varia entre 30 a 80%. O edificado, as vias e outras áreas artificiais podem estar associadas a áreas de vegetação e solo descoberto que, embora ocupando áreas descontínuas, assumem alguma expressão. Relativamente à classe áreas em construção, as mesmas correspondem a espaços que se encontram em desenvolvimento construtivo, das quais as escavações fazem parte. As estruturas públicas e industriais e a rede rodoviária e ferroviária, quando em construção, são, igualmente, classificadas como áreas em construção. As estimativas anteriormente expostas encontram-se resumidas na Figura 16.

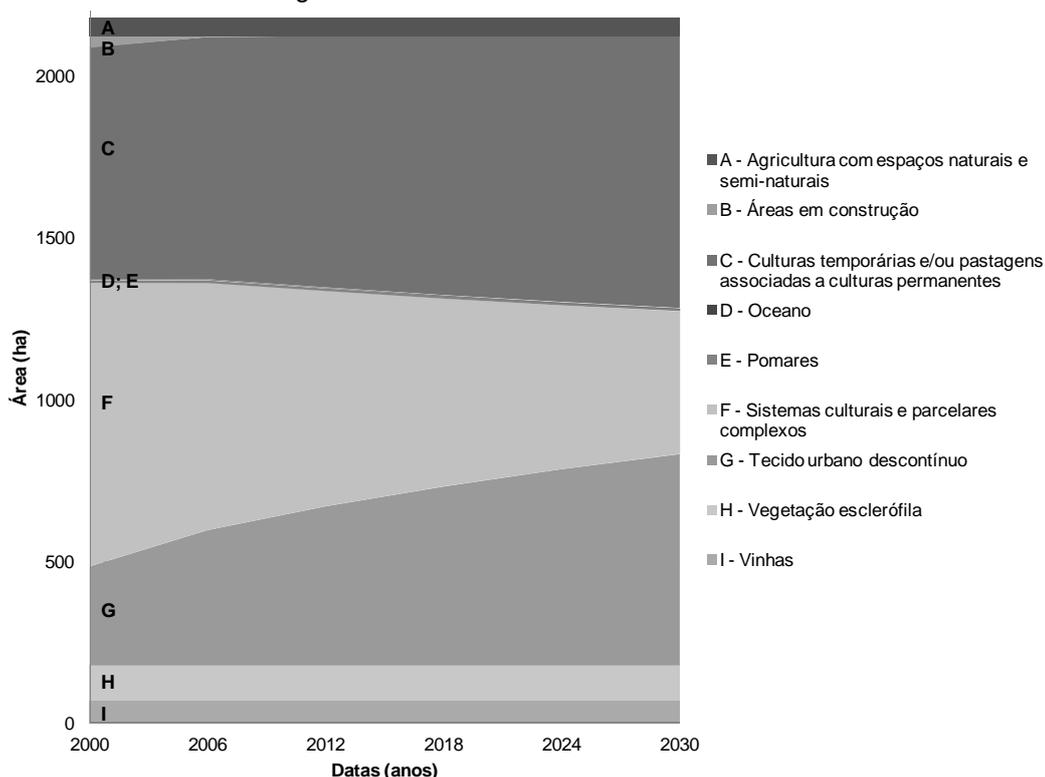


Figura 16 - Estimativas de evolução no período 2000-2030 para a freguesia da Luz, construída com base nos produtos Corine Land Cover 2000 e Corine Land Cover 2006

5.5.2 A freguesia da Luz - Dados da Carta de Ocupação do Solo

Depois de confrontados e intersectados os dados de 1990 com os dados de 2007, foi possível resumir as alterações ocorridas no período em questão (Anexo II, Quadro VI).

A nomenclatura da COS de 2007 divide-se em cinco níveis. O nível 1 encontra-se subdividido em 5 classes, o nível 2 em 15, o nível 3 em 43, o nível 4 em 93 e o nível 5 em 193 classes, pelo que o nível 1 corresponde ao nível menos detalhado e o nível 5 ao mais detalhado. Importa referir que o Instituto Geográfico Português apenas permite o *download* gratuito dos níveis 1 e 2, tendo estes sido os níveis utilizados no presente estudo. Sendo a nomenclatura da COS de 1990 bastante detalhada em relação aos níveis 1 e 2 de COS de 2007, a definição de uma legenda comum afigurou-se uma tarefa complicada e da qual poderiam resultar combinações menos correctas. Deste modo, optou-se por trabalhar os dados não com o objectivo anterior de criar matrizes e estimativas, mas sim com a finalidade de se tentar averiguar efectivamente as alterações e transformações que ocorreram na freguesia.

Após análise dos dados é possível verificar que os 84,4 ha de amendoeiras existentes em 1990 eram ocupados, em 2007, maioritariamente por florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea (75,5 ha) (Anexo II, Figura J).

Relativamente aos 11,4 ha ocupados em 1990 por figueiras, verifica-se que, em 2007, a maioria se encontrava ocupada por áreas agrícolas heterogéneas (5,2 ha) e florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea (5,2 ha), seguidos de outros elementos menos expressivos (Anexo II, Figura K). Existiam, em 1990, 59,6 ha de alfarrobeiras na freguesia da Luz. Em 2007, os mesmos ha correspondiam sobretudo a culturas temporárias (10,9 ha) e a culturas permanentes (30,2 ha) (Anexo II, Figura L).

Relativamente aos 448,9 ha mistos de pomares existentes em 1990, constata-se que, em 2007, a grande maioria, 236,6 ha, correspondia a florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea; 77,5 ha correspondiam a tecido urbano e 33,8 ha a áreas agrícolas heterogéneas. A informação anteriormente descrita pode ser visualizada na Figura 17.

Importa salientar que os gráficos como o que se apresenta a seguir na Figura 17, possuem três eixos, correspondendo o eixo vertical principal aos valores de área (em hectares; observáveis nas colunas a cinzento escuro), o eixo vertical secundário aos valores de percentagem (em %; observáveis nos marcadores quadrados a cinza claro) e o eixo horizontal principal às várias classes em análise.

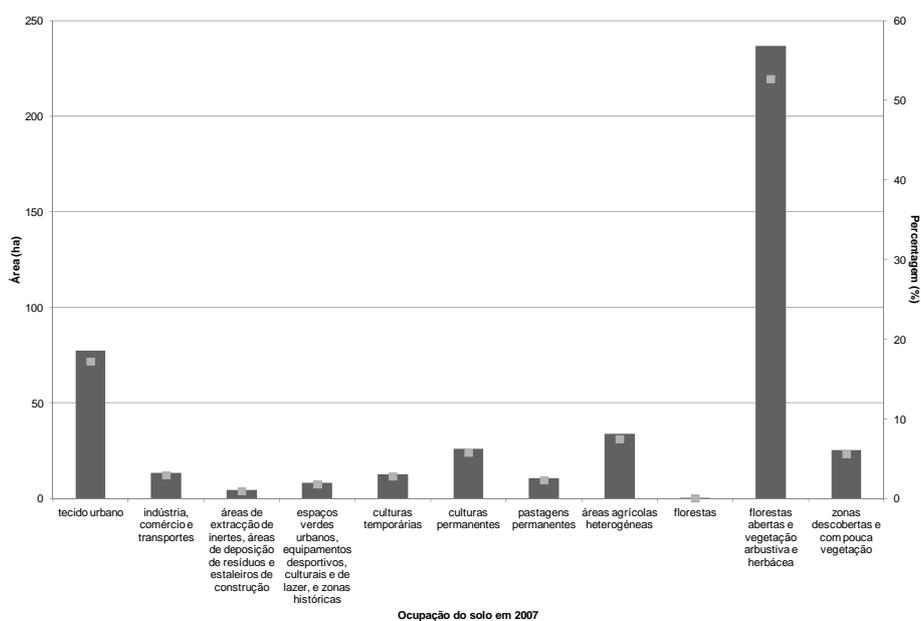


Figura 17 - Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 448,9 ha mistos de pomares existentes em 1990

No que diz respeito às áreas ocupadas, em 1990, por amendoeiras e cultura anual, que perfaziam um total de 128,6 ha, verifica-se que, em 2007, as áreas agrícolas heterogéneas perfaziam um total de 37,9 ha e as florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea um total de 34,3 ha (Anexo II, Figura M). Enquanto que, em 1990, as figueiras e cultura anual preenchiam 17,2 ha na freguesia, em 2007, esses mesmos hectares encontravam-se ocupados sobretudo por 4,1 ha de culturas temporárias; 4,6 ha de culturas permanentes e 6,2 ha de áreas agrícolas heterogéneas (Anexo II, Figura N). Também os 151,9 ha de alfarrobeiras e cultura anual existentes em 1990 sofreram alterações com o passar dos anos. Assim, em 2007, o tecido urbano ocupava 10,5 ha; as culturas temporárias 3,7 ha; as pastagens permanentes 19,6 ha; as áreas agrícolas heterogéneas 36,5 ha; as florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea 81 ha, entre outros com menor expressividade (Anexo II, Figura O). Relativamente aos 340,9 ha mistos de pomares e cultura anual existentes em 1990, verifica-se que, em 2007, as florestas abertas e vegetação arbustiva herbácea apresentavam posição de destaque, estando presentes em 225,2 ha. (Anexo II, Figura P).

Quanto aos 77,7 ha existentes, em 1990, de pomares e vinhas, verifica-se que, em 2007, o solo era ocupado maioritariamente por áreas agrícolas heterogéneas (25,7 ha), seguindo-se áreas cobertas por tecido urbano (12,4 ha), como pode ser observado na Figura 18.

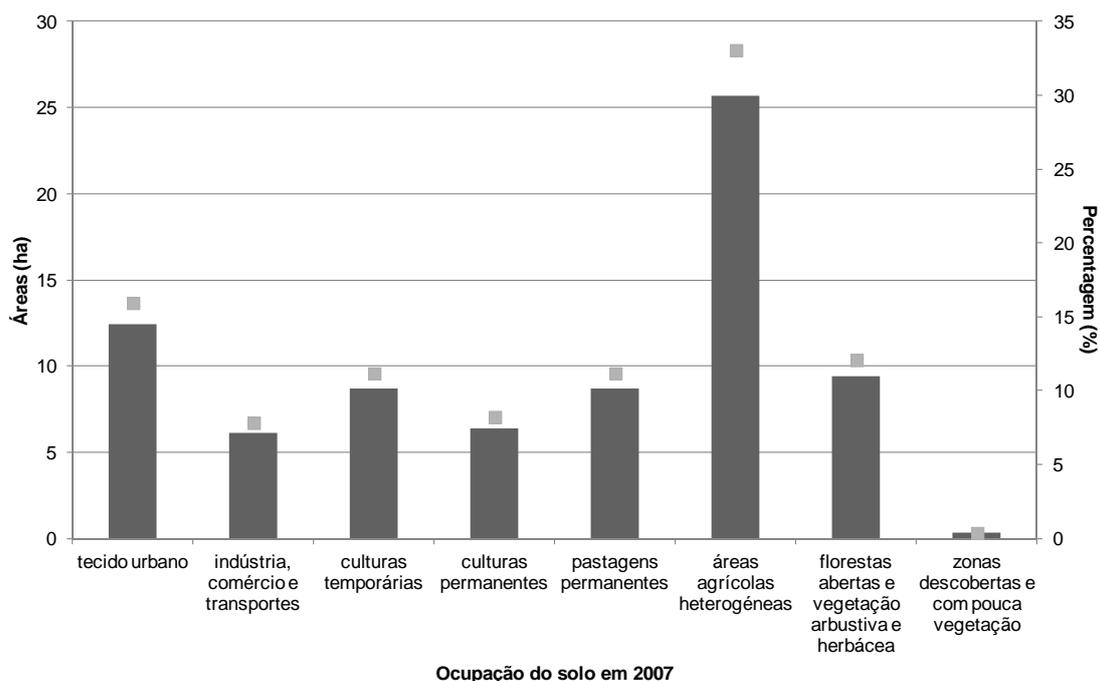


Figura 18 - Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 77,7 ha mistos de pomares e vinhas existentes em 1990

A freguesia da Luz possuía, em 1990, 124,4 ha de culturas anuais de sequeiro e pomares. Em 2007, a mesma área era ocupada, em maior expressão, por áreas agrícolas heterogêneas (51,9 ha) e florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea (36,1 ha) (Anexo II, Figura Q). Relativamente aos 103,4 ha de sequeiro existentes em 1990, verifica-se que, em 2007, os mesmos eram ocupados, maioritariamente, por florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea (34,8 ha) e por culturas temporárias (31,7 ha). Igualmente em posição de destaque surgem as áreas agrícolas heterogêneas, perfazendo um total de 23,3 ha (Anexo II, Figura R).

Quanto às áreas de regadio (35,5 ha) existentes em 1990, as mesmas originaram, em 2007, sobretudo áreas agrícolas heterogêneas (27,4 ha) (Anexo II, Figura S). Em 2007, a freguesia da Luz possuía 14,4 ha de florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea; 6,2 ha de áreas agrícolas heterogêneas e 0,3 ha de culturas permanentes; ha que em 1990 correspondiam, na sua totalidade (20,9 ha), a áreas principalmente agrícolas de sequeiro com espaços naturais importantes (Anexo II, Figura T). Em relação aos 53,5 ha de culturas anuais de sequeiro e vinha existentes em 1990, verifica-se que, em 2007, eram ocupados principalmente por áreas agrícolas heterogêneas (17,7 ha) e por pastagens permanentes (17,5 ha) (Anexo II, Figura U).

Dos 142,3 ha de sistemas culturais e parcelares complexos existentes em 1990, constata-se que, em 2007, as áreas agrícolas heterogêneas surgiam como classe dominante, apresentando um total de 60,9 ha (Anexo II, Figura V).

Relativamente aos registos de 7,9 ha de pomares abandonados no ano de 1990, verifica-se que os mesmos, em 2007, correspondiam a florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea (4,8 ha) e tecido urbano (3,1 ha) (Anexo II, Figura W). Analisando as alterações ocorridas nos 188,2 ha de vegetação arbustiva baixa (matos), existentes em 1990, verifica-se

que a grande maioria, 112 ha, correspondiam, em 2007, a florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea (Anexo II, Figura X). No que concerne aos 2,7 ha da classe praia, dunas, areais e solos sem cobertura vegetal existentes em 1990, observa-se a substituição, em 2007, de 0,5 ha pela classe tecido urbano, bem como a presença de 2,2 ha de zonas descobertas e com pouca vegetação (Anexo II, Figura Y).

Em 1990, a freguesia da Luz possuía 1,2 ha de pinheiro bravo com grau de coberto superior a 50%. Em 2007, grande parte dessa área (0,9 ha) correspondia já a tecido urbano. As áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção compreendiam uma área total de 0,2 ha, ao passo que as áreas agrícolas heterogéneas correspondiam, apenas, a 0,1 ha, como ilustra a Figura 19.

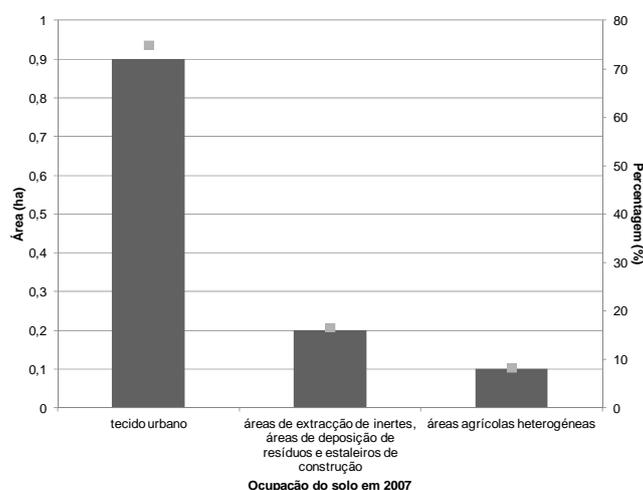


Figura 19 - Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 1,2 ha de pinheiro bravo com grau de coberto superior a 50% existentes em 1990

Analisando a área correspondente a tecido urbano (120,7 ha) no ano de 1990 e a sua evolução até ao ano de 2007, observa-se que grande parte da área se manteve com o mesmo uso do solo (106,4 ha). No entanto, 4,7 ha passaram a constituir áreas de indústria, comércio e transportes; as zonas descobertas e com pouca vegetação atingiram os 3 ha; as florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea perfaziam um total de 2,7 ha; os espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas, bem como a classe das áreas agrícolas heterogéneas constituíam, cada uma delas, 1,2 ha, seguindo-se as culturas temporárias (0,6 ha), as pastagens permanentes (0,5 ha) e, por fim, as culturas permanentes (0,4 ha) (Anexo II, Figura Z).

A área que em 1990 era classificada como espaços fora do tecido urbano consolidado (1,2 ha) originou, em 2007, novos espaços onde o tecido urbano surgia em predominância (0,9 ha), seguindo-se das seguintes classes: 0,2 ha de áreas agrícolas heterogéneas e 0,1 ha de culturas temporárias. O anteriormente exposto encontra-se ilustrado na Figura 20.

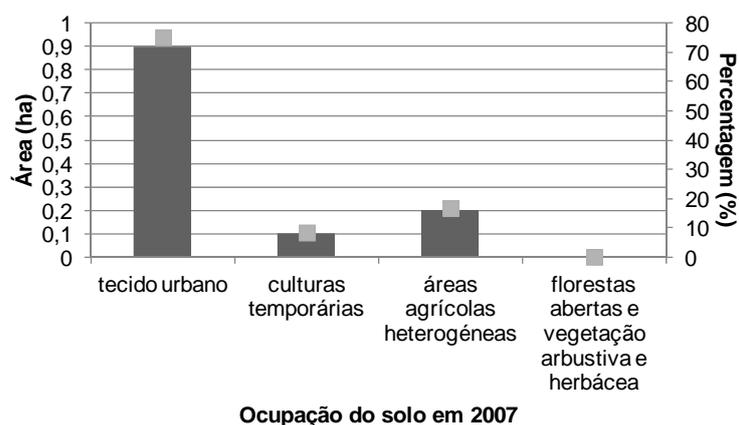


Figura 20 - Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 1,2 ha de outros espaços fora do tecido urbano consolidado existentes em 1990

Relativamente aos 24 ha de vinha e pomar existentes em 1990, sabe-se que, em 2007, os mesmos se encontravam ocupados, maioritariamente, da seguinte forma: 12 ha pertenciam a áreas agrícolas heterogéneas e 11,3 ha a culturas permanentes (Anexo II, Figura AA). Por último e analisando os 29 ha cuja ocupação era, em 1990, assegurada por vinhas, constata-se que, em 2007, a maioria, correspondente a 23,2 ha, eram ocupados por culturas permanentes (Anexo II, Figura AB).

Tendo em conta os dados anteriormente expostos, é possível aferir, de forma sintética a ocupação do solo predominante na freguesia da Luz para os anos 1990 e 2007. Assim, enquanto em 1990 predominavam as áreas mistas de pomares individualizadas e conjugadas com culturas anuais, em 2007 predominavam as florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea e as áreas agrícolas heterogéneas. Em 2007, o tecido urbano surgia como terceira classe com maior área associada, enquanto que em 1990 a mesma classe não se encontrava, sequer, nas cinco primeiras classes com maior representatividade.

5.5.3 A vila da Luz - Dados do produto Corine Land Cover

Depois de analisadas as principais alterações ocorridas em toda a freguesia da Luz, o estudo centrar-se-á num dos três aglomerados da freguesia, a vila da Luz. Para a vila da Luz, por constituir o objecto de estudo deste trabalho, serão apresentados gráficos, para melhor poderem ser visualizados os resultados obtidos. O Quadro 6 reúne os dados resultantes da intersecção da nomenclatura da CLC 2000 com a nomenclatura da CLC 2006, permitindo compreender as intersecções ocorridas ao nível da ocupação do solo.

Quadro 6 - Intersecção dos dados de 2000 e de 2006 da Corine Land Cover para a vila da Luz

Código da legenda (2000)	Designação da legenda (2000)	Código da legenda (2006)	Designação da legenda (2006)	Área (ha)	Área (m ²)
241	Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas	241	Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas	12,12	121241,26

	permanentes		permanentes		
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	242	Sistemas culturais e parcelares complexos	8,74	87371,07
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	112	Tecido urbano descontínuo	26,64	266443,96
243	Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	243	Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	3,88	38805,98
112	Tecido urbano descontínuo	112	Tecido urbano descontínuo	169,61	1696050,30
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	112	Tecido urbano descontínuo	1,23	12259,72
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	242	Sistemas culturais e parcelares complexos	8,78	87773,81
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	112	Tecido urbano descontínuo	20,47	204725,22
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	242	Sistemas culturais e parcelares complexos	40,56	405646,86
133	Áreas em construção	112	Tecido urbano descontínuo	20,82	208244,04
523	Oceano	523	Oceano	1,00	9962,07

O procedimento adoptado, para obtenção dos dados, foi o mesmo que o utilizado para a freguesia da Luz e permitiu, igualmente, a criação da matriz de transição absoluta, da matriz de transição relativa e da matriz transposta para a vila da Luz. As matrizes obtidas podem ser consultadas no Anexo II, Quadros VII, VIII e IX.

As estimativas de evolução para as várias classes da CLC, no período 2000-2030, podem ser observadas nas figuras que se seguem. A Figura 21 ilustra a estimativa de evolução da Agricultura com espaços naturais e semi-naturais no período 2000-2030 para a vila da Luz, sendo que essa evolução se prevê constante, como observável no gráfico.

Importa realçar, novamente, a existência de três eixos nos gráficos como o da Figura 21. A diferença em relação aos gráficos anteriormente discutidos prende-se com o facto de o eixo horizontal principal corresponder, agora, aos vários períodos em análise.

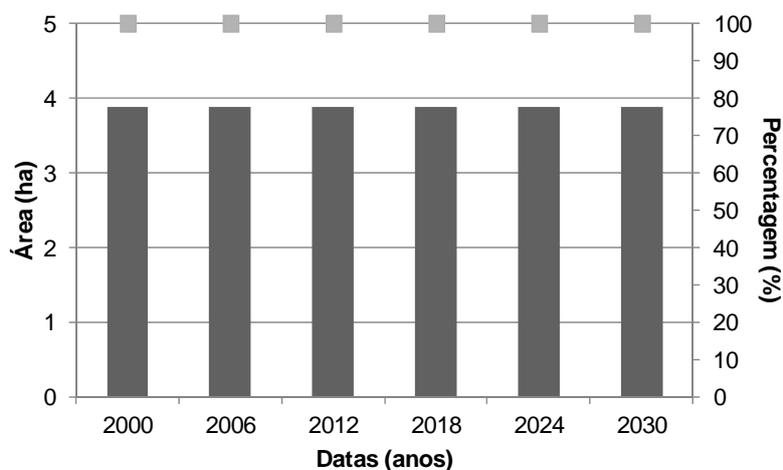


Figura 21 - Estimativa de evolução da agricultura com espaços naturais e semi-naturais no período 2000-2030 para a vila da Luz

Na Figura 22 é possível observar a previsão, para o intervalo 2000-2030, das áreas em construção na vila da Luz, sendo equacionável uma diminuição da área em construção, o que provavelmente poderá estar relacionado com a conclusão de obras e, portanto, com o aumento do tecido urbano.

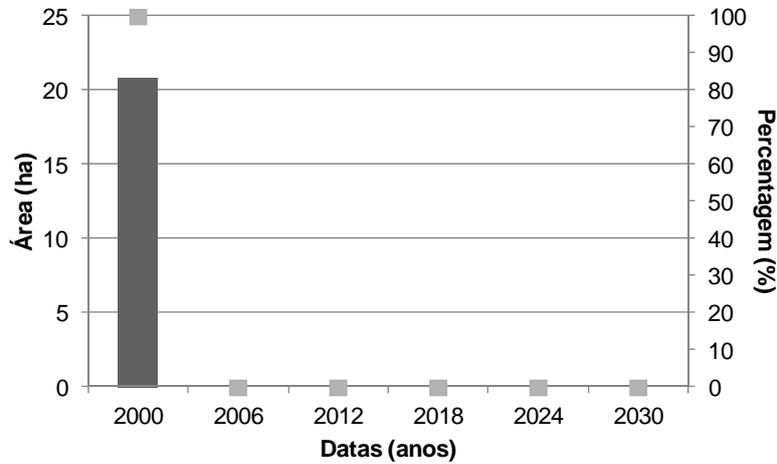


Figura 22 - Estimativa de evolução das áreas em construção no período 2000-2030 para a vila da Luz

Segue-se o gráfico que documenta a evolução prevista para as culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes no período 2000-2030 para a vila da Luz. Não se prevêem quaisquer alterações neste domínio (Figura 23).

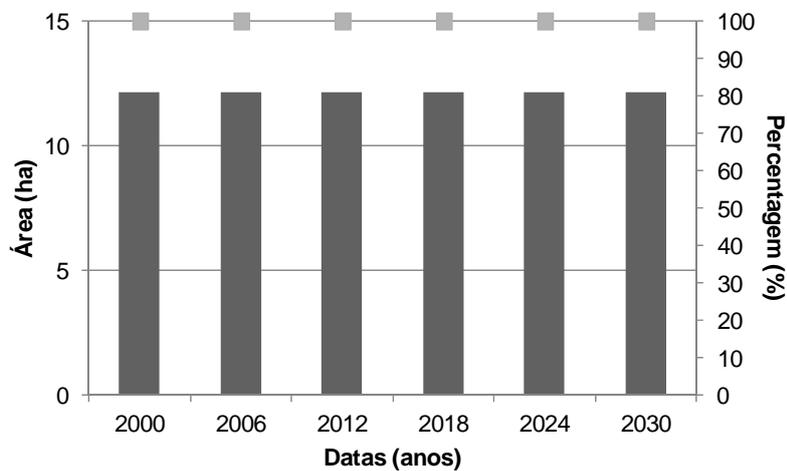


Figura 23 - Estimativa de evolução das culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes no período 2000-2030 para a vila da Luz

Relativamente à evolução do oceano, no que concerne à vila da Luz, também não são de prever quaisquer alterações (Figura 24).

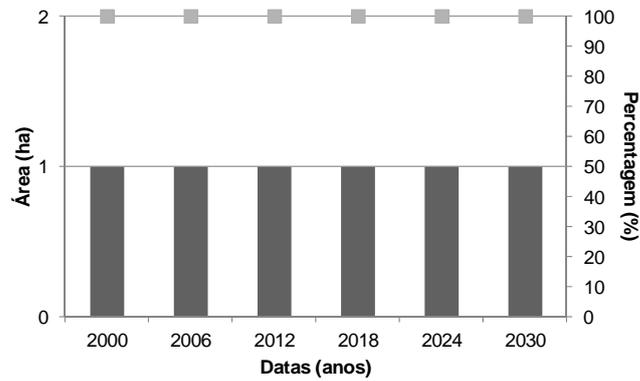


Figura 24 - Estimativa de evolução do oceano no período 2000-2030 para a vila da Luz

No que concerne à evolução dos sistemas culturais e parcelares complexos no período 2000-2030, para a vila da Luz, estima-se uma progressiva diminuição, ao longo dos anos, até assumir valores pouco significativos (Figura 25).

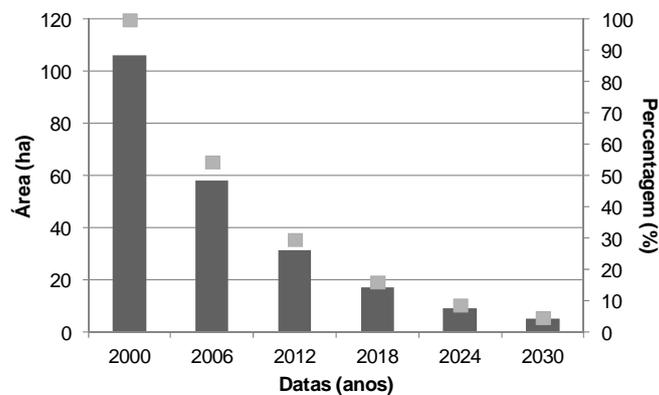


Figura 25 - Estimativa de evolução dos sistemas culturais e parcelares complexos no período 2000-2030 para a vila da Luz

O tecido urbano descontínuo, estima-se que aumente, consideravelmente, ao longo dos anos, mais concretamente até 2030, em que atingiria os 292 ha. Esta previsão pode compreender-se, se forem tidos em conta aspectos como a prevista diminuição da área em construção e a manutenção e possível crescimento da Praia da Luz enquanto destino turístico de eleição (a julgar pelos prémios europeus frequentemente atribuídos a esta região e localidade, bem como à inclusão da cidade e da vila em estudo, em roteiros turísticos de referência). Estes factores, a par com uma perpetuação da ausência de planos e instrumentos que vigorem e regulamentem as intervenções, poderá ditar a implantação de edificação de forma incorrecta, nomeadamente em malhas que se apresentem incompletas, ou a proliferação de construção em espaços intersticiais, promovendo o aumento de tecido urbano descontínuo (Figura 26).

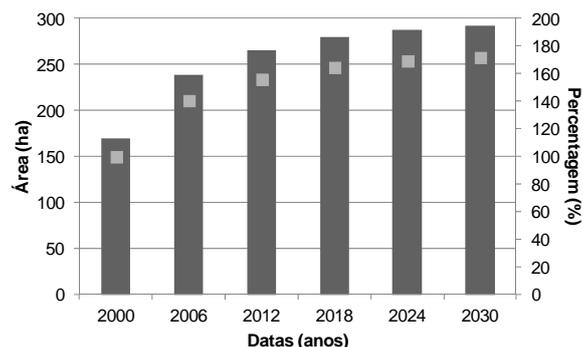


Figura 26 - Estimativa de evolução do Tecido urbano descontínuo no período 2000-2030 para a vila da Luz

Em síntese, e de acordo com as estimativas calculadas, prevê-se que as áreas agrícolas com espaços naturais e semi-naturais, as culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes e a classe oceano não sofram qualquer alteração no período 2000-2030. No que se refere às áreas em construção, verificou-se um decréscimo até valor nulo no período 2000-2006, prevendo-se que as mesmas continuem inexistentes até 2030. Quanto aos sistemas culturais e parcelares complexos, prevê-se que em 2030 a área ocupada pela referida classe tenha sofrido um decréscimo na ordem dos 95%. Por último, e analisando as previsões esperadas para o tecido urbano descontínuo, é de esperar que a sua expressão sofra um aumento ligeiramente superior a 70% no ano de 2030, em relação aos valores verificados em 2000.

Mais uma vez, afigura-se urgente a existência de instrumentos reguladores, aliada à sensibilidade dos técnicos, para que possa evitar-se a degradação do território e de valores fundamentais do património natural e cultural.

A Figura 27 ilustra o que foi anteriormente apresentado e discutido.

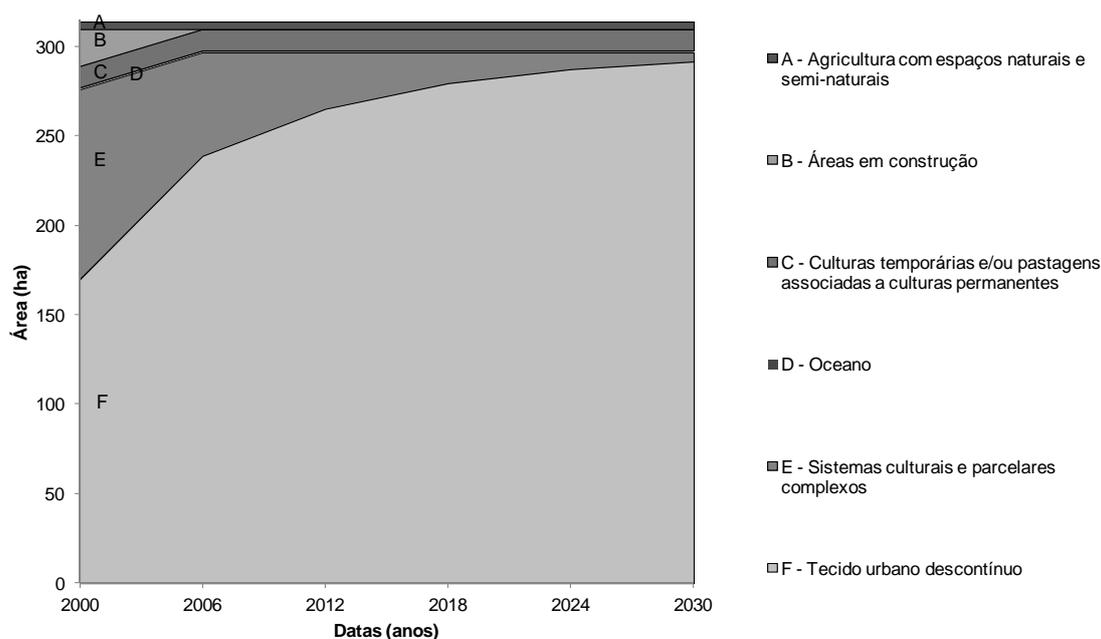


Figura 27 - Estimativas de evolução no período 2000-2030 para a vila da Luz, construída com base nos produtos Corine Land Cover 2000 e Corine Land Cover 2006

5.5.4 A vila da Luz - Dados da Carta de Ocupação do Solo

A análise e posterior tratamento dos dados da COS (Anexo II, Quadro X) para a vila da Luz, permitem aferir acerca das principais alterações ocorridas entre 1990 e 2007.

Como é observável no gráfico da Figura 28, a área ocupada por alfarrobeiras em 1990 passou a ser, em 2007, maioritariamente ocupada por tecido urbano.

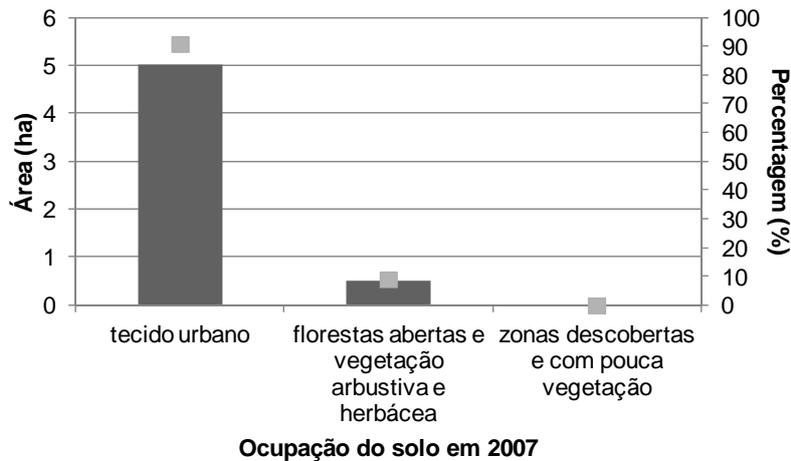


Figura 28 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 5,5 ha de alfarrobeiras existentes em 1990

Relativamente aos hectares outrora ocupados por amendoeiras e cultura anual, o gráfico da Figura 29 seguinte ilustra a sua substituição, sobretudo por tecido urbano no ano 2007.

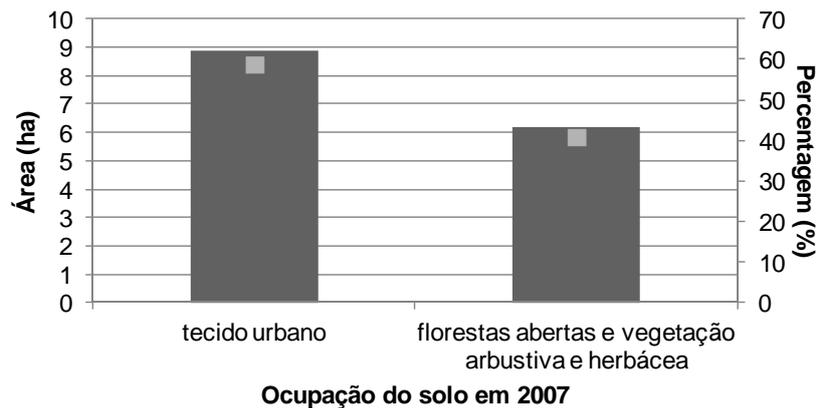


Figura 29 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 15,1 ha de amendoeiras e cultura anual existentes em 1990

No que diz respeito à área existente, em 1990, de culturas anuais de sequeiro e pomares, verifica-se, ao contrário do que tinha sucedido nos casos anteriores, a sua não substituição maioritária por tecido urbano, embora este tipo de ocupação surja em segundo lugar (Figura 30).

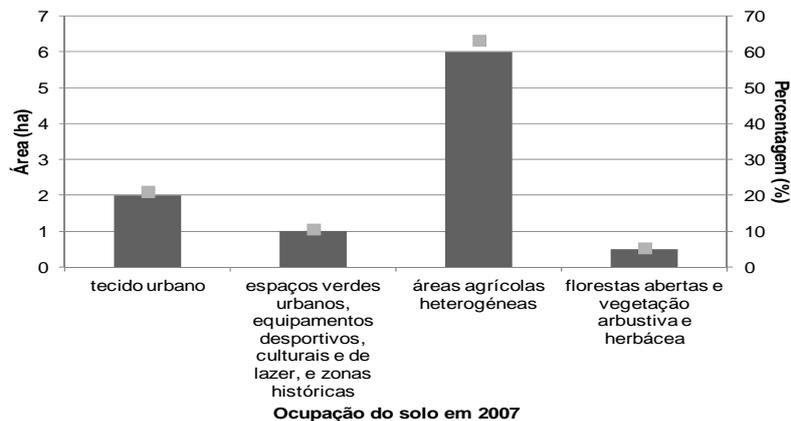


Figura 30 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 9,5 ha de culturas anuais de sequeiro e pomares existentes em 1990

No que concerne aos hectares mistos de pomares existentes, em 1990, e à sua ocupação em 2007, verifica-se a sua substituição maioritária por tecido urbano, que ocupava cerca de 74% da área inicial de pomares. A Figura 31 ilustra o anteriormente exposto.

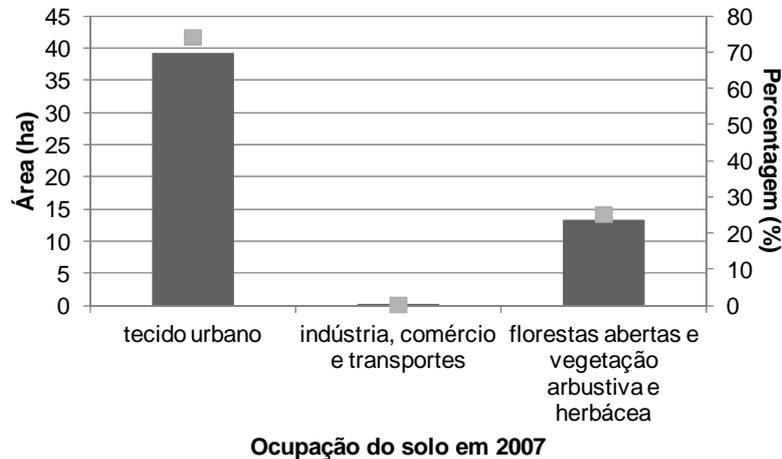


Figura 31 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 52,9 ha mistos de pomares existentes em 1990

O gráfico da Figura 32 permite verificar que, aproximadamente, 67% da área ocupada em 1990 por pomares e cultura anual era, em 2007, ocupada por florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea. Embora com menor expressão, a substituição de, aproximadamente, 22% da área inicial por tecido urbano também deve ser destacada.

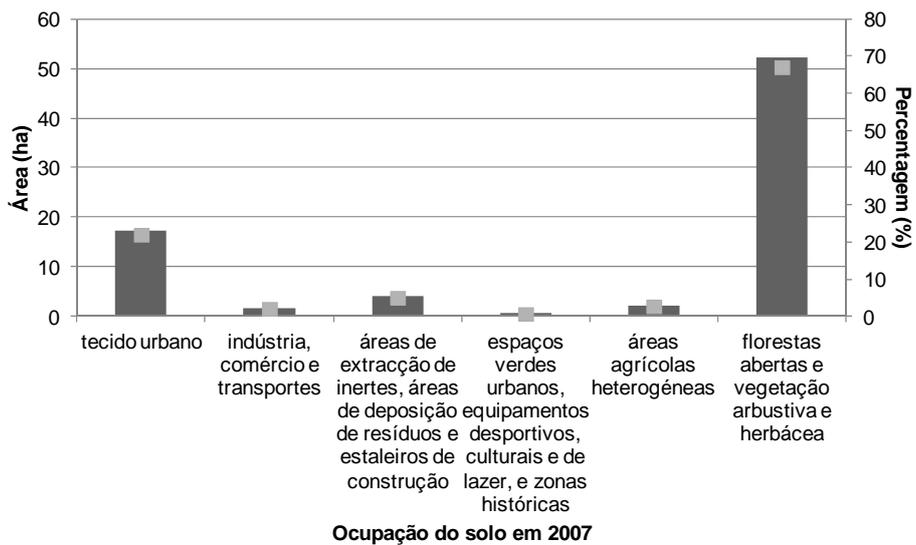


Figura 32 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 78 ha mistos de pomares e cultura anual existentes em 1990

Relativamente aos hectares ocupados em 1990 por pomares abandonados, verifica-se que, aproximadamente, 61% eram ocupados, em 2007, por florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea. A ocupação por tecido urbano preenche a restante percentagem, como ilustra o gráfico da Figura 33.

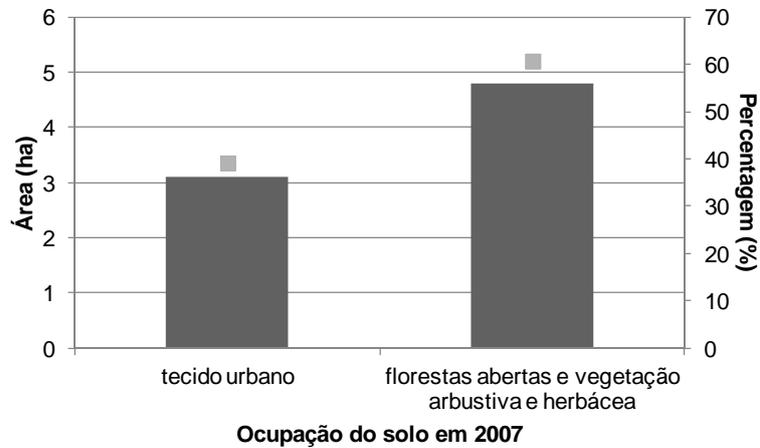


Figura 33 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 7,9 ha de pomares abandonados existentes em 1990

Quanto à área outrora ocupada por praia, dunas, areais e solos sem cobertura vegetal, verifica-se que grande parte (cerca de 81%) se manteve classificada como zona descoberta e com pouca vegetação. A restante percentagem sofreu alterações no período de tempo em análise tendo, mais uma vez, originado áreas ocupadas por tecido urbano, como realça o gráfico da Figura 34.

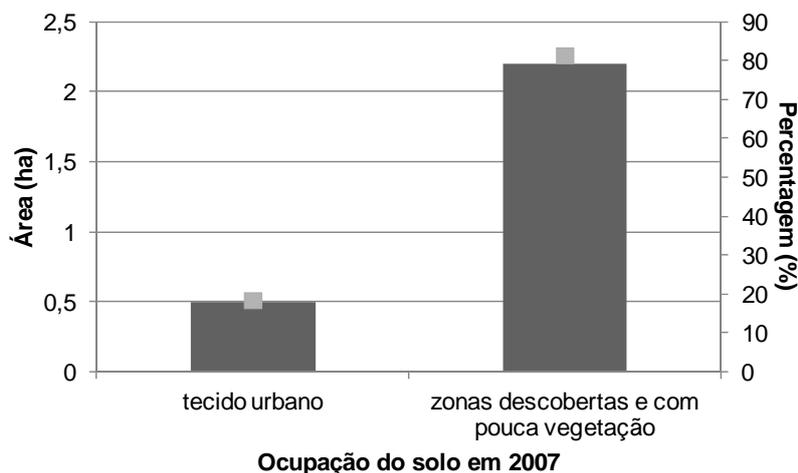


Figura 34 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 2,7 ha de praia, dunas, areais e solos sem cobertura vegetal existentes em 1990

Observando o gráfico da Figura 35, verifica-se que aproximadamente 67% das áreas de sequeiro existentes em 1990 originaram, em 2007, áreas de indústria, comércio e transportes.

Ao contrário do que tem sucedido na maioria das observações anteriores, a ocupação por tecido urbano praticamente não tem expressão no ano de 2007.

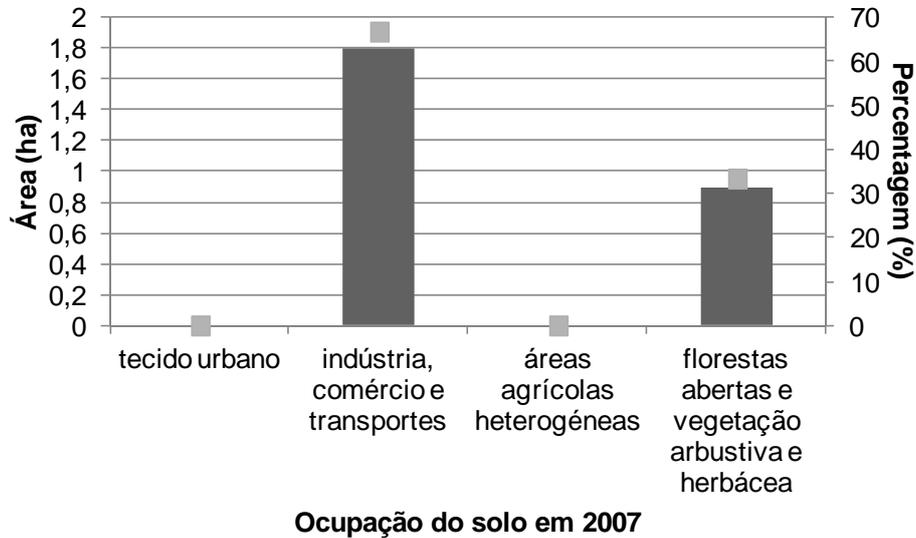


Figura 35 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 2,7 ha de sequeiro existentes em 1990

Quando se analisam as alterações ocorridas nos 26 ha de sistemas culturais e parcelares complexos, verifica-se, mais uma vez, a sua substituição maioritária, em 2007, por tecido urbano (que perfaz, aproximadamente, 68%). O anteriormente dito pode ser confirmado no gráfico da Figura 36.

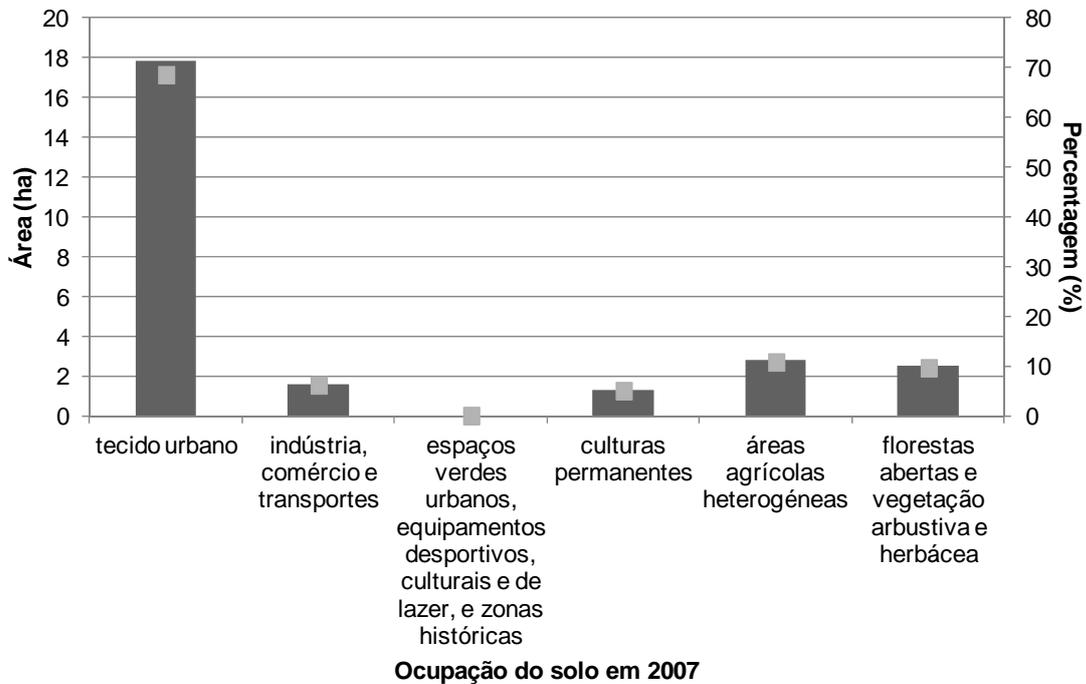


Figura 36 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 26 ha de sistemas culturais e parcelares complexos existentes em 1990

Através da análise do gráfico da Figura 37, verifica-se que, aproximadamente, 91% da área ocupada em 1990 por tecido urbano descontínuo continuou, em 2007, a ser ocupada por tecido urbano.

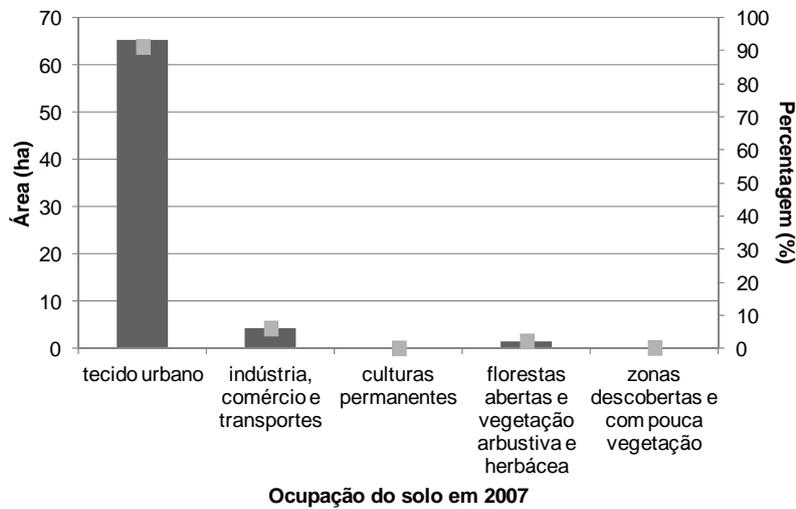


Figura 37 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 71,7 ha de tecido urbano descontínuo existentes em 1990

Por último, e analisando as alterações ocorridas na área preenchida, em 1990, por vegetação arbustiva baixa (matos), verifica-se que, aproximadamente, 34% dessa área era ocupada, em 2007, por florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea, seguindo-se a ocupação por tecido urbano, que perfazia um total de 32%. O gráfico da Figura 38 demonstra o anteriormente referido.

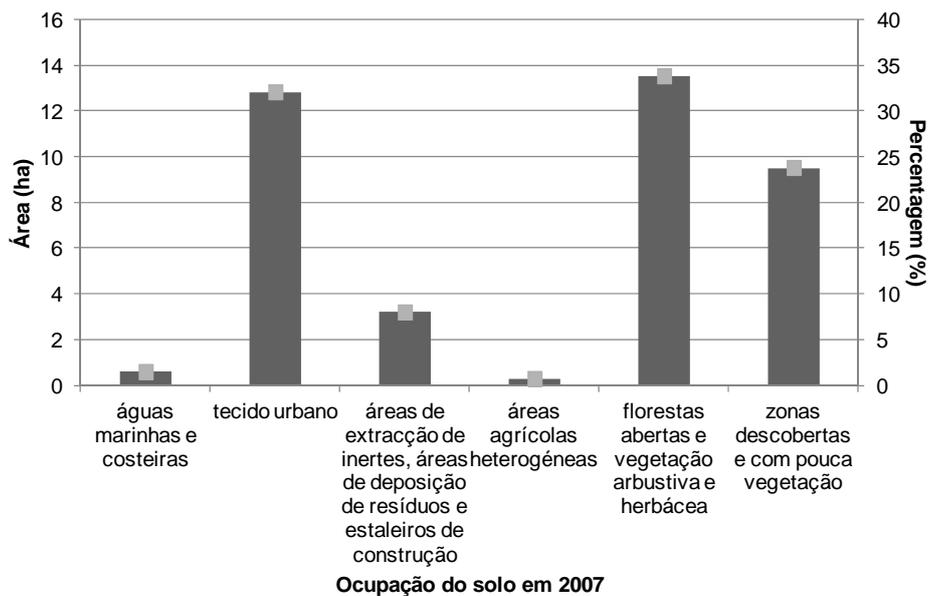


Figura 38 - Vila da Luz: ocupação, em 2007, dos 39,9 ha de vegetação arbustiva baixa (matos) existentes em 1990

De modo a sintetizar as alterações descritas anteriormente de forma detalhada, apresentam-se dois gráficos, Figura 39 e Figura 40, sendo que o primeiro apresenta a ocupação do solo da vila da Luz em 1990 e o segundo a ocupação do solo da vila em 2007.

Analisando a ocupação do solo em 1990, é possível verificar que a vila era maioritariamente ocupada por áreas mistas de pomares e culturas anuais (aproximadamente 25%), seguindo-se a ocupação por tecido urbano descontínuo (aproximadamente 23%), as áreas mistas de pomares (aproximadamente 17%) e áreas ocupadas por vegetação arbustiva baixa (matos) (aproximadamente 13%). Embora com menor expressão, são de referir as áreas ocupadas por sistemas culturais e parcelares complexos (aproximadamente 8%), bem como as áreas ocupadas por amendoeiras e culturas anuais (aproximadamente 5%).

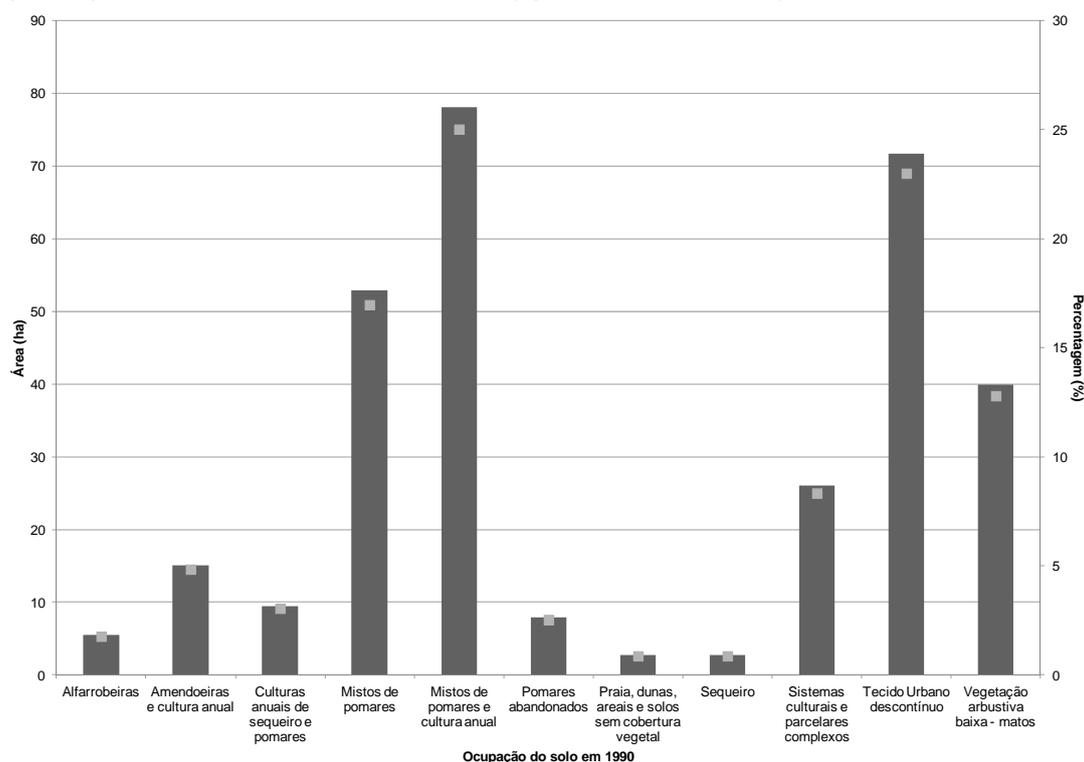


Figura 39 - Vila da Luz: ocupação do solo em 1990

Segundo Brito (2009) e indo ao encontro dos dados anteriormente referidos, as exportações de figo e de amêndoa eram fundamentais para a economia da região, permitindo ao Algarve obter um consumo interno de 40% do valor das exportações de figo (eram exportadas 2700 toneladas de figo e 2168 toneladas de figo em forma de pasta) e 10% do valor das exportações de amêndoa (eram exportadas 2089 toneladas de miolo de amêndoa e 275 toneladas de amêndoa em casca).

Simultaneamente, de acordo com os dados do Plano de Fomento Agrário do ano de 1951, a área ocupada por culturas arvenses de sequeiro era de 233 500 ha, que correspondiam a 47% da região do Algarve (Plano de Fomento Agrário, 1951: 22, cit. por Brito, 2009, p.36).

Porém, no intervalo de dezassete anos que é possível analisar, a vila da Luz passou a apresentar outro tipo de ocupação do solo. De facto, as áreas ocupadas por tecido urbano surgiram em destaque, ocupando 55%, ao invés dos 23% verificados em 1990. As florestas abertas e a vegetação arbustiva e herbácea ocupavam, em 2007, 31% da área da vila, surgindo como o segundo tipo de ocupação do solo com maior destaque. É de destacar a baixa percentagem existente, em 2007, de espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas.

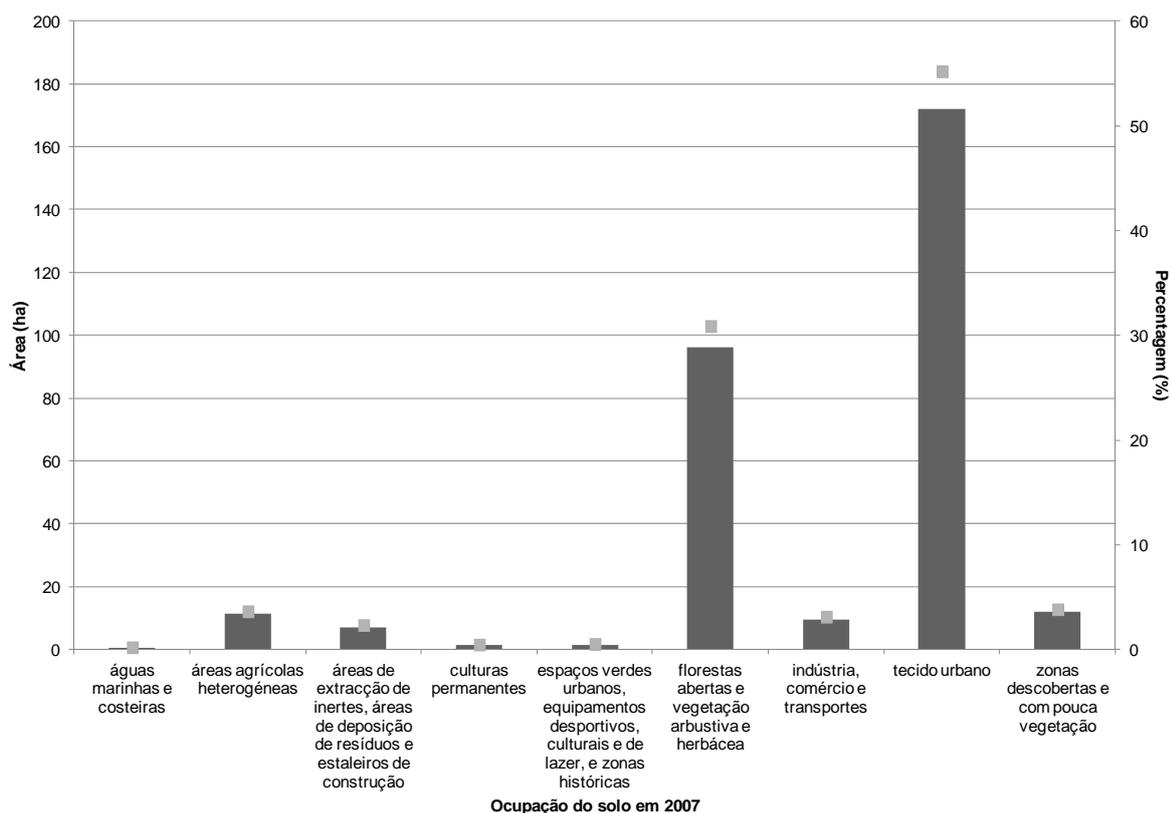


Figura 40 - Vila da Luz: ocupação do solo em 2007

Em suma, confrontando as principais alterações na ocupação e uso do solo anteriormente apresentadas, com as alterações visuais observáveis nas fotografias aéreas e nas várias edições da Carta Militar de Portugal, verifica-se uma concordância dos resultados obtidos. De uma forma geral, no período 2000 a 2006, assistiu-se à diminuição dos sistemas culturais parcelares complexos e ao aumento do tecido urbano descontínuo, factos observáveis na fotografia aérea de 2002 e na edição da Carta Militar de Portugal de 2005. No período 1990 a 2007, verifica-se essencialmente, o surgimento de novas áreas urbanas em áreas onde predominavam alfarrobeiras, amendoeiras, pomares e sistemas culturais parcelares complexos, alterações observáveis, de uma forma geral, na cartografia.

A Figura 41 permite observar uma vista geral da Praia da Luz, nos anos 20/30.



Figura 41 - Vista geral da Praia da Luz, anos 20/30 (Fonte: arquivo pessoal do Sr. Silvestre Marchão Ferro)

As Figuras 42 e 43 permitem visualizar, em imagens semelhantes, a Praia da Luz nos anos 20/30 e posteriormente, em 1999. As Figuras 44 e 45, mostram imagens da praia, nos anos 20/30 e, por contraste, no ano de 2011, em que são visíveis numerosos banhistas na zona da praia.



Figura 42 - Praia da Luz, anos 20/30 (Fonte: arquivo pessoal do Sr. Silvestre Marchão Ferro)



Figura 43 - Praia da Luz, Janeiro de 1999 (Fonte: autor)



Figura 44 - Zona da praia ao fundo, anos 20/30 (Fonte: arquivo pessoal do Sr. Silvestre Marchão Ferro)



Figura 45 - Zona da praia ao fundo, Agosto de 2011 (Fonte: autor)

5.6 Entrevistas a técnicos e decisores locais

De forma a destacar os principais aspectos referidos pelos entrevistados, realizou-se uma análise de conteúdo (Anexo III, Figura AC), que dividiu o teor da entrevista aplicada em categorias e em subcategorias.

Foram utilizadas as siglas AJF, APU e UCML para distinguir os autores das diferentes afirmações e pontos de vista. Assim AJF refere-se ao Arquitecto cuja actividade está relacionada com a Junta de Freguesia da Luz; APU designa o Arquitecto cuja actividade profissional está relacionada com o Plano de Urbanização da Luz e UCML, por seu turno, diz respeito ao Urbanista cuja actividade está próxima da Câmara Municipal de Lagos.

Quanto aos aspectos que abrangem a evolução da Praia da Luz, constata-se que, relativamente ao passado da vila da Luz, todos os entrevistados recordam, maioritariamente, a actividade piscatória, embora também seja referida a vertente de destino de veraneio. Em relação ao presente, os diferentes entrevistados referem as alterações sociais e urbanas, bem como o desenvolvimento do turismo. Neste sentido, dois dos entrevistados apontam a década de 60 como aquela que conduziu às referidas transformações, ao passo que outro entrevistado considera que as principais alterações se deram depois de 1974, dando lugar à vila dos dias de hoje.

No que respeita ao património, nomeadamente à história, cultura e valores associados à vila, os entrevistados, embora atribuindo maior ou menor relevância à cultura e valores existentes, assumem que terá existido uma adulteração dos mesmos, referindo a existência de conflitos entre o progresso e a manutenção de valores, mas considerando também algum esforço por parte do município, na sua defesa e valorização. Relativamente às tradições, todos os entrevistados apontam para o seu desaparecimento, referindo o tempo, a sazonalidade e o associado crescimento da população, bem como o investimento imobiliário, como possíveis factores desencadeadores desta perda de hábitos e costumes do passado.

Relativamente aos instrumentos legais, no que se refere à sua inexistência, as opiniões foram bastante distintas. Enquanto que o Arquitecto cuja actividade está ligada ao Plano de Urbanização da vila da Luz, considera que a ausência de instrumentos implica uma gestão do território factual e adequada às circunstâncias; o Urbanista ligado à Câmara Municipal considera que não se deveria sequer utilizar a designação de “retoma” do PDM, na medida em que o tempo prolongado a que este se encontra anulado deveria determinar uma nova elaboração e não apenas uma redefinição ou reajuste.

Como consequência da inexistência de instrumentos legais, o Arquitecto cuja actividade se relaciona com a Junta de Freguesia da Luz, considera que a zona urbana e de expansão urbana não foram afectadas pela ausência de PDM, referindo que vigorou um plano de urbanização para a Luz que traçou as principais orientações; o Arquitecto ligado ao Plano de

Urbanização destaca uma eventual redução de impactos, caso existissem em vigor instrumentos alternativos ao PDM, não havendo um diagnóstico de oportunidades da área; o Urbanista aponta várias consequências negativas, entre as quais a ausência de uma lógica de crescimento urbano, as agressões decorrentes de pressões imobiliárias e a total desadequação e desactualização do plano de urbanização existente e em vias de aprovação.

No que concerne às potencialidades da intervenção, os entrevistados realçam os recentes prémios de acessibilidade e de praia azul conquistados, mas também o clima e os valores naturais e paisagísticos e, por outro lado, um dos entrevistados refere a existência de boas práticas públicas.

Como condicionantes da intervenção, os entrevistados referem novamente o facto de o Plano de Urbanização previsto já poder conter desadequações e alertam para o facto de considerar apenas o preenchimento de áreas intersticiais. São também apontadas as alterações ocorridas no sector do turismo e o esgotamento do modelo de crescimento e expansão (embora considerem provável a necessidade de ocorrer mais construção), bem como os efeitos negativos da sazonalidade. Estas condicionantes vão ao encontro das previsões anteriormente apresentadas, no sentido em que poderá ter lugar um aumento do tecido urbano descontínuo na vila da Luz, ao longo dos próximos anos.

No domínio das prioridades de intervenção, embora um dos entrevistados não anteveja alterações significativas num futuro próximo na vila da Luz, recorda a possibilidade de essas mudanças terem lugar nos aglomerados adjacentes, pertencentes à mesma freguesia. Por outro lado, outros entrevistados referem a necessidade de se intervir na vila de forma mais atenta, reformulando as construções existentes e as prioridades de construção. Também é expressa a opinião de que a acessibilidade deve estender-se a toda a vila e não exclusivamente à zona da praia, devendo igualmente ser criados espaços verdes e parques urbanos; é igualmente referida a necessidade de otimizar a relação com Lagos. É notória, ao longo das respostas, uma tendência para abordar a necessidade de uma nova ruralidade, seja através da complementaridade do urbano e dos valores da natureza, seja através da promoção de actividades turísticas com componente agrícola ou associado à natureza. Um dos entrevistados destaca a necessidade de preservação do património e da paisagem, assim como a necessidade de se criarem espaços pedonais e de contemplação sobre o mar e sobre o campo. A vila da Luz é encarada como local de crescente afirmação turística, pelo que um dos entrevistados apela à actuação consciente dos poderes locais.

5.7 Inquéritos – a opinião da população

O inquérito aplicado envolveu a participação de 33 indivíduos numa amostra maioritariamente adulta, cujas idades estão compreendidas entre os 18 e os 73 anos, tendo 85% dos inquiridos entre 20 a 60 anos, como se pode deduzir da análise da Figura 46.

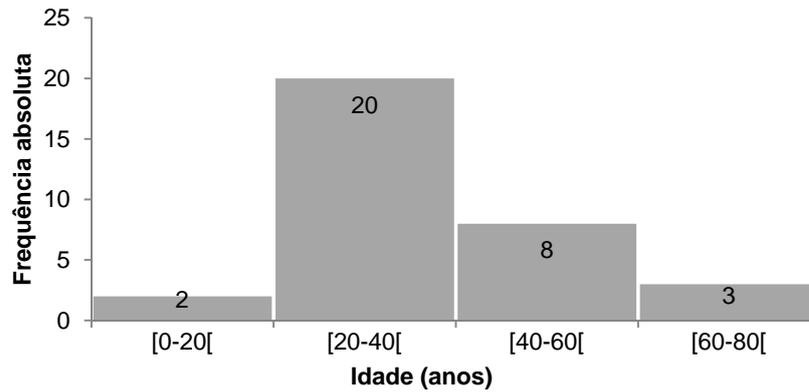


Figura 46 - Idade dos inquiridos

Relativamente ao sexo dos inquiridos, verifica-se que 55% dos mesmos são indivíduos do sexo feminino, como se pode observar, através da Figura 47. Relativamente à ligação dos inquiridos à área de estudo, verifica-se que a maioria (43%) reside na área e que a minoria (3%) reside e trabalha na vila da Luz, como pode ser observado na Figura 48.

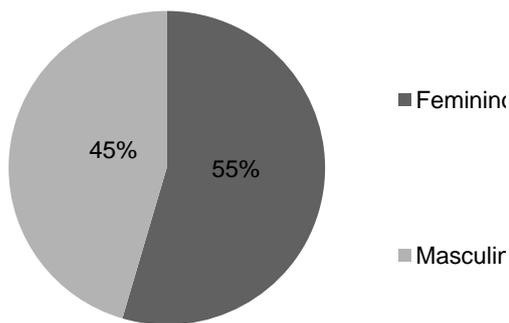


Figura 47 - Sexo dos inquiridos

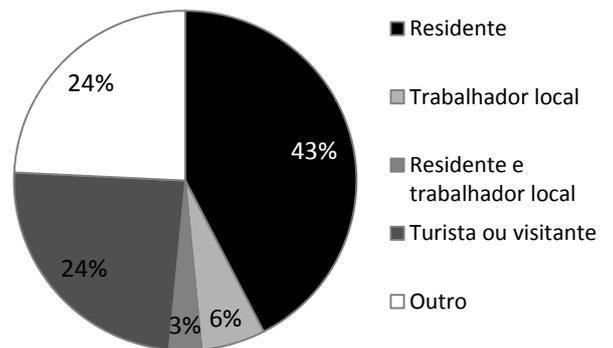


Figura 48 - Ligação dos inquiridos à vila da Luz

Relativamente à ligação dos inquiridos à vila (em anos), conforme mostra a Figura 49, a quase totalidade da amostra inquirida, 91%, revelou conhecer a vila há mais de 15 anos, podendo este ser considerado um dado importante para o estudo em causa, onde o factor tempo é fundamental para a compreensão das alterações ocorridas na vila.

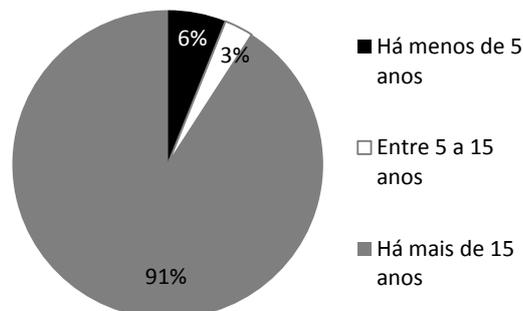


Figura 49 - Ligação dos inquiridos à vila da Luz

As respostas a todas as questões que constituem o inquérito em análise podem ser consultadas, na íntegra, no Anexo III.

Quando confrontados com a questão “O que mais valoriza na Praia da Luz?”, alguns dos aspectos focados pelos inquiridos dizem respeito à beleza da praia; ao facto da vila albergar residentes e turistas de diversas nacionalidades; à forte actividade turística; à tranquilidade e pacatez da vila; à paisagem; ao clima; à hospitalidade e simpatia da população, entre outros. Ainda relativamente ao que é mais valorizado na Praia da Luz, existiram respostas dicotómicas – “Hoje, nada”, por oposição a “Tudo! As pessoas, o clima, a tranquilidade e o bulício. A pesca, o peixe fresco, a noite, etc.”

Através da análise das respostas apresentadas à questão “Como recorda a Praia da Luz de outros tempos?”, observa-se que, embora utilizando termos diferentes, muitos dos inquiridos realçam o facto da Praia da Luz de outrora não possuir tantas áreas edificadas, quando comparada com a Praia da Luz dos dias de hoje. Uma das respostas refere os “fantásticos espaços verdes que existiam pela vila que agora são blocos de cimento completamente imparciais com a envolvente”. É também destacado, por vários inquiridos, o carácter piscatório da Praia da Luz de outros tempos. Alguns dos testemunhos rotulam a Praia da Luz de outros tempos como uma “Terra de pescadores na sua faina diária, a chegada pela manhã dos barcos à praia e a que se seguia o “mata bicho” nas tabernas próximas com as conversas inolvidáveis entre pescadores. Também a cultura agrícola e campos repletos de figueiras, amendoeiras e alfarrobeiras. Pouca densidade habitacional”.

Quando confrontados com a questão “Como caracteriza a Praia da Luz de hoje?”, a maioria dos inquiridos considerou razoável ou boa a ocupação do território; boa a oferta turística; boa a qualidade de vida; bons os serviços de limpeza urbana; boa a preservação do património local; razoáveis os equipamentos e serviços existentes; razoáveis os espaços verdes; razoáveis a rede viária, acessibilidades e transportes; boa a segurança.

Note-se que, segundo a opinião da população, a oferta turística surge como parâmetro com maior percentagem de inquiridos a classificá-la unanimemente como “bom”. Assim, a actividade turística parece ser valorizada, não existindo quem considere este parâmetro como “muito mau” (à semelhança dos serviços de limpeza urbana e dos equipamentos e serviços, também não classificados como “muito mau”, por qualquer dos inquiridos). Os espaços verdes constituem o único parâmetro que não obteve qualquer percentagem de classificações de “muito bom”. A qualidade de vida é o parâmetro que maior número de inquiridos valorizou como sendo “muito bom”. A Figura 50 resume o anteriormente exposto.

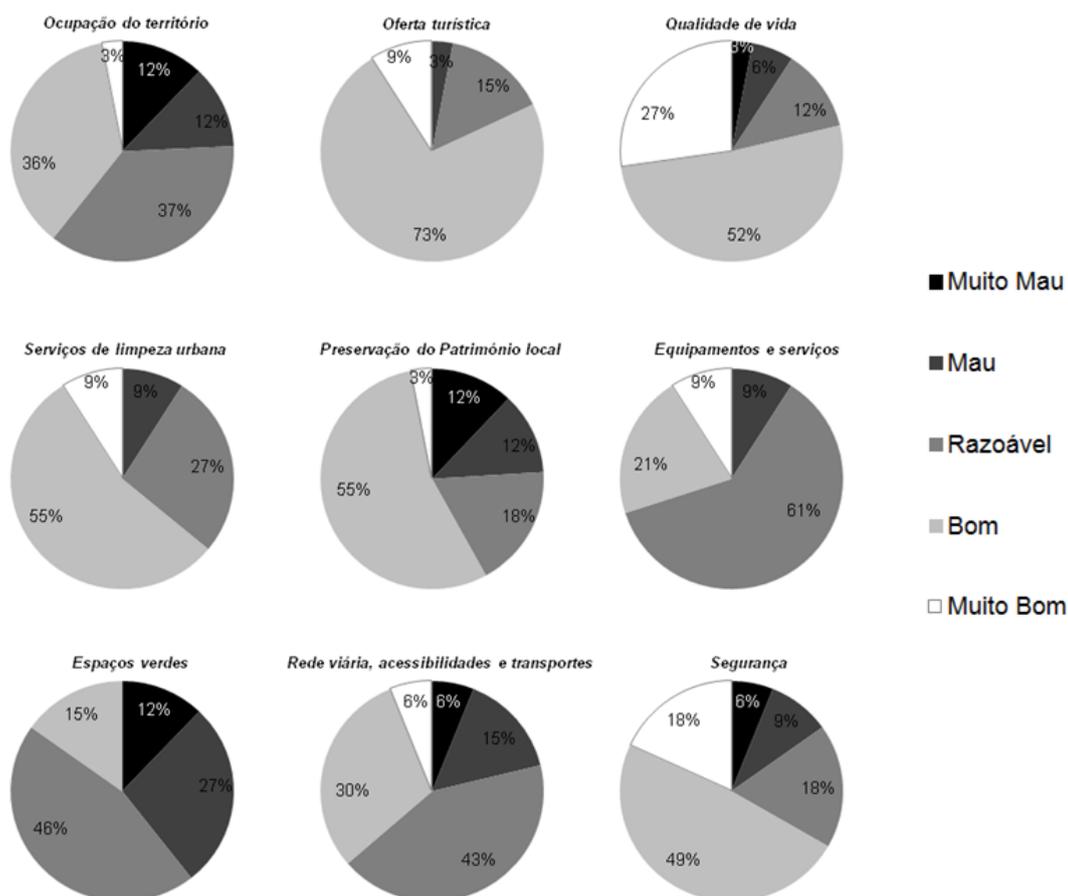


Figura 50 - Caracterização da vila da Luz da actualidade

Relativamente às principais alterações ocorridas na Praia da Luz ao longo dos anos, a opinião dos inquiridos foca, sobretudo, o crescimento urbanístico e a maior oferta turística.

Quando questionados acerca das intervenções prioritárias para a Praia da Luz, os inquiridos destacam a necessidade de preservar o património existente, de se melhorarem as acessibilidades e a rede de transportes, de se controlar a proliferação da construção civil, de se melhorar e aumentar o estacionamento, assim como a necessidade de se criarem infra-estruturas e serviços que dêem resposta às necessidades da população. É de salientar, também, a consciencialização de grande parte dos inquiridos para a importância das áreas verdes, sendo referida, por mais que um inquirido, a necessidade de se preservarem as poucas áreas existentes, bem como de promover a criação de novos espaços verdes.

Terminando o inquérito com uma questão de resposta aberta, procurou-se agrupar as várias contribuições dos inquiridos por semelhança de termos abordados. Assim, e através da análise da Figura 51, é possível verificar que a maioria dos inquiridos considera a praia como o ex-libris da vila da Luz, seguindo-se referências à Rocha Negra (intrusão de lava resultante das acções vulcânicas) e à própria população local.

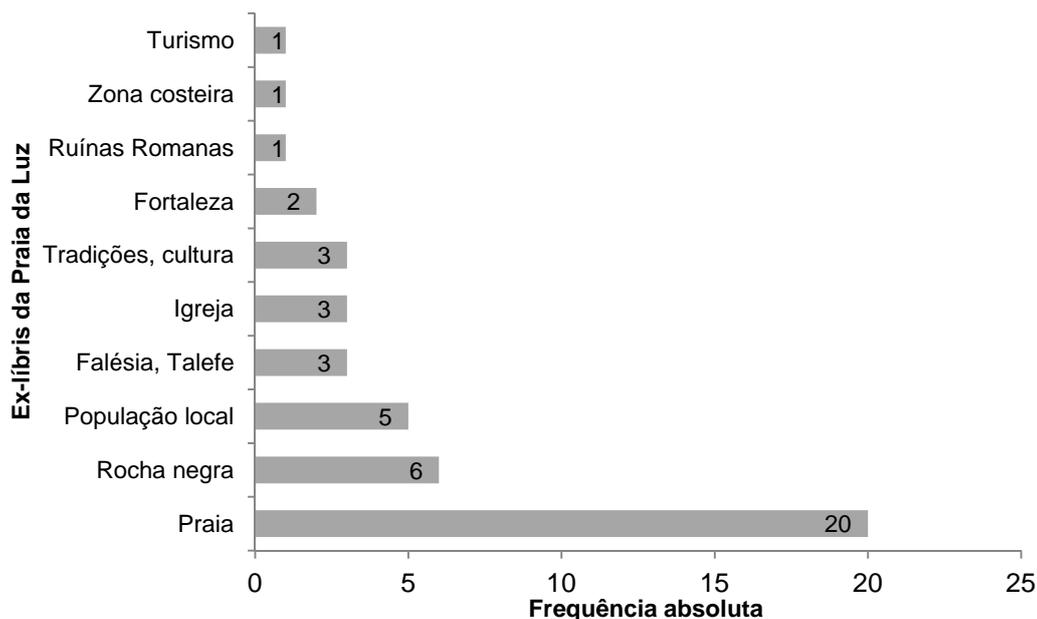


Figura 51 - Ex-libris da vila da Luz

5.8 Dados do Turismo

Analisando o Anuário Estatístico para a Região do Algarve referente ao ano de 1999, elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística, verifica-se que em Agosto de 1998, Portugal dispunha de 1754 estabelecimentos hoteleiros, dos quais 384 se situavam no Algarve, contribuindo o concelho de Lagos com 33.

Relativamente ao número de dormidas de hóspedes verificado nos estabelecimentos hoteleiros, em 1998, Portugal registava um total de 9 751 076 hóspedes, dos quais 2 225 000 constituíam hóspedes da região do Algarve e 101 318 do concelho de Lagos. Quanto ao número total de dormidas ainda em 1998, Portugal registou 32 404 dormidas, das quais 13 625 846 ocorriam em território algarvio.

Analisando dados da publicação do Instituto Nacional de Estatística sobre Estatísticas do Turismo para o ano de 1999, constata-se que o valor das receitas totais nos estabelecimentos hoteleiros alcançaram os 244,5 milhões de escudos, tendo sido o Algarve a região que mais contribuiu para o valor acima referido (32,8%). Os estabelecimentos hoteleiros do Algarve apresentaram, por sua vez, um aumento de 12,1% das receitas totais. No ano em análise, o Algarve apresenta-se como destino de eleição, representando 44,1% das dormidas contabilizadas a nível nacional.

O Quadro 7 resume os turistas estrangeiros que procuravam o país em 1999 e expõe a sua influência a nível nacional e na região do Algarve. Apresenta, igualmente, a classificação da região do Algarve, de acordo com as diferentes preferências.

Quadro 7 - Influência dos turistas estrangeiros na Hotelaria, a nível nacional e na região do Algarve, em 1999

Nacionalidade dos turistas	Dormidas registadas na Hotelaria	Representatividade das dormidas na região do Algarve (%)	Posição ocupada pela região do Algarve
Inglesa	6,9 milhões	21,1	1 ^a
Alemã	5,1 milhões	15,7	1 ^a
Espanhola	1,7 milhões	5,3	3 ^a
Holandesa	1,8 milhões	5,4	1 ^a
Francesa	±1 milhão	3	3 ^a
Italiana	0,8 milhões	2,5	2 ^a

Na tentativa de fazer a ponte entre dados mais antigos com registos mais recentes, analisaram-se dados divulgados pelo Instituto Nacional da Estatística, referentes ao mês de Setembro de 2011. No referido mês, foram registadas 4,5 milhões de dormidas em serviços hoteleiros, o que constitui um aumento de 4,6% relativamente ao mesmo mês do ano anterior. Relativamente à nacionalidade do turista estrangeiro, verificou-se um aumento na ordem dos 26,2% da afluência do turista brasileiro e um aumento na ordem dos 10,8% do britânico.

No período Janeiro-Setembro de 2011, apesar de se ter verificado um decréscimo da cooperação dos residentes em território nacional para o desenvolvimento do sector, o contributo de estrangeiros colmatou a situação e aumentou cerca de 12,1%. Ainda no mesmo período, deram entrada nos estabelecimentos hoteleiros 11,3 milhões de hóspedes, que contribuíram para as 32,6 milhões de dormidas registadas.

Relativamente ao tipo de estabelecimento e categoria escolhidos pelos turistas e, considerando os momentos Setembro 2010 e Setembro 2011, verificou-se uma taxa de variação positiva na procura de hotéis (7,8%); igualmente positiva, mas em menor expressão, encontra-se a taxa relativa os hotéis-apartamentos (3,2%); as pousadas registaram uma variação na ordem dos 5,8%, tendo as estalagens, motéis e pensões sido a única categoria a registar uma taxa de variação negativa (-8,5%).

Analisando-se a distribuição das dormidas em território nacional, constata-se que Portugal teve 4 256,6 milhares de dormidas em Setembro 2010 e 4 454,3 milhares de dormidas no mesmo mês do ano seguinte, o que corresponde a uma taxa de variação de 4,6%. Estando em análise as regiões do Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira, o Algarve registou 1 696,4 milhares de dormidas em Setembro de 2010, valor que aumentou para 1 777,0 milhares de dormidas no mês de Setembro de 2011 (taxa de variação: 4,8%).

No que concerne à estadia média, isto é, número de noites que o turista efectivamente fica no Algarve, a média, tanto para Setembro de 2010, como para Setembro de 2011, rondou as 4,8 noites, o que se traduz numa certa estabilidade para a região em estudo.

Após análise dos dados anteriormente referidos, é possível constatar a forte ligação que a região do Algarve tem, desde há já algum tempo, com o sector turístico, que contribui fortemente para a economia e desenvolvimento local. O concelho de Lagos assume-se como um destino cada vez mais procurado e prevê-se que tal tendência se verifique, sobretudo, após a recente distinção com o prémio “QualityCoastBasiQ Bronze Award”, que classifica Lagos como um destino turístico atractivo, onde a sua qualidade ambiental, património cultural e identidade local assumem posição de destaque.

6. CONCLUSÕES

O crescimento urbano registado ao longo da costa portuguesa intensificou-se com o desenvolvimento do turismo de massas, assumindo maiores proporções nas últimas décadas do século XX.

À semelhança de outros países europeus, também em Portugal e na área estudada, ocorreu um declínio massivo de actividades de manufactura e de extracção, com igual declínio de actividades portuárias, que foram substituídas sobretudo pela actividade turística. As mudanças a nível do emprego também se fizeram sentir e acompanharam as alterações ocorridas no território, na paisagem e nas actividades e serviços existentes, assumindo um carácter mais flexível (associado ao fenómeno da sazonalidade) (Pratt, 2009).

Em Portugal, como um pouco por toda a Europa, um conjunto de factores provocaram alterações na linha de costa, nomeadamente o despontar da vilegiatura marítima, o desenvolvimento do sector dos transportes, o aumento da população e o desenvolvimento das cidades no litoral, a par com a crescente procura deste espaço para a promoção de acções associadas ao turismo e à exploração de actividades de lazer (i.e., a edificação de parques de campismo, urbanizações e infra-estruturas balneares).

As alterações ocorridas, responsáveis por um forte dinamismo económico na região, tiveram também influência ao nível do ordenamento territorial, fruto da construção desenfreada e pouco planeada que ocorreu e que se traduziu numa grave descaracterização da paisagem. A médio e longo prazo, as alterações referidas revelaram-se portadoras de efeitos danosos, muitas vezes irreversíveis ou dificilmente solucionáveis.

O litoral português depara-se, actualmente, com graves problemas, entre os quais são frequentemente apontados os conflitos de interesses existentes, relacionados com diferentes usos possíveis do espaço, com consequências evidentes para o ordenamento do território (Freitas, 2007). Este tipo de conflitos são agravados, no entanto, quando na ausência de instrumentos legais que sobre eles prevaleçam.

Este estudo permitiu concluir que a maioria dos concelhos do litoral algarvio não dispôs de PDM até ao ano de 1995. O PDM de Lagos não foi excepção, tendo sido adoptado também em 1995, com a agravante de se encontrar em processo de retoma desde 2002. Paralelamente, o PU da Luz, iniciado em 2003, encontra-se, actualmente, em processo de reformulação. Estes dois aspectos, aliados à incidência, no concelho de Lagos de apenas dois planos de âmbito nacional e dois planos de âmbito regional, determinaram que a intervenção desencadeada, nos últimos anos, nesta zona, tenha ocorrido de forma pouco controlada e ao ritmo dos desígnios da actividade turística, principal actividade económica vigente na Praia da Luz.

A análise das várias edições da Carta Militar de Portugal e das fotografias aéreas permitiu, através do levantamento do espaço edificado existente, concluir acerca da franca expansão que este assumiu na área em estudo.

Através da análise e tratamento de dados do produto CLC e COS, foi possível constatar as principais alterações ocorridas na freguesia da Luz e na vila da Luz. Enquanto em 1990, as áreas mistas de pomares e culturas anuais assumiam grande expressividade na vila da Luz, em 2007 a classe de ocupação do solo predominante correspondia ao tecido urbano. As estimativas calculadas com base no produto CLC até 2030 apontam para a estagnação das áreas agrícolas e das culturas temporárias, para a diminuição de sistemas culturais e parcelares complexos e das áreas em construção, que darão lugar ao aumento do tecido urbano descontínuo.

De acordo com a Convenção Europeia da Paisagem, novas medidas e modelos de gestão deverão ser adoptados, permitindo integrar a paisagem no processo de ordenamento do território, que deverá ser flexibilizado e menos pautado por processos excessivamente regulamentares e burocráticos (Cancela d'Abreu, Botelho, Oliveira e Afonso, 2001).

Vários autores defendem que um maior enfoque deveria ser conferido ao uso e às funções do solo, e não apenas à ocupação do mesmo, devendo ocorrer desenvolvimento de novos métodos e obtenção de novos dados, bem como uma maior integração de dados provenientes de diferentes disciplinas. Um mapeamento das funções do território seria importante, de modo a determinar, com rigor, potencialidades existentes e delinear assim, de forma mais segura, estratégias de intervenção (Verburg, van de Steeg, Veldkamp e Willemen, 2009).

Deverá assumir-se como prioridade para esta parcela de território do litoral algarvio, o condicionamento da expansão urbana, procedendo à reabilitação de áreas que permitam qualificar espaços intensamente utilizados pela população, nomeadamente a praia, espaços públicos e espaços verdes, assim como a estrutura da rede viária existente. Estes foram aspectos também mencionados pela população inquirida e pelos técnicos entrevistados.

Apesar de ser urgente e fundamental a entrada em vigor de instrumentos de gestão territorial, que regulem a implementação de estratégias de planeamento e de ordenamento do território, todos os planos deverão ser verdadeiramente adaptados à realidade actual da Praia da Luz, para uma adequação às necessidades, potencialidade e condicionantes existentes. Deverá existir uma preocupação para que os instrumentos de gestão territorial não sejam apenas retomados, sob pena de, devido ao longo período a que já se encontram suspensos, não se adequarem às necessidades dos vários elementos envolvidos.

A par com a generalizada falta de instrumentos de gestão territorial, a fraca interacção por vezes frequente, entre a comunidade científica, técnica e política, são aspectos que contribuem para a pouca eficácia no ordenamento do território nacional, uma vez que objectivos de qualidade paisagística implicam a tomada de medidas simultaneamente por agentes locais,

económicos e institucionais. De facto, e embora sejam inúmeros os factores históricos associados à procura e à ocupação do litoral, quaisquer utilizações e modificações futuras deverão ser devidamente pensadas e delineadas, através de estratégias de gestão e de intervenção concertadas, que atendam aos verdadeiros efeitos da acção humana.

As evidências e resultados encontrados determinam a necessidade de um outro olhar sobre a paisagem. Perante os desequilíbrios encontrados, deverá apostar-se numa maior articulação intersectorial, nomeadamente entre a actividade turística e as actividades tradicionais, como a pesca e a agricultura. Com base num aproveitamento de produtos regionais, poderão fomentar-se produções de qualidade, integrando actividades de natureza, culturais, desportivas e outras.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALFAIATE, M. T. (2000), *Expressão dos Valores do Sítio na Paisagem*, Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia
- ANDRESEN, M. (1992). *Para a Crítica da Paisagem*, Aveiro: Universidade de Aveiro
- BRITO, S. P. (2009). *Território e Turismo no Algarve*. Lisboa: Edições Colibri
- CAETANO, M., NUNES, V. & NUNES, A. (2009). *CORINE Land Cover 2006 for Continental Portugal, Relatório técnico*. Lisboa: Instituto Geográfico Português.
- CALLIXTO, C. P. (1992). *História das fortificações marítimas da praça de guerra de Lagos*. Câmara Municipal de Lagos: Lagos
- CANCELA D'ABREU, A., BOTELHO, M. J., OLIVEIRA, M. R. & AFONSO, M. (2001). *A paisagem na revisão dos PDM – Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal*. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- CANCELA D'ABREU, A., PINTO CORREIA & T., OLIVEIRA, R. (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- CONSELHO DA EUROPA (2000). *Convenção Europeia da Paisagem*. Florença. Disponível em <http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/Html/176.htm> (última consulta a 13 Janeiro 2012)
- FREITAS, J. (2007). O litoral português, percepções e transformações na época. *Revista da Gestão Costeira Integrada* 7 (2). Lisboa, pp. 105-115
- GEORGE, P. (2001). Paisagem – Do Urbano Ao Rural. Notas a partir de Lisboa... *Finisterra*, XXXVI, 72. Lisboa, pp. 115-121
- GUERREIRO, C. (1991). *A história da minha terra Nossa Senhora da Luz (O sonho de uma Luzense)*. Lagos: Emp. Litográfica do Sul
- LECOQ, N. (2002). *Unidades de paisagem na zona Castro Verde – Mértola: Contributos para uma gestão ambiental eficiente*, Tese de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia: Universidade Nova de Lisboa

- MAGALHÃES, M. R. (1994). Paisagem Urbana e interface urbano-rural. *Paisagem*. Lisboa: DGOTDU, pp. 99-120
- MAGALHÃES, M. R. (2001). *A arquitectura paisagista – morfologia e complexidade*. Lisboa: Editorial Estampa
- MALHEIRO DIAS, C. (1908). Costa Algarvia: A Praia da Luz. *Ilustração Portuguesa*, 134. Lisboa, s/ pp.
- TURISMO DE PORTUGAL (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo. Para o desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Lisboa: Turismo de Portugal, I. P.
- NUNES, C. (2009). *Figueira da Foz (1930-1960). Apontamentos sobre o Turismo Balnear*. Tese de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- OLIVEIRA BAPTISTA, F. (2009). *A transição rural e o património*, in Costa, P. (org.) *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, pp. 33-42
- PAULA, R. M. (1992). *Lagos, evolução urbana e património*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos
- PRATT, A.C. (2009). Social and economic drivers of land use change in the British space economy. *Land use policy*, 26, pp. 109-S114
- SALGUEIRO, T. B (2001). Paisagem e Geografia. *Finisterra*, XXXVI, 72, 2001. Lisboa, pp. 37-53.
- SARAMAGO, J. (2000). *Levantado do Chão*. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 11
- SILVA, C. P. (2001). *Tipos de Paisagem*, in JULIÃO, R. P. E FERNANDES, J. N. (orgs.), *Atlas de Portugal*. Lisboa: Instituto Geográfico Português, pp. 66-79
- TELLES, G. R. (2002). A perda de complexidade da paisagem, *Jornal Arquitectos*, 206, Maio/Junho. Lisboa, pp. 73-78
- TELLES, G. R. (1999). A Arquitectura da Paisagem Portuguesa, Patrimónios Natural e Cultural: De um Olhar comum a uma Intervenção integrada, *O Verde*. Lisboa: Edição Geota, pp. 31-37

- VASQUES, J. C. (2008). *Contributos para as memórias de Lagos*. Lagos: Grupo dos Amigos de Lagos
- VERBURG, P.H., VAN DE STEEG, J., VELDKAMP, A. & WILLEMEN, L. (2009). From land cover change to land function dynamics: A major challenge to improve land characterization. *Journal of Environmental Management*, 90, pp. 1327-1335.

Legislação consultada:

- Acórdão n.º 39/2002, de 31 de Janeiro
- DL n.º 338/83, de 20 de Julho
- DL n.º 11/87, de 7 de Abril
- Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto
- DL n.º 380/99, de 22 de Setembro
- Lei n.º 45/2001, de 12 de Julho
- Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro
- DL n.º 191/2009, de 17 de Agosto

Sítios consultados:

- www.ine.pt (última consulta a 26/01/12)
 - 7º Recenseamento Geral da População em Dezembro de 1930
 - XII Recenseamento Geral da População / II Recenseamento Geral da Habitação de 1981
 - Quarto Recenseamento Geral da População - Censo da População do Reino de Portugal de 1 de Dezembro de 1900
 - Anuário Estatístico para a Região do Algarve referente ao ano de 1999
 - XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação de 2011
- <http://www.igespar.pt/pt/news/9/2060/> (última consulta a 09/11/11)
- <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec4-2005.pdf> (última consulta a 26/01/12)
- <http://dre.pt/pdf1sdip/1999/09/222A00/65906622.PDF> (última consulta a 20/10/11)
- <http://www.freguesia-luz.pt/> (última consulta a 20/12/12)
- http://www.dgotdu.pt/pnpot/Storage/pdfs/PNPOT_RELATORIO.pdf (última consulta a 17/11/11)
- <http://mapas.igeo.pt> (última consulta a 20/01/12)
- <http://www.igeoe.pt/> (última consulta a 26/01/12)
- <http://www.anmp.pt/> (última consulta a 22/12/11)

8. ANEXOS

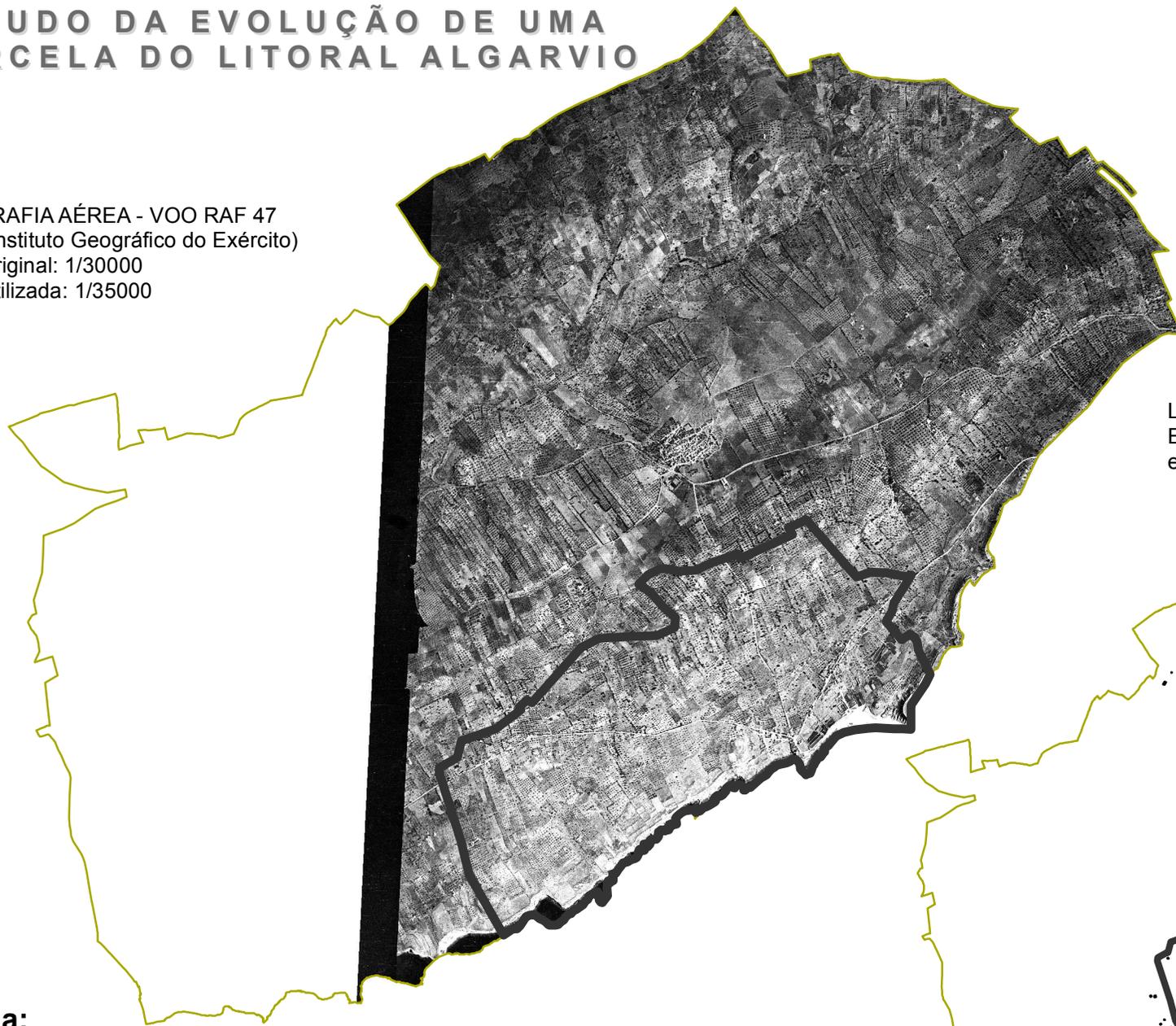
ANEXO I

CARTOGRAFIA

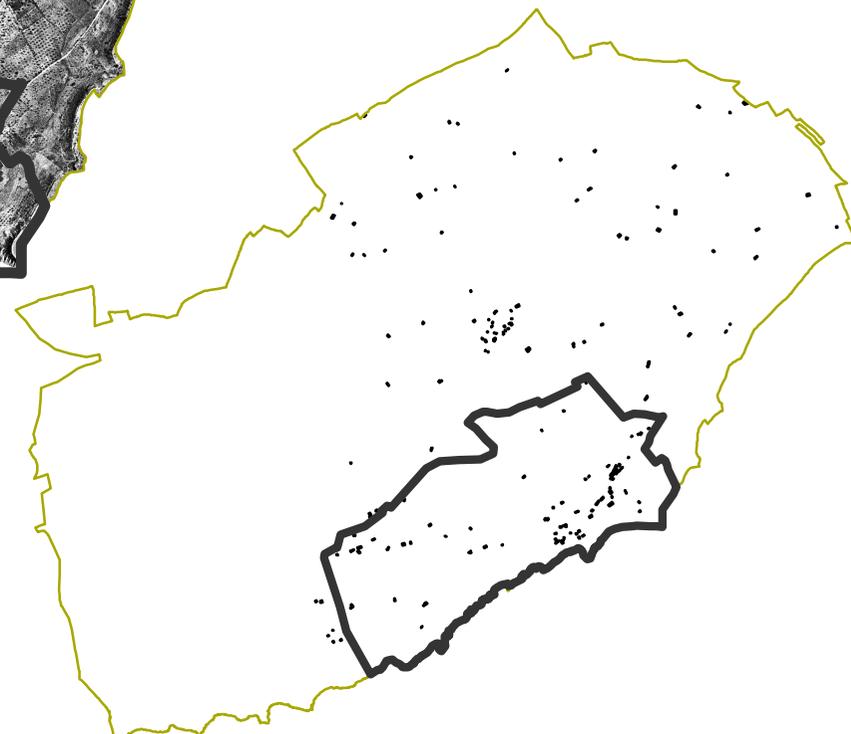
ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE UMA PARCELA DO LITORAL ALGARVIO



FOTOGRAFIA AÉREA - VOO RAF 47
(Fonte: Instituto Geográfico do Exército)
escala original: 1/30000
escala utilizada: 1/35000



LEVANTAMENTO DO ESPAÇO EDIFICADO EXISTENTE
escala: 1/60000



Legenda:

-  Delimitação da área de estudo - vila da Luz
-  Limite administrativo da freguesia da Luz

[Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06 | Projection: Transverse Mercator | Datum: ETRS 1989 | Units: Meter]

Ano 1947
Cartografia 76 / 86

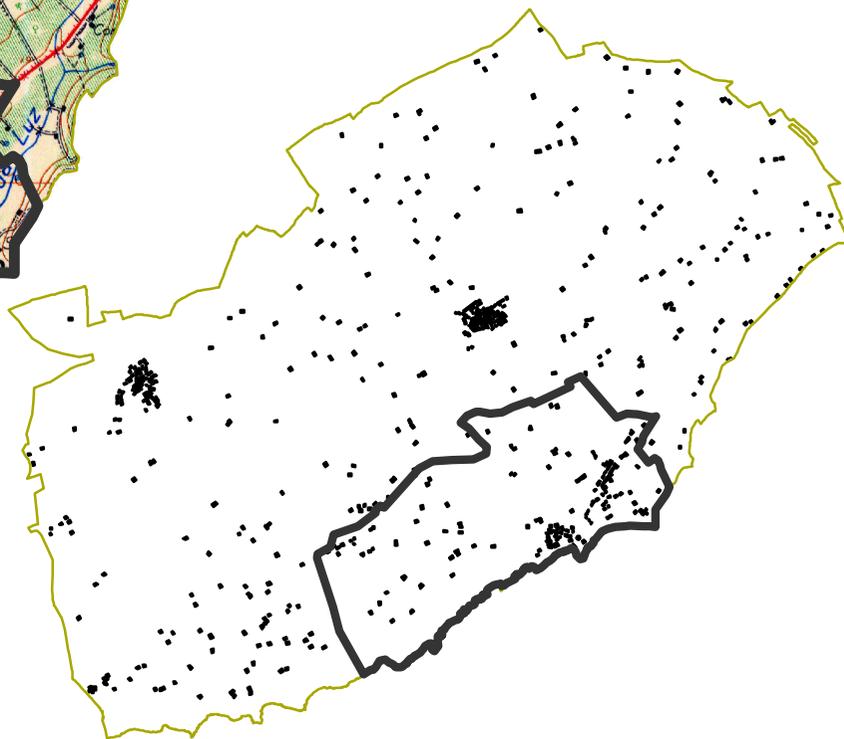
ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE UMA PARCELA DO LITORAL ALGARVIO



1ª EDIÇÃO DA CARTA MILITAR DE PORTUGAL
SÉRIE M888, FOLHA 602
(Fonte: Instituto Geográfico do Exército)
escala original: 1/25000
escala utilizada: 1/35000



LEVANTAMENTO DO ESPAÇO EDIFICADO
EXISTENTE
escala: 1/60000



Legenda:

-  Delimitação da área de estudo - vila da Luz
-  Limite administrativo da freguesia da Luz

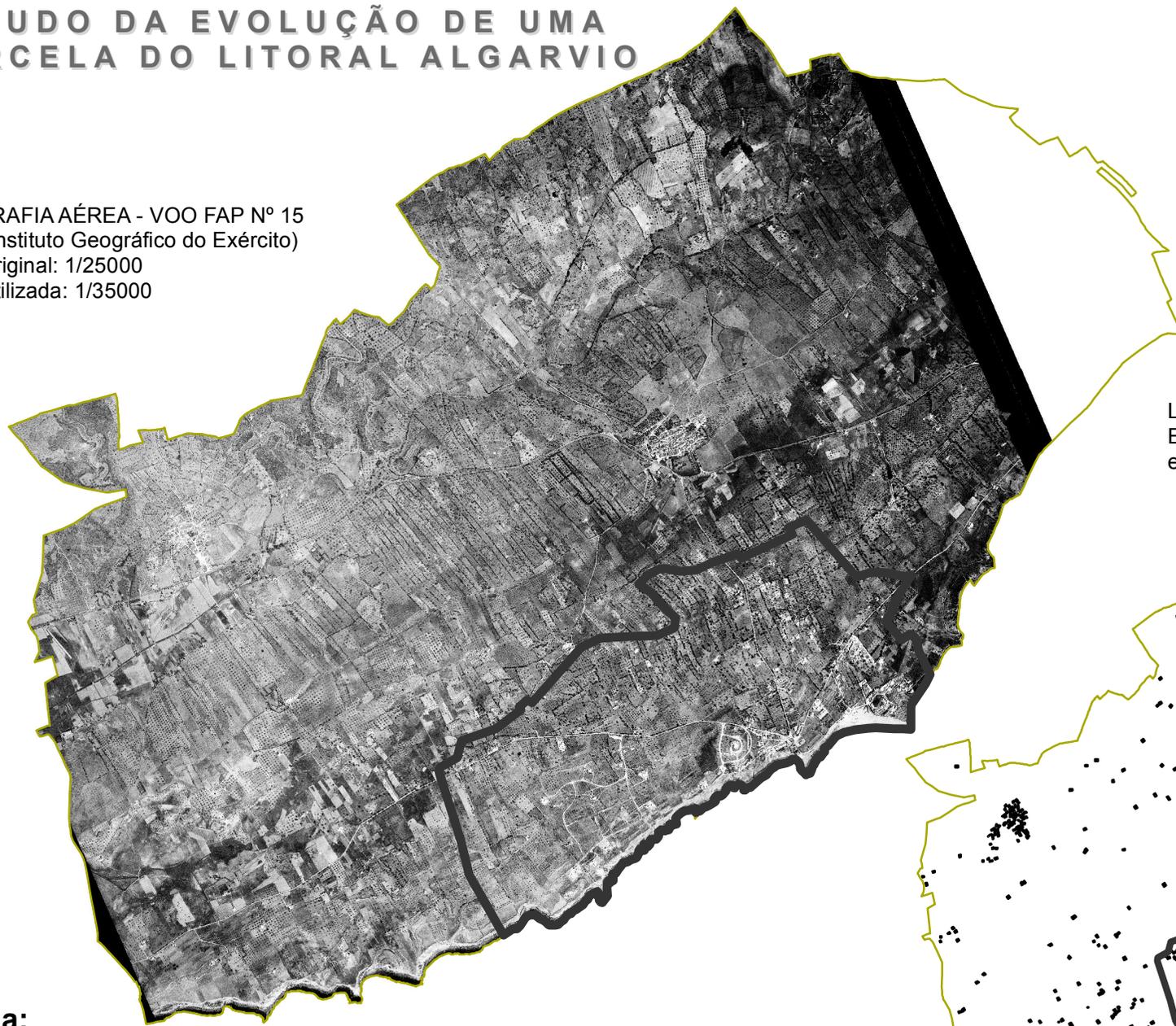
[Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06 | Projection: Transverse Mercator | Datum: ETRS 1989 | Units: Meter]

Ano 1952
Cartografia 77 / 86

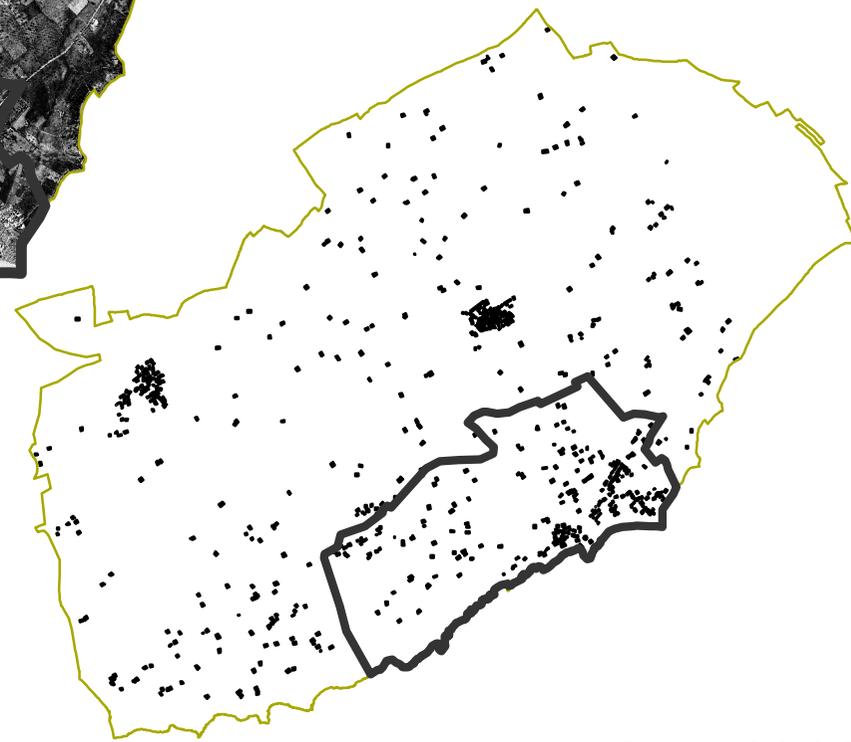
ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE UMA PARCELA DO LITORAL ALGARVIO



FOTOGRAFIA AÉREA - VOO FAP Nº 15
(Fonte: Instituto Geográfico do Exército)
escala original: 1/25000
escala utilizada: 1/35000



LEVANTAMENTO DO ESPAÇO EDIFICADO EXISTENTE
escala: 1/60000



Legenda:

-  Delimitação da área de estudo - vila da Luz
-  Limite administrativo da freguesia da Luz

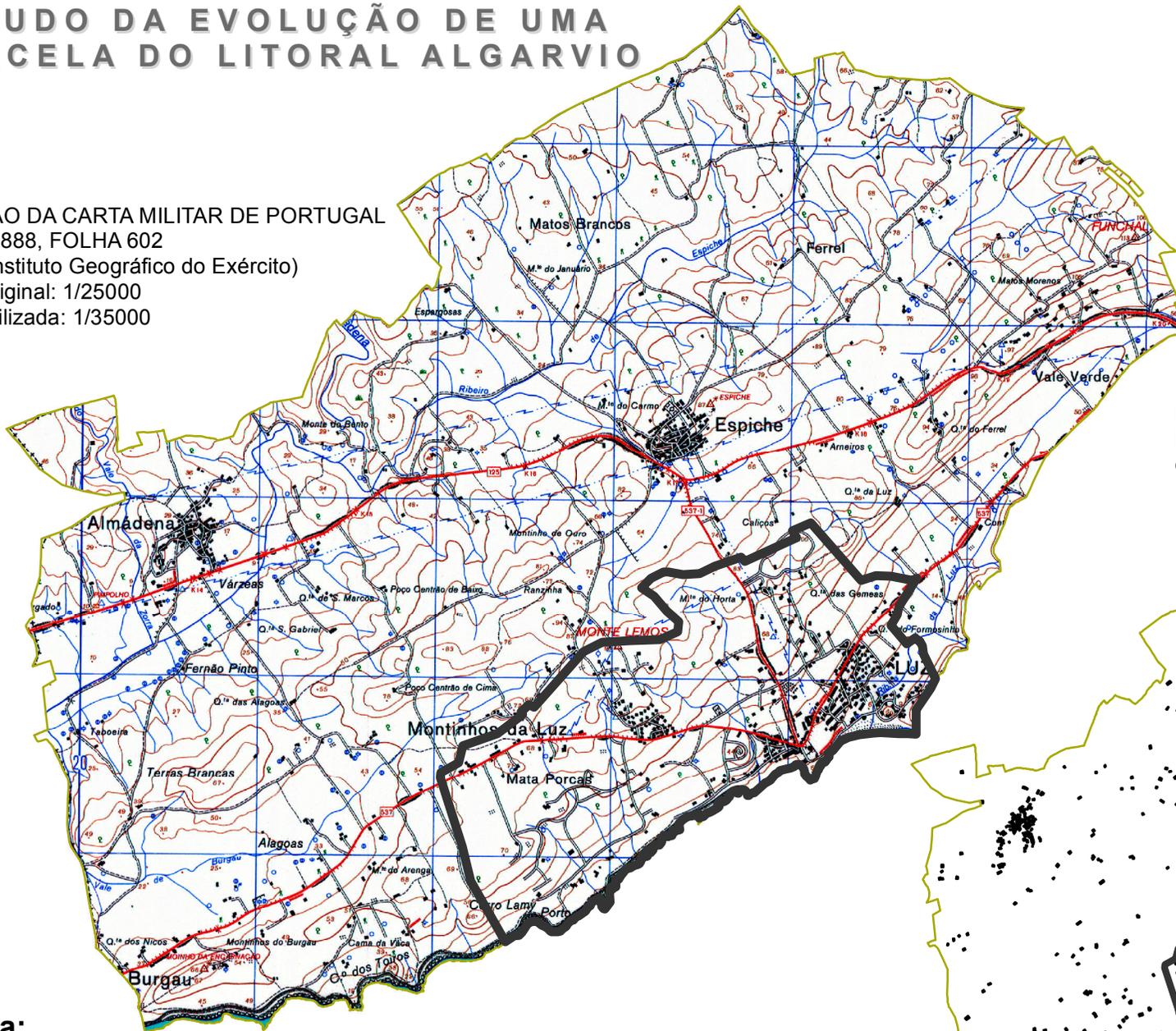
[Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06 | Projection: Transverse Mercator | Datum: ETRS 1989 | Units: Meter]

Ano 1969
Cartografia 78 / 86

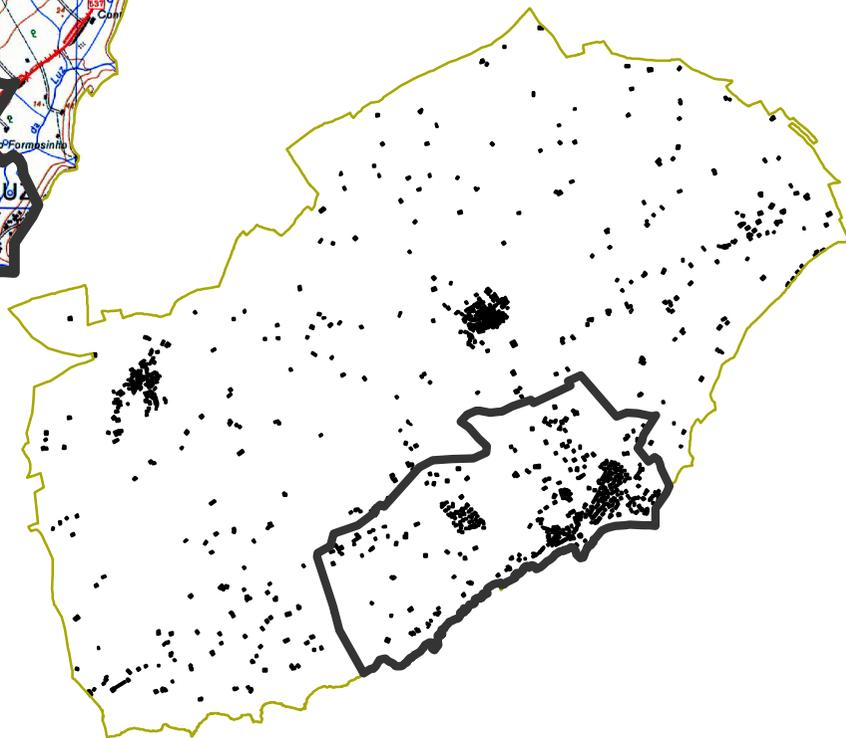
ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE UMA PARCELA DO LITORAL ALGARVIO



2ª EDIÇÃO DA CARTA MILITAR DE PORTUGAL
SÉRIE M888, FOLHA 602
(Fonte: Instituto Geográfico do Exército)
escala original: 1/25000
escala utilizada: 1/35000



LEVANTAMENTO DO ESPAÇO EDIFICADO
EXISTENTE
escala: 1/60000



Legenda:

-  Delimitação da área de estudo - vila da Luz
-  Limite administrativo da freguesia da Luz

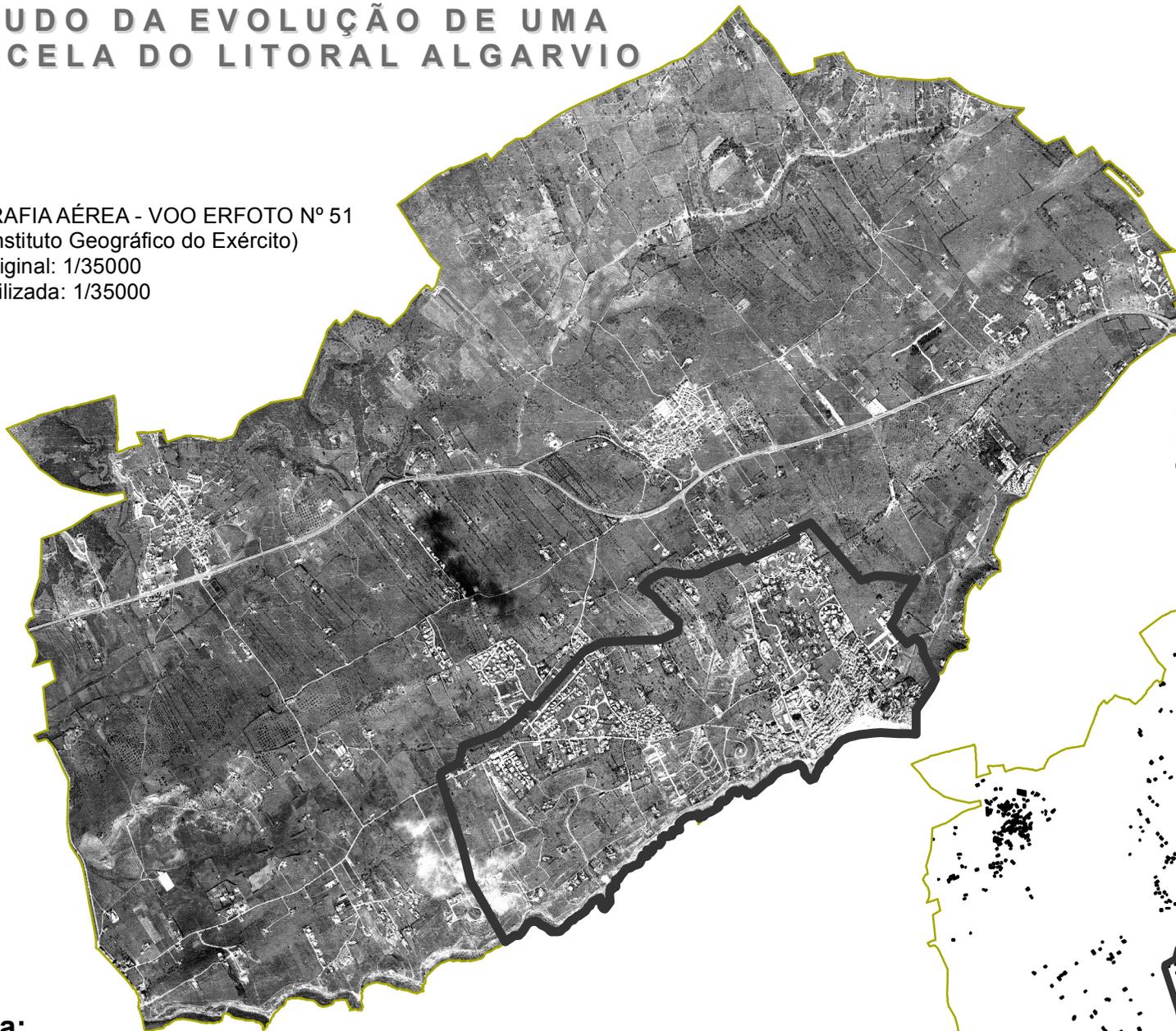
[Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06 | Projection: Transverse Mercator | Datum: ETRS 1989 | Units: Meter]

Ano 1978
Cartografia 79 / 86

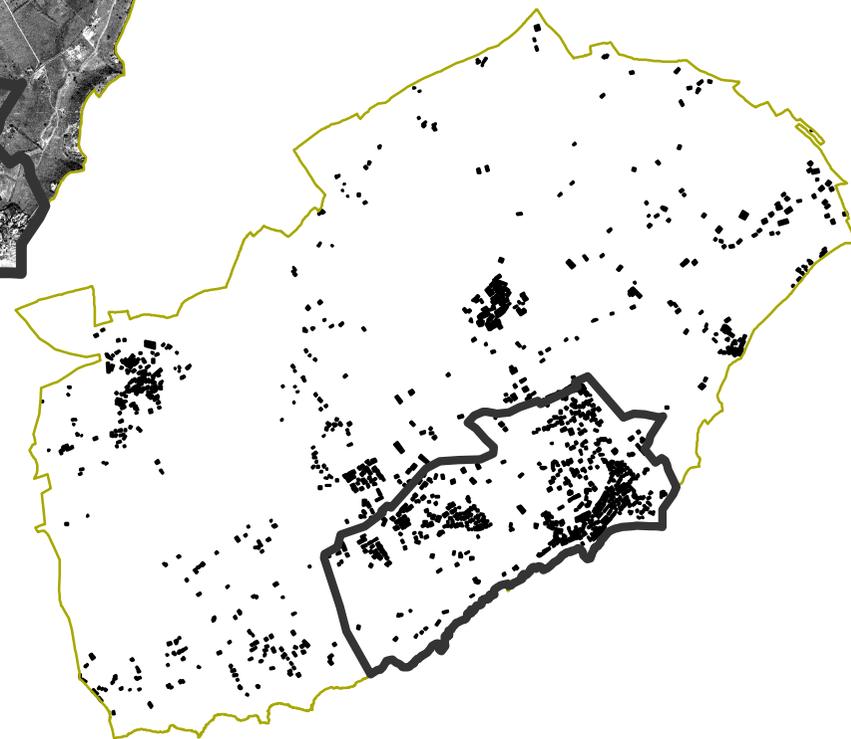
ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE UMA PARCELA DO LITORAL ALGARVIO



FOTOGRAFIA AÉREA - VOO ERFOTO Nº 51
(Fonte: Instituto Geográfico do Exército)
escala original: 1/35000
escala utilizada: 1/35000



LEVANTAMENTO DO ESPAÇO EDIFICADO EXISTENTE
escala: 1/60000



Legenda:

-  Delimitação da área de estudo - vila da Luz
-  Limite administrativo da freguesia da Luz

[Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06 | Projection: Transverse Mercator | Datum: ETRS 1989 | Units: Meter]

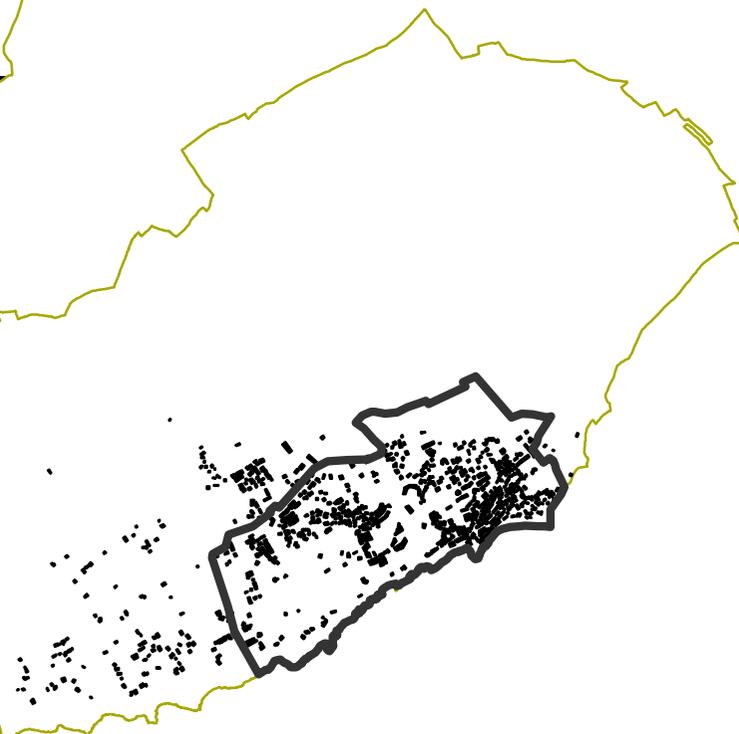
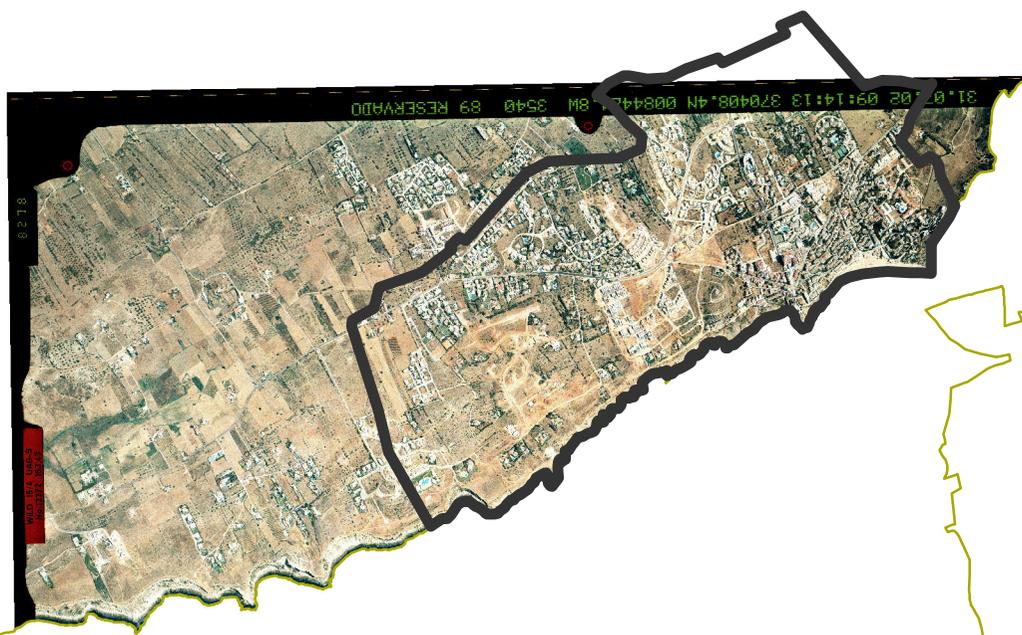
Ano 1997
Cartografia 80 / 86

ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE UMA PARCELA DO LITORAL ALGARVIO



FOTOGRAFIA AÉREA - VOO ERFOTO Nº 63
(Fonte: Instituto Geográfico do Exército)
escala original: 1/22000
escala utilizada: 1/35000

LEVANTAMENTO DO ESPAÇO EDIFICADO
EXISTENTE
escala: 1/60000



Legenda:

-  Delimitação da área de estudo - vila da Luz
-  Limite administrativo da freguesia da Luz

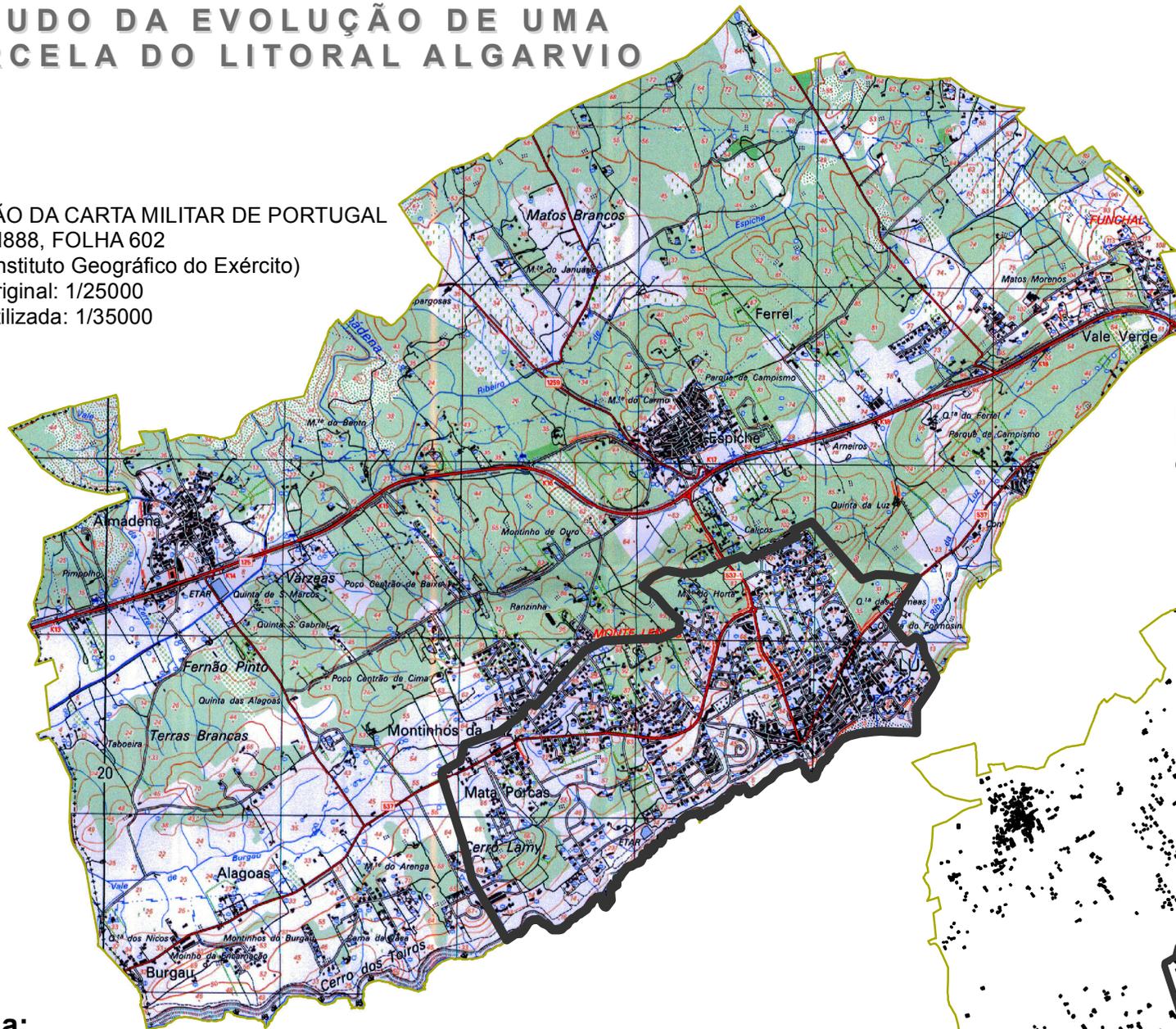
[Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06 | Projection: Transverse Mercator | Datum: ETRS 1989 | Units: Meter]

Ano 2002
Cartografia 81 / 86

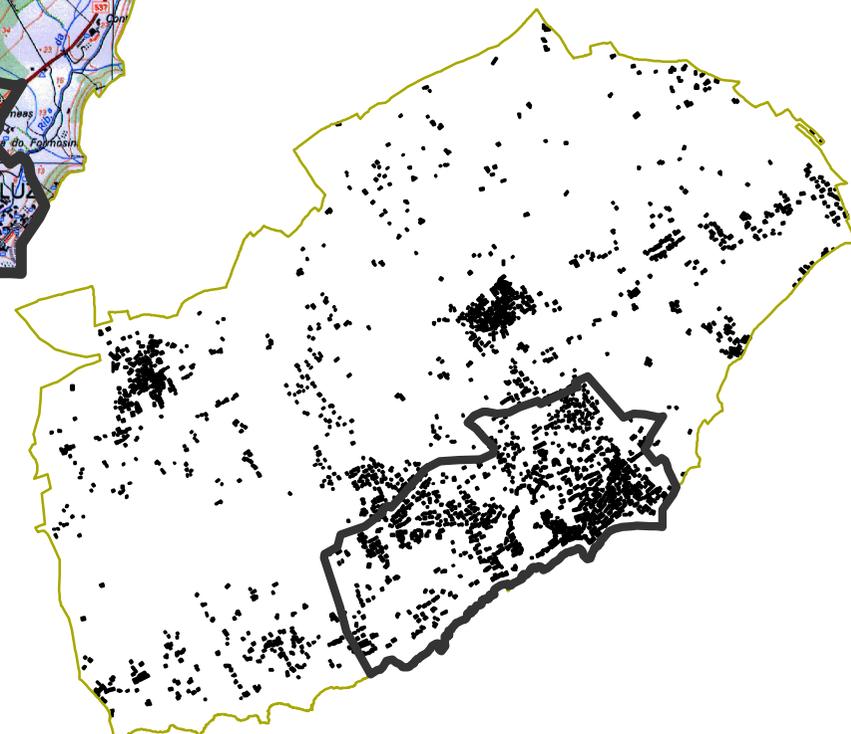
ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE UMA PARCELA DO LITORAL ALGARVIO



3ª EDIÇÃO DA CARTA MILITAR DE PORTUGAL
SÉRIE M888, FOLHA 602
(Fonte: Instituto Geográfico do Exército)
escala original: 1/25000
escala utilizada: 1/35000



LEVANTAMENTO DO ESPAÇO EDIFICADO EXISTENTE
escala: 1/60000



Legenda:

-  Delimitação da área de estudo - vila da Luz
-  Limite administrativo da freguesia da Luz

[Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06 | Projection: Transverse Mercator | Datum: ETRS 1989 | Units: Meter]

Ano 2005
Cartografia 82 / 86

ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE UMA PARCELA DO LITORAL ALGARVIO

CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO - COS'90

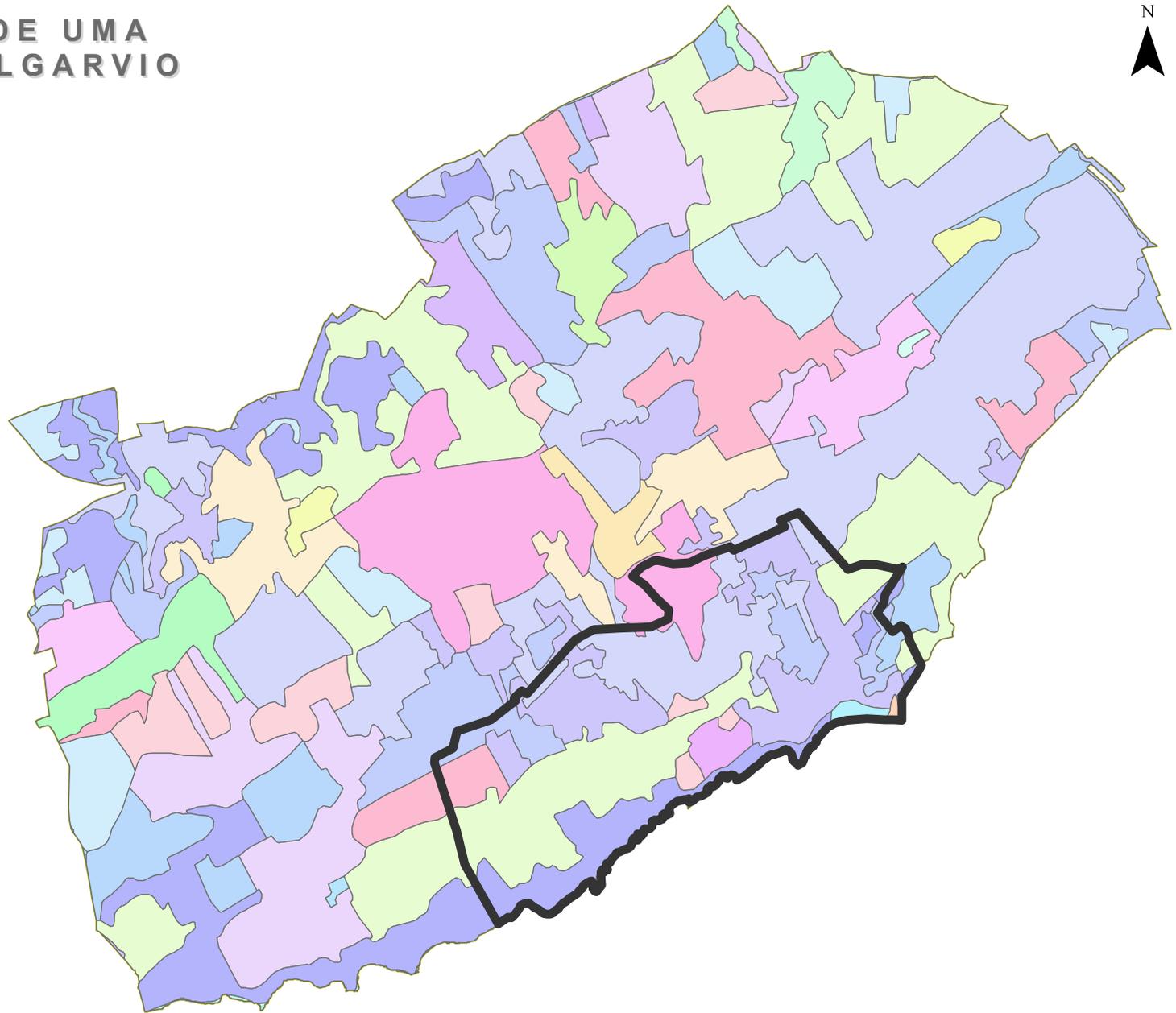
(Fonte: Instituto Geográfico Português)

escala original: 1/25000

escala utilizada: 1/35000

Legenda:

-  Alfarrobeiras
-  Alfarrobeiras e cultura anual
-  Amendoeiras
-  Amendoeiras e cultura anual
-  Culturas anuais de sequeiro e pomares
-  Culturas anuais de sequeiro e vinha
-  Figueiras
-  Figueiras e cultura anual
-  Mistos de pomares
-  Mistos de pomares e cultura anual
-  Mistos de pomares e vinhas
-  Outros espaços fora do tecido urbano consolidado
-  Pinheiro bravo com grau de coberto superior a 50%
-  Pomares abandonados
-  Praia, dunas, areais e solos sem cobertura vegetal
-  Regadio
-  Rocha nua
-  Sequeiro
-  Sistemas culturais e parcelares complexos
-  Tecido Urbano descontínuo
-  Vegetação arbustiva baixa - matos
-  Vinha
-  Vinha e pomar
-  Áreas principalmente agrícolas de sequeiro com espaços naturais importantes
-  Delimitação da área de estudo - vila da Luz
-  Limite administrativo da freguesia da Luz



ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE UMA PARCELA DO LITORAL ALGARVIO

CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO - COS 2007

(Fonte: Instituto Geográfico Português)

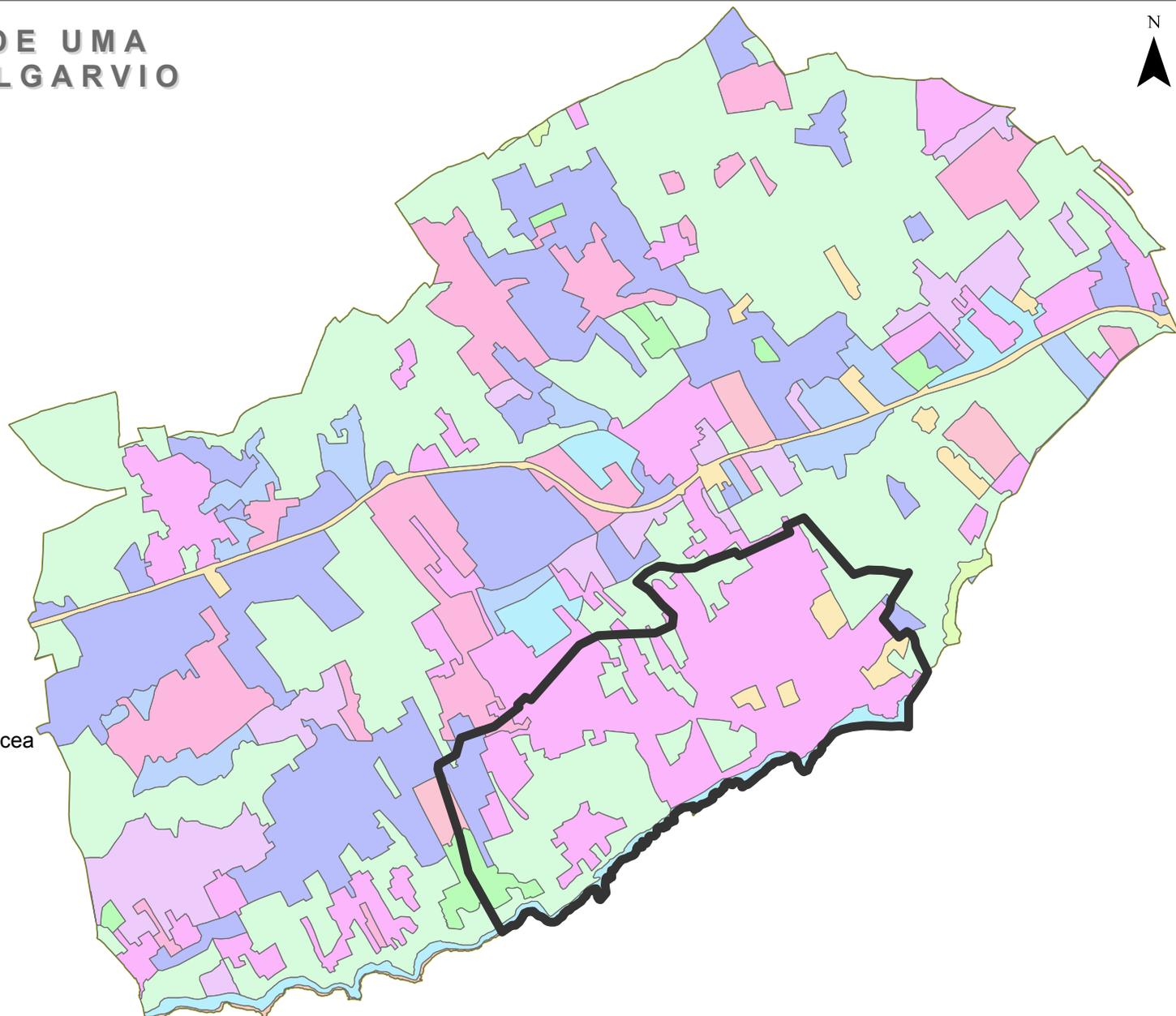
escala original: 1/25000

escala utilizada: 1/35000



Legenda:

-  Culturas permanentes
-  Culturas temporárias
-  Florestas
-  Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea
-  Indústria, comércio e transportes
-  Pastagens permanentes
-  Tecido urbano
-  Zonas descobertas e com pouca vegetação
-  Águas marinhas e costeiras
-  Áreas agrícolas heterogéneas
-  Áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção
-  Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas
-  Delimitação da área de estudo - vila da Luz
-  Limite administrativo da freguesia da Luz



ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE UMA PARCELA DO LITORAL ALGARVIO

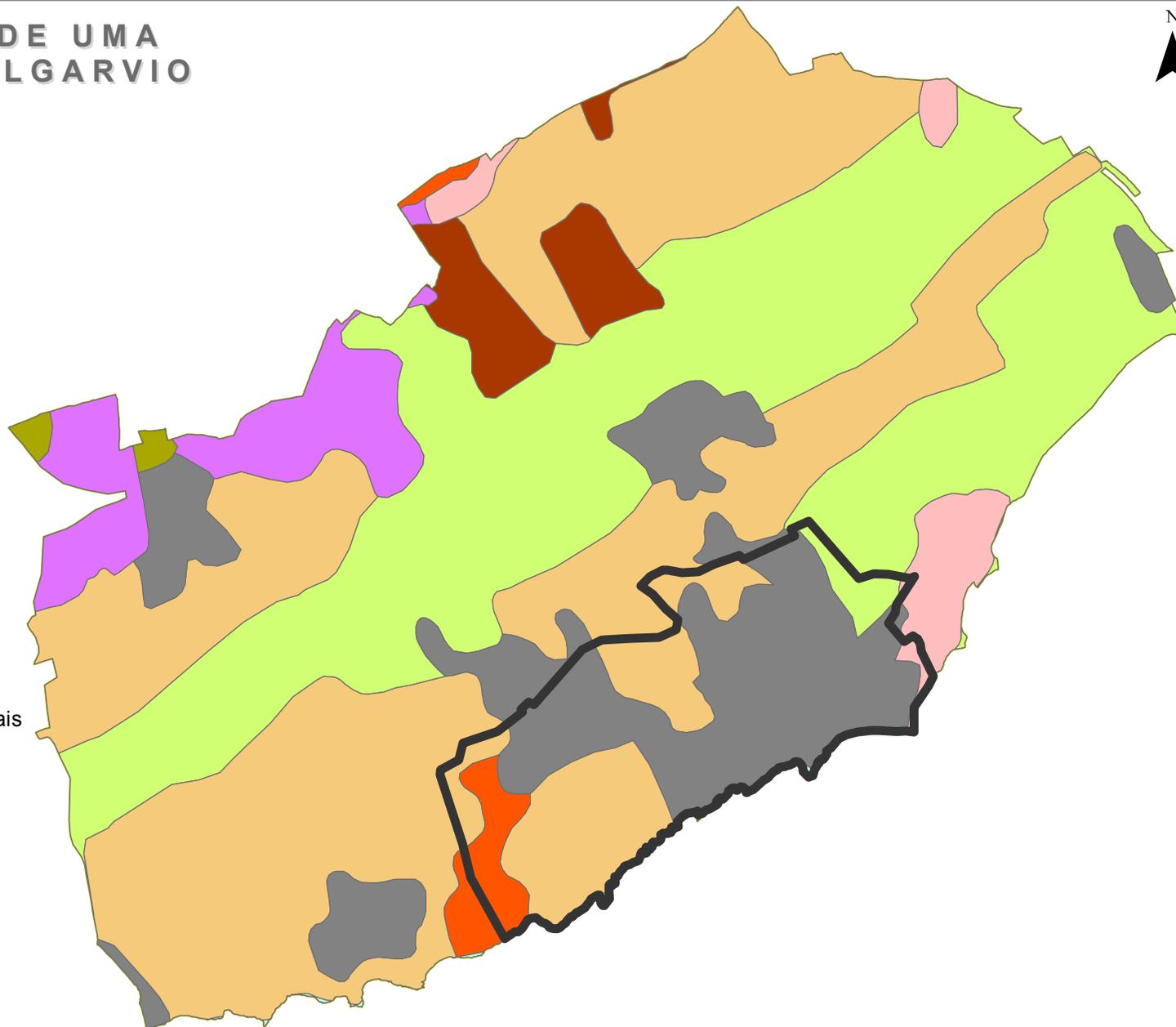
CARTA CORINE LAND COVER - CLC 2000

(Fonte: Instituto Geográfico Português)

escala original: 1/100000

escala utilizada: 1/35000

N



Legenda:

-  Agricultura com espaços naturais e semi-naturais
-  Oceano
-  Pomares
-  Sistemas culturais e parcelares complexos
-  Tecido urbano descontínuo
-  Vegetação esclerófila
-  Vinhas
-  Áreas em construção
-  Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes
-  Delimitação da área de estudo - vila da Luz
-  Limite administrativo da freguesia da Luz

ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE UMA PARCELA DO LITORAL ALGARVIO

CARTA CORINE LAND COVER - CLC 2006

(Fonte: Instituto Geográfico Português)

escala original: 1/100000

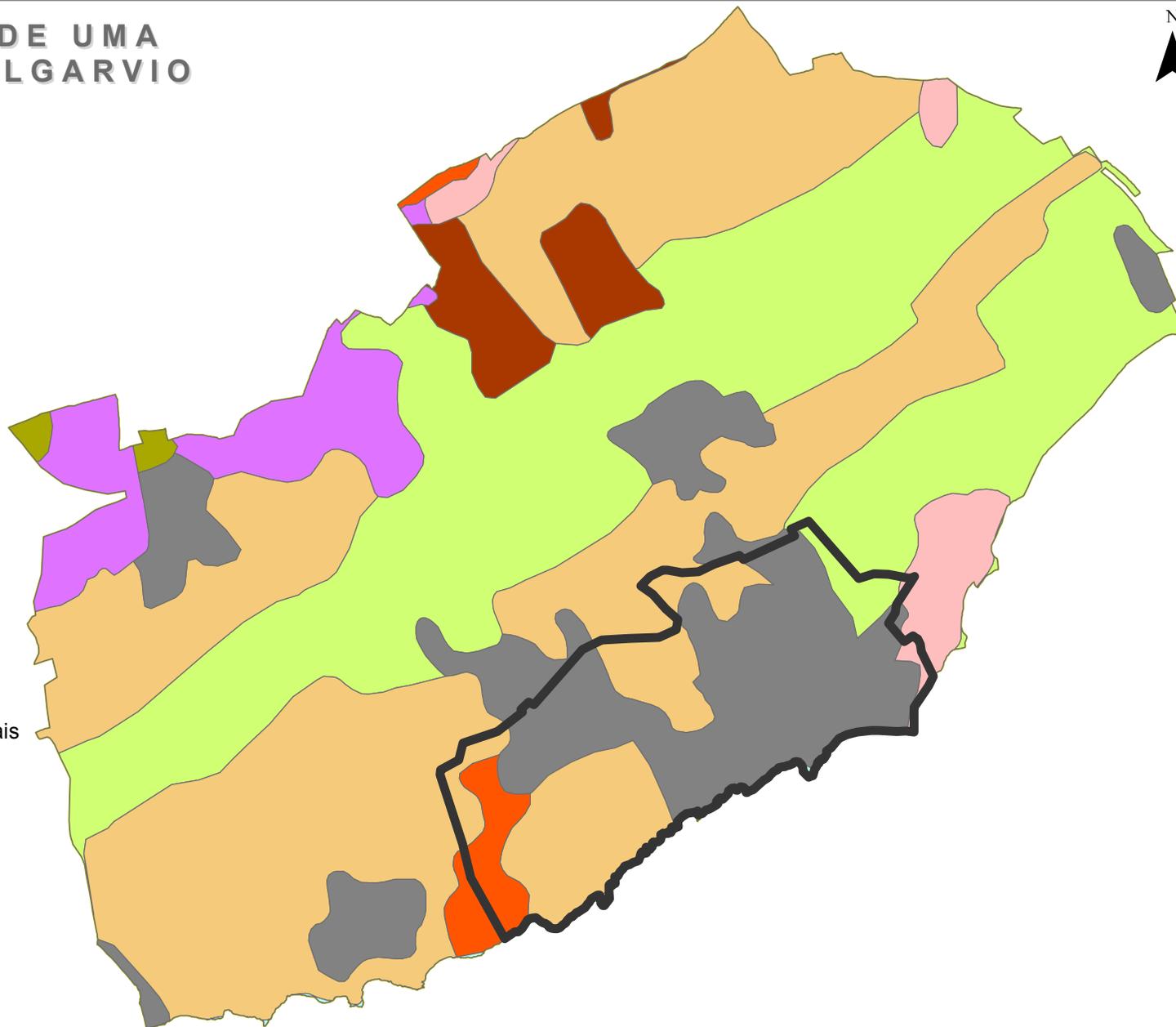
escala utilizada: 1/35000

N



Legenda:

-  Agricultura com espaços naturais e semi-naturais
-  Oceano
-  Pomares
-  Sistemas culturais e parcelares complexos
-  Tecido urbano descontínuo
-  Vegetação esclerófila
-  Vinhas
-  Áreas em construção
-  Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes
-  Delimitação da área de estudo - vila da Luz
-  Limite administrativo da freguesia da Luz



ANEXO II

ANÁLISE DE DADOS

Quadro I – Dados resultantes da georreferenciação efectuada

Documento	X Source	Y Source	X Map	Y Map
Fotografia aérea 1947	3889.111428 2822.655543 1640.521504	-6814.605136 -4500.010693 -6733.502909	10999.822652 10302.493005 9495.353238	-6669.418491 -5178.674696 -6641.570264
1ª Edição da Carta Militar 1952	572.503008 8125.512077 564.416808 8107.108395	-652.502578 -666.492795 -5384.506228 -5398.477527	103.159836 16102.438072 103.293642 16102.572230	-176.719272 -176.505264 -10176.437516 -10176.223914
Fotografia aérea 1969	7761.237854 6667.082159 1017.486380	-8764.167582 -5883.277064 -8058.869985	10998.338509 9835.599149 7537.065358	-6669.705852 -5498.453947 -7728.084715
2ª Edição da Carta Militar 1978	644.016679 8196.496754 8195.503305 644.475009	-698.521098 -696.963102 -5444.482320 -5441.481997	103.159836 16102.438072 16102.572230 103.293642	-176.719272 -176.505264 -10176.223914 -10176.437516
Fotografia aérea 1997	7322.488006 2176.751686 7301.940342	-7634.255364 -9157.120701 -1416.655879	10998.129357 7005.618844 10842.763391	-6670.958437 -8022.542765 -1994.790005
Fotografia aérea 2002	7656.623320 1495.290356 4921.357976	-2080.178642 -1382.033241 -792.244997	11007.983634 8044.898066 9705.274693	-6652.575842 -6359.144973 -6102.263146
3ª Edição da Carta Militar 2005	183.021998 7734.066513 179.543916 7736.023433	-703.513522 -701.514146 -5448.512148 -5445.486774	103.159836 16102.438072 103.293642 16102.572230	-176.719272 -176.505264 -10176.437516 -10176.223914

CORINE LAND COVER – Freguesia da Luz**Quadro II – Intersecção dos dados de 2000 e de 2006 da Corine Land Cover para a freguesia da Luz**

Código da legenda (2000)	Designação da legenda (2000)	Código da legenda (2006)	Designação da legenda (2006)	Área (ha)	Área (m²)
241	Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes	241	Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes	716,88	7168788,42
221	Vinhas	221	Vinhas	3,82	38208,01
222	Pomares	222	Pomares	4,02	40232,89
243	Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	243	Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	8,47	84746,43
323	Vegetação esclerófila	323	Vegetação esclerófila	65,33	653282,26
222	Pomares	222	Pomares	3,99	39908,55
133	Áreas em construção	133	Áreas em construção	3,27	32661,85
112	Tecido urbano descontínuo	112	Tecido urbano descontínuo	4,68	46836,50
243	Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	243	Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	6,95	69453,52
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	242	Sistemas culturais e parcelares complexos	199,50	1995020,31
323	Vegetação esclerófila	323	Vegetação esclerófila	45,27	452654,56
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	241	Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes	32,16	321584,16
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	242	Sistemas culturais e parcelares complexos	31,49	314872,42
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	242	Sistemas culturais e parcelares complexos	108,67	1086662,62
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	112	Tecido urbano descontínuo	30,60	306024,29

112	Tecido urbano descontínuo	112	Tecido urbano descontínuo	8,53	85250,99
221	Vinhas	221	Vinhas	27,12	271174,89
221	Vinhas	221	Vinhas	36,68	366758,12
112	Tecido urbano descontínuo	112	Tecido urbano descontínuo	32,95	329518,17
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	242	Sistemas culturais e parcelares complexos	127,81	1278051,81
112	Tecido urbano descontínuo	112	Tecido urbano descontínuo	29,44	294437,81
243	Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	243	Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	40,16	401569,78
112	Tecido urbano descontínuo	112	Tecido urbano descontínuo	202,57	2025680,54
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	112	Tecido urbano descontínuo	5,99	59868,90
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	242	Sistemas culturais e parcelares complexos	256,17	2561689,23
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	112	Tecido urbano descontínuo	6,06	60588,46
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	112	Tecido urbano descontínuo	17,65	176532,37
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	112	Tecido urbano descontínuo	20,47	204725,22
242	Sistemas culturais e parcelares complexos	242	Sistemas culturais e parcelares complexos	40,62	406191,80
133	Áreas em construção	112	Tecido urbano descontínuo	31,45	314531,42
112	Tecido urbano descontínuo	112	Tecido urbano descontínuo	27,80	278039,14
523	Oceano	523	Oceano	1,76	17586,52

Quadro III – Matriz de Transição Absoluta das alterações ocorridas, em hectares, entre 2000 e 2006 na freguesia da Luz

	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]	[G]	[H]	[I]	Total Geral
Agricultura com espaços naturais e semi-naturais [A]	56	0	0	0	0	0	0	0	0	56
Áreas em construção [B]	0	3	0	0	0	0	31	0	0	35
Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes [C]	0	0	717	0	0	0	0	0	0	717
Oceano [D]	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Pomares [E]	0	0	0	0	8	0	0	0	0	8
Sistemas culturais e parcelares complexos [F]	0	0	32	0	0	764	81	0	0	877
Tecido urbano descontínuo [G]	0	0	0	0	0	0	306	0	0	306
Vegetação esclerófila [H]	0	0	0	0	0	0	0	111	0	111
Vinhas [I]	0	0	0	0	0	0	0	0	68	68
Total Geral	56	3	749	2	8	764	418	111	68	2178

Quadro IV – Matriz de Transição Relativa das alterações ocorridas, entre 2000 e 2006 na freguesia da Luz

	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]	[G]	[H]	[I]
Agricultura com espaços naturais e semi-naturais [A]	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas em construção [B]	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,91	0,00	0,00

Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes [C]	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Oceano [D]	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pomares [E]	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sistemas culturais e parcelares complexos [F]	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	0,87	0,09	0,00	0,00
Tecido urbano descontínuo [G]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
Vegetação esclerófila [H]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Vinhas [I]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00

Quadro V – Matriz Transposta das alterações ocorridas, entre 2000 e 2006 na freguesia da Luz

	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]	[G]	[H]	[I]
Agricultura com espaços naturais e semi-naturais [A]	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas em construção [B]	0,00	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes [C]	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	0,00
Oceano [D]	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pomares [E]	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sistemas culturais e parcelares complexos [F]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,87	0,00	0,00	0,00
Tecido urbano descontínuo [G]	0,00	0,91	0,00	0,00	0,00	0,09	1,00	0,00	0,00
Vegetação esclerófila [H]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Vinhas [I]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00

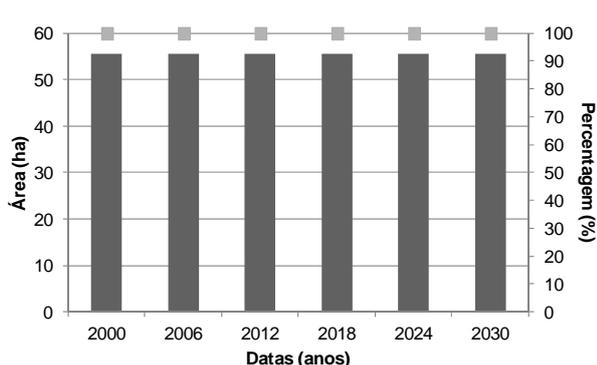


Figura A – Estimativa de evolução da agricultura com espaços naturais e semi-naturais no período 2000-2030 para a freguesia da Luz

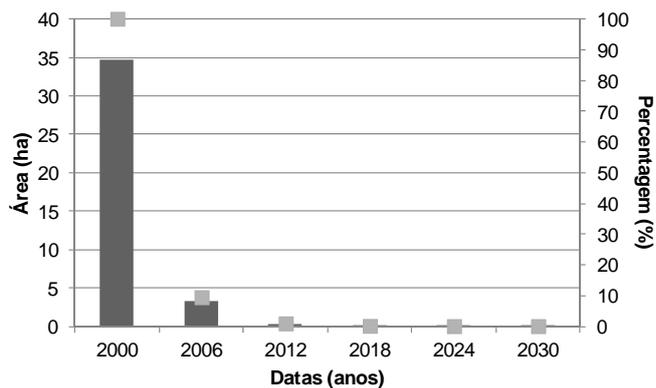


Figura B – Evolução das áreas em construção no período 2000-2030 para a freguesia da Luz

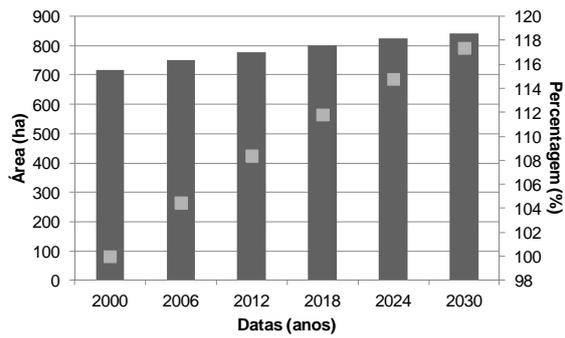


Figura C – Estimativa de evolução das culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes no período 2000-2030 para a freguesia da Luz

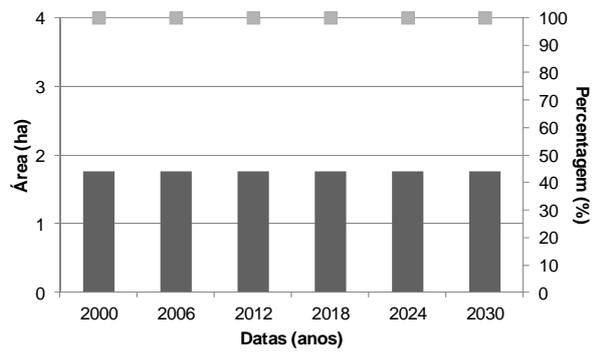


Figura D – Estimativa de evolução do oceano no período 2000-2030 para a freguesia da Luz

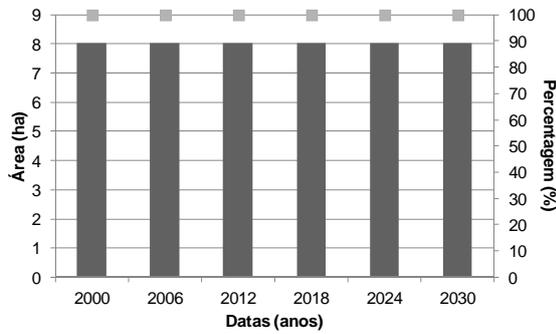


Figura E – Estimativa de evolução dos pomares no período 2000-2030 para a freguesia da Luz

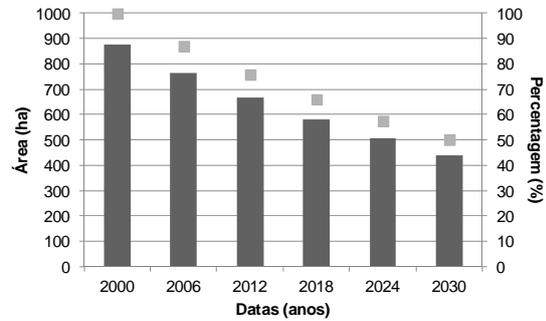


Figura F – Estimativa de evolução dos sistemas culturais e parcelares complexos no período 2000-2030 para a freguesia da Luz

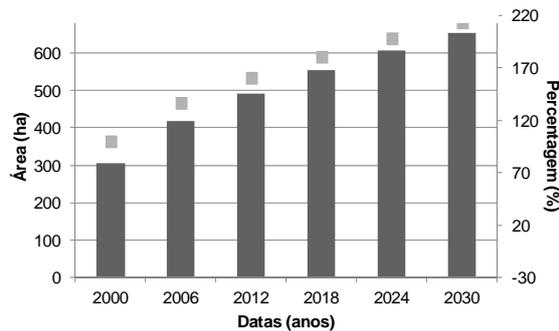


Figura G – Estimativa de evolução do tecido urbano descontínuo no período 2000-2030 para a freguesia da Luz

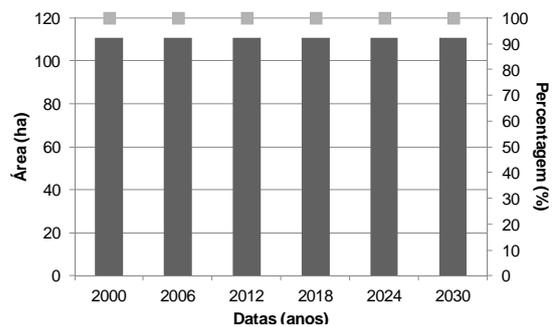


Figura H – Estimativa de evolução da vegetação esclerófila no período 2000-2030 para a freguesia da Luz

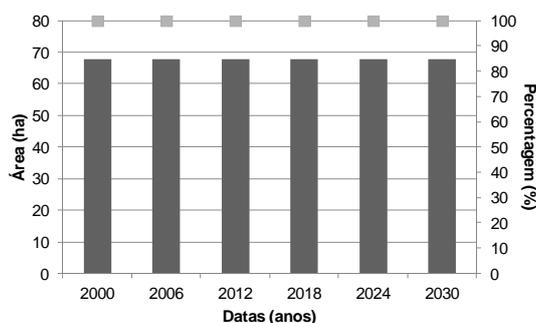


Figura I – Estimativa de evolução da vinhas no período 2000-2030 para a freguesia da Luz

CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO – Freguesia da Luz

Quadro VI – Intersecção dos dados de 1990 e de 2007 da Carta de Ocupação do Solo para a freguesia da Luz

Código das legendas (1990 e 2007)	Designação da legenda (1990)	Designação da legenda (2007)	Área (ha)	Área (m ²)
AA4	Amendoeiras	tecido urbano	0,50	4784,09
AA4	Amendoeiras	indústria, comércio e transportes	0,40	4501,53
AA4	Amendoeiras	culturas temporárias	0,00	194,54
AA4	Amendoeiras	culturas permanentes	2,80	28473,43
AA4	Amendoeiras	pastagens permanentes	2,70	26528,47
AA4	Amendoeiras	áreas agrícolas heterogéneas	2,50	25936,43
AA4	Amendoeiras	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	75,50	754259,48
AA5	Figueiras	indústria, comércio e transportes	0,80	8218,96
AA5	Figueiras	culturas temporárias	0,20	2114,79
AA5	Figueiras	áreas agrícolas heterogéneas	5,20	51323,39
AA5	Figueiras	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	5,20	52376,51
AA6	Alfarrobeiras	tecido urbano	6,20	61557,84
AA6	Alfarrobeiras	culturas temporárias	10,90	108826,15
AA6	Alfarrobeiras	culturas permanentes	30,20	303054,61
AA6	Alfarrobeiras	pastagens permanentes	3,20	32541,78
AA6	Alfarrobeiras	áreas agrícolas heterogéneas	5,00	50317,12
AA6	Alfarrobeiras	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	4,00	40094,23
AA6	Alfarrobeiras	zonas descobertas e com pouca vegetação	0,10	1721,49
AAX	Mistos de pomares	tecido urbano	77,50	774298,62
AAX	Mistos de pomares	indústria, comércio e transportes	13,40	135423,99
AAX	Mistos de pomares	áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	4,50	45138,42
AAX	Mistos de pomares	espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas	8,20	81844,67
AAX	Mistos de pomares	culturas temporárias	12,70	126722,47
AAX	Mistos de pomares	culturas permanentes	26,10	261112,25
AAX	Mistos de pomares	pastagens permanentes	10,50	103682,89
AAX	Mistos de pomares	áreas agrícolas heterogéneas	33,80	337758,82

AAX	Mistos de pomares	florestas	0,30	2603,17
AAX	Mistos de pomares	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	236,60	2363747,97
AAX	Mistos de pomares	zonas descobertas e com pouca vegetação	25,30	253568,59
AC4	Amendoeiras e cultura anual	tecido urbano	19,50	195136,23
AC4	Amendoeiras e cultura anual	indústria, comércio e transportes	2,10	20765,02
AC4	Amendoeiras e cultura anual	culturas temporárias	2,60	26345,02
AC4	Amendoeiras e cultura anual	culturas permanentes	28,30	283805,96
AC4	Amendoeiras e cultura anual	pastagens permanentes	3,50	34517,45
AC4	Amendoeiras e cultura anual	áreas agrícolas heterogéneas	37,90	378888,94
AC4	Amendoeiras e cultura anual	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	34,40	344561,72
AC4	Amendoeiras e cultura anual	zonas descobertas e com pouca vegetação	0,30	2974,91
AC5	Figueiras e cultura anual	indústria, comércio e transportes	1,50	14645,57
AC5	Figueiras e cultura anual	culturas temporárias	4,10	41229,26
AC5	Figueiras e cultura anual	culturas permanentes	4,60	46449,38
AC5	Figueiras e cultura anual	áreas agrícolas heterogéneas	6,20	61758,95
AC5	Figueiras e cultura anual	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	0,80	8210,12
AC6	Alfarrobeiras e cultura anual	tecido urbano	10,50	104666,90
AC6	Alfarrobeiras e cultura anual	indústria, comércio e transportes	0,00	366,92
AC6	Alfarrobeiras e cultura anual	espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas	0,60	5945,49
AC6	Alfarrobeiras e cultura anual	culturas temporárias	3,70	36999,13
AC6	Alfarrobeiras e cultura anual	culturas permanentes	0,00	1,35
AC6	Alfarrobeiras e cultura anual	pastagens permanentes	19,60	196030,76
AC6	Alfarrobeiras e cultura anual	áreas agrícolas heterogéneas	36,50	364420,50
AC6	Alfarrobeiras e cultura anual	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	81,00	809820,72
AC6	Alfarrobeiras e cultura anual	zonas descobertas e com pouca vegetação	0,00	1,01
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	tecido urbano	47,10	469989,43
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	indústria, comércio e transportes	4,20	41121,44
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	7,20	72617,85
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas	1,70	17426,38
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	culturas temporárias	10,00	100620,99
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	culturas permanentes	8,30	83397,60
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	pastagens permanentes	7,90	79126,02
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	áreas agrícolas heterogéneas	25,20	252342,99
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	florestas	4,10	41036,72
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	225,20	2251800,10
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	zonas descobertas e com pouca vegetação	0,00	122,74
AVX	Mistos de pomares e vinhas	tecido urbano	12,40	123861,18
AVX	Mistos de pomares e vinhas	indústria, comércio e transportes	6,10	61357,51

AVX	Mistos de pomares e vinhas	culturas temporárias	8,70	85767,49
AVX	Mistos de pomares e vinhas	culturas permanentes	6,40	64721,54
AVX	Mistos de pomares e vinhas	pastagens permanentes	8,70	86771,91
AVX	Mistos de pomares e vinhas	áreas agrícolas heterogéneas	25,70	255511,47
AVX	Mistos de pomares e vinhas	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	9,40	93519,97
AVX	Mistos de pomares e vinhas	zonas descobertas e com pouca vegetação	0,30	2943,73
CA1	Culturas anuais de sequeiro e pomares	tecido urbano	6,00	59548,64
CA1	Culturas anuais de sequeiro e pomares	indústria, comércio e transportes	2,10	21015,82
CA1	Culturas anuais de sequeiro e pomares	áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	2,50	25149,57
CA1	Culturas anuais de sequeiro e pomares	espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas	11,70	117235,56
CA1	Culturas anuais de sequeiro e pomares	culturas temporárias	1,40	13941,37
CA1	Culturas anuais de sequeiro e pomares	culturas permanentes	4,40	43719,57
CA1	Culturas anuais de sequeiro e pomares	pastagens permanentes	7,30	72539,46
CA1	Culturas anuais de sequeiro e pomares	áreas agrícolas heterogéneas	51,90	518792,62
CA1	Culturas anuais de sequeiro e pomares	florestas	1,00	9589,90
CA1	Culturas anuais de sequeiro e pomares	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	36,10	362641,24
CC1	Sequeiro	tecido urbano	7,20	72317,03
CC1	Sequeiro	indústria, comércio e transportes	2,00	20119,30
CC1	Sequeiro	áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	0,10	1374,16
CC1	Sequeiro	culturas temporárias	31,70	317851,51
CC1	Sequeiro	culturas permanentes	1,70	16979,68
CC1	Sequeiro	pastagens permanentes	2,40	24122,69
CC1	Sequeiro	áreas agrícolas heterogéneas	23,30	232964,91
CC1	Sequeiro	florestas	0,00	476,56
CC1	Sequeiro	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	34,80	347267,61
CC1	Sequeiro	zonas descobertas e com pouca vegetação	0,20	1933,37
CC2	Regadio	tecido urbano	1,70	16899,82
CC2	Regadio	indústria, comércio e transportes	0,00	174,25
CC2	Regadio	culturas permanentes	5,30	52586,90
CC2	Regadio	pastagens permanentes	0,90	8947,68
CC2	Regadio	áreas agrícolas heterogéneas	27,40	273573,59
CC2	Regadio	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	0,20	1774,54
CI1	Áreas principalmente agrícolas de sequeiro com espaços naturais importantes	culturas permanentes	0,30	2815,66
CI1	Áreas principalmente agrícolas de sequeiro com espaços naturais importantes	áreas agrícolas heterogéneas	6,20	62208,65
CI1	Áreas principalmente agrícolas de sequeiro com espaços naturais importantes	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	14,40	144140,34
CV1	Culturas anuais de sequeiro e vinha	tecido urbano	3,40	33698,14
CV1	Culturas anuais de sequeiro e vinha	indústria, comércio e transportes	4,70	46979,15

CV1	Culturas anuais de sequeiro e vinha	áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	2,00	20088,65
CV1	Culturas anuais de sequeiro e vinha	culturas temporárias	3,00	29123,59
CV1	Culturas anuais de sequeiro e vinha	pastagens permanentes	17,50	174778,51
CV1	Culturas anuais de sequeiro e vinha	áreas agrícolas heterogéneas	17,70	176957,99
CV1	Culturas anuais de sequeiro e vinha	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	5,20	51870,93
CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	tecido urbano	29,90	298435,28
CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	indústria, comércio e transportes	4,40	44461,01
CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	1,30	12699,07
CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas	0,20	1721,47
CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	culturas permanentes	20,20	201152,79
CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	pastagens permanentes	0,10	928,05
CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	áreas agrícolas heterogéneas	60,90	610229,04
CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	florestas	0,00	257,38
CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	23,60	236777,83
CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	zonas descobertas e com pouca vegetação	1,70	17498,13
IA0	Pomares abandonados	tecido urbano	3,10	31125,59
IA0	Pomares abandonados	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	4,80	48077,05
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	águas marinhas e costeiras	2,70	27087,98
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	tecido urbano	15,80	158688,17
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	indústria, comércio e transportes	0,30	2573,90
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	7,80	77402,81
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	culturas temporárias	21,50	215255,89
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	culturas permanentes	0,50	4972,51
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	pastagens permanentes	1,50	14818,60
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	áreas agrícolas heterogéneas	6,10	61150,92
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	112,00	1120323,91
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	zonas descobertas e com pouca vegetação	20,00	200184,63
JY1	Praia, dunas, areais e solos sem cobertura vegetal	tecido urbano	0,50	5409,62
JY1	Praia, dunas, areais e solos sem cobertura vegetal	zonas descobertas e com pouca vegetação	2,20	22156,72
JY2	Rocha nua	tecido urbano	0,00	185,58
JY2	Rocha nua	zonas descobertas e com pouca vegetação	0,70	7210,22
PP3	Pinheiro bravo com grau de coberto superior a 50%	tecido urbano	0,90	9136,19
PP3	Pinheiro bravo com grau de coberto superior a 50%	áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	0,20	2489,81
PP3	Pinheiro bravo com grau de coberto superior a 50%	áreas agrícolas heterogéneas	0,10	818,41
UU2	Tecido Urbano descontínuo	tecido urbano	106,40	1064559,01

UU2	Tecido Urbano descontínuo	indústria, comércio e transportes	4,70	47047,49
UU2	Tecido Urbano descontínuo	espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas	1,20	11719,17
UU2	Tecido Urbano descontínuo	culturas temporárias	0,60	6423,06
UU2	Tecido Urbano descontínuo	culturas permanentes	0,40	3834,54
UU2	Tecido Urbano descontínuo	pastagens permanentes	0,50	4788,31
UU2	Tecido Urbano descontínuo	áreas agrícolas heterogéneas	1,20	12146,48
UU2	Tecido Urbano descontínuo	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	2,70	27248,60
UU2	Tecido Urbano descontínuo	zonas descobertas e com pouca vegetação	3,00	28697,46
UU9	Outros espaços fora do tecido urbano consolidado	tecido urbano	0,90	8635,43
UU9	Outros espaços fora do tecido urbano consolidado	culturas temporárias	0,10	546,08
UU9	Outros espaços fora do tecido urbano consolidado	áreas agrícolas heterogéneas	0,20	1565,40
UU9	Outros espaços fora do tecido urbano consolidado	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	0,00	692,86
VA1	Vinha e pomar	áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	0,10	1046,00
VA1	Vinha e pomar	culturas permanentes	11,30	113467,19
VA1	Vinha e pomar	áreas agrícolas heterogéneas	12,00	119884,30
VA1	Vinha e pomar	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	0,60	5591,86
VV1	Vinha	tecido urbano	0,20	1655,10
VV1	Vinha	culturas temporárias	0,40	3731,96
VV1	Vinha	culturas permanentes	23,20	232410,18
VV1	Vinha	áreas agrícolas heterogéneas	0,80	7796,60
VV1	Vinha	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	4,40	44087,16

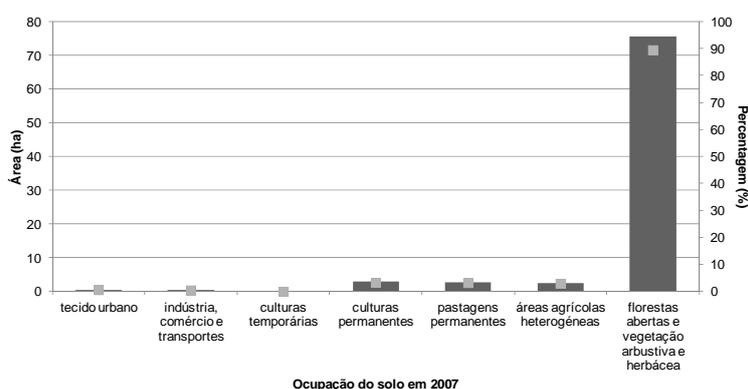


Figura J – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 84,4 ha de amendoeiras existentes em 1990

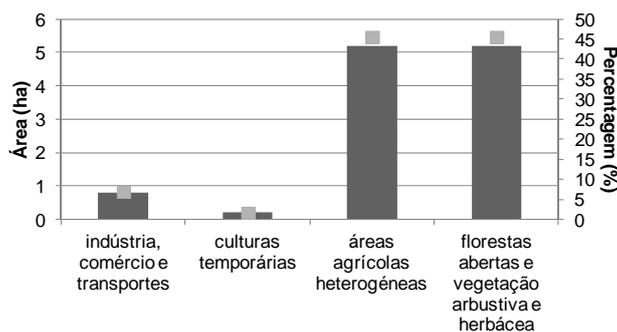


Figura K – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 11,4 ha de figueiras existentes em 1990

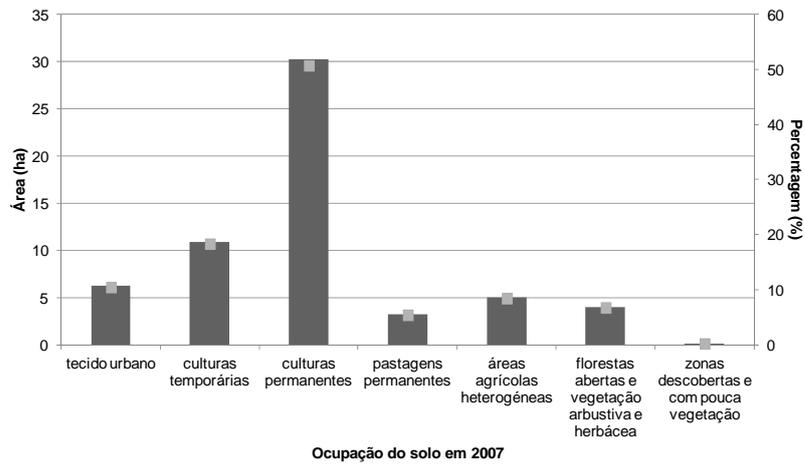


Figura L – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 59,6 ha de alfarrobeiras existentes em 1990

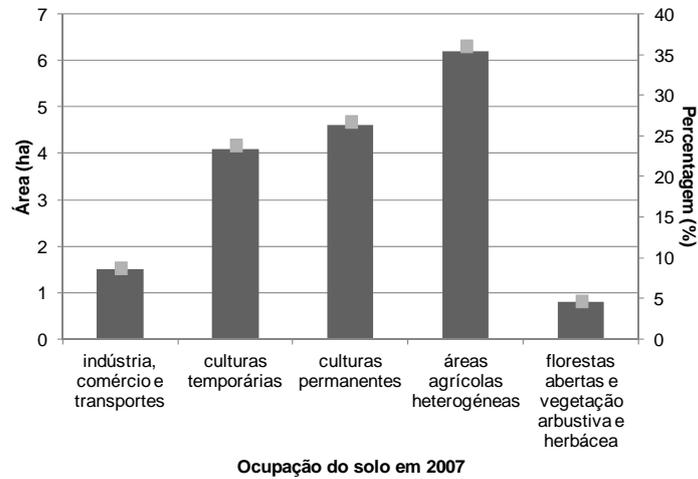


Figura M – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 128,6 ha de amendoeirais e cultura anual existentes em 1990

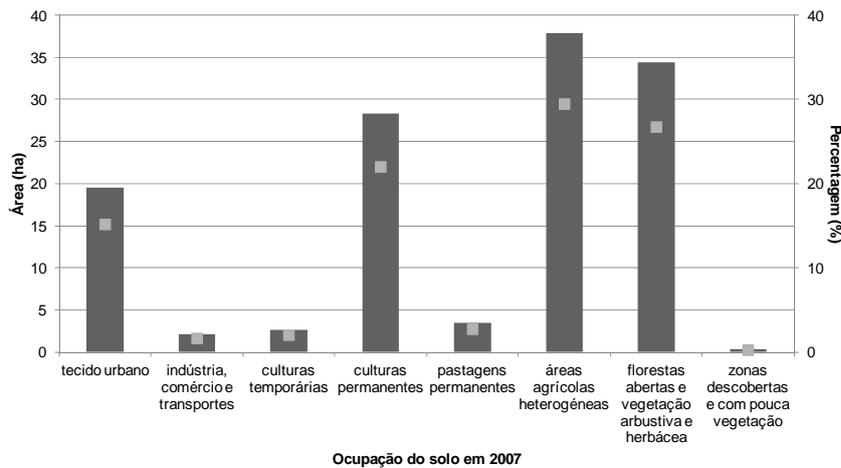


Figura N – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 17,2 ha de figueiras e cultura anual existentes em 1990

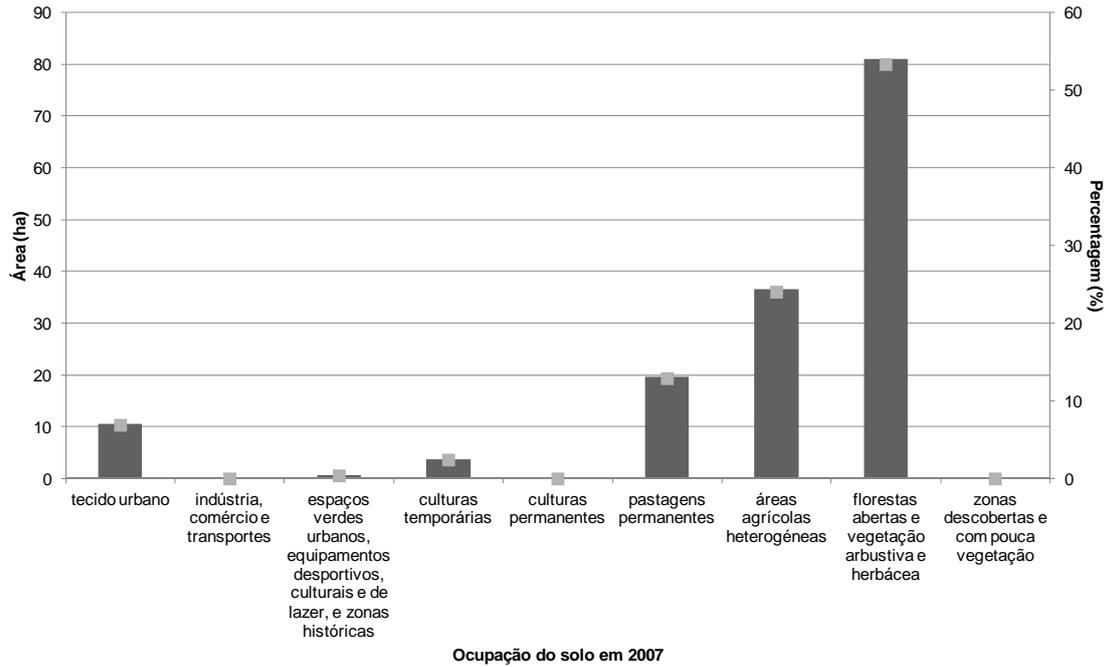


Figura O – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 151,9 ha de alfarrobeiras e cultura anual existentes em 1990

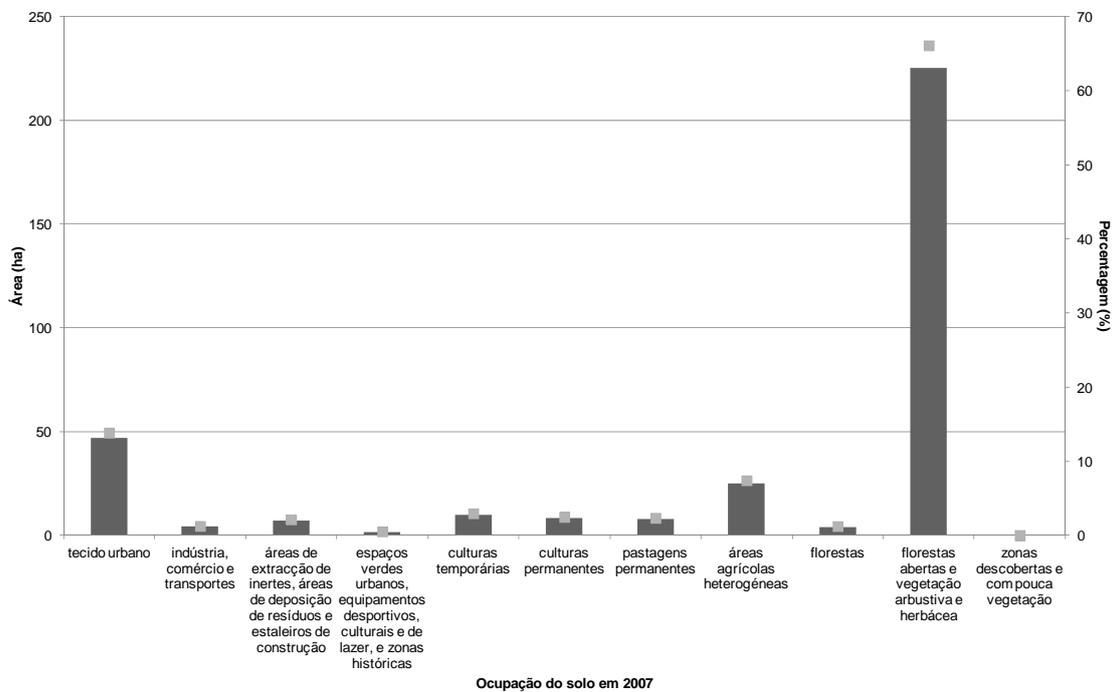


Figura P – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 340,9 ha mistos de pomares e cultura anual existentes em 1990

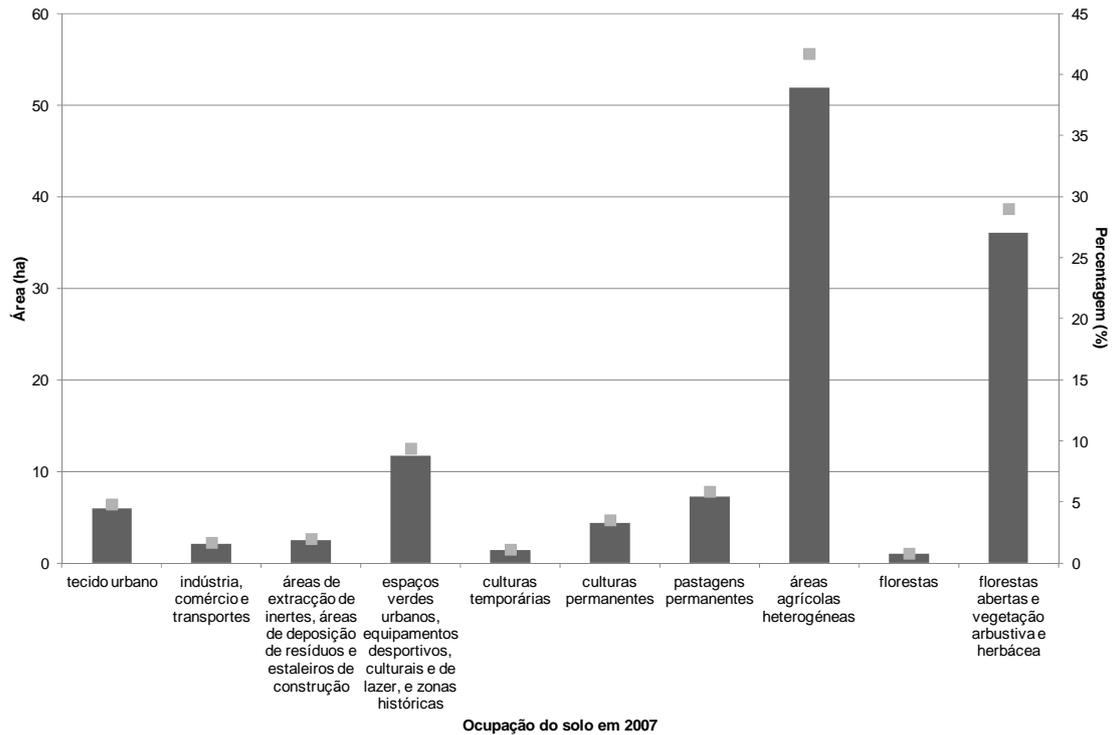


Figura Q – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 124,4 ha de culturas anuais de sequeiro e pomares existentes em 1990

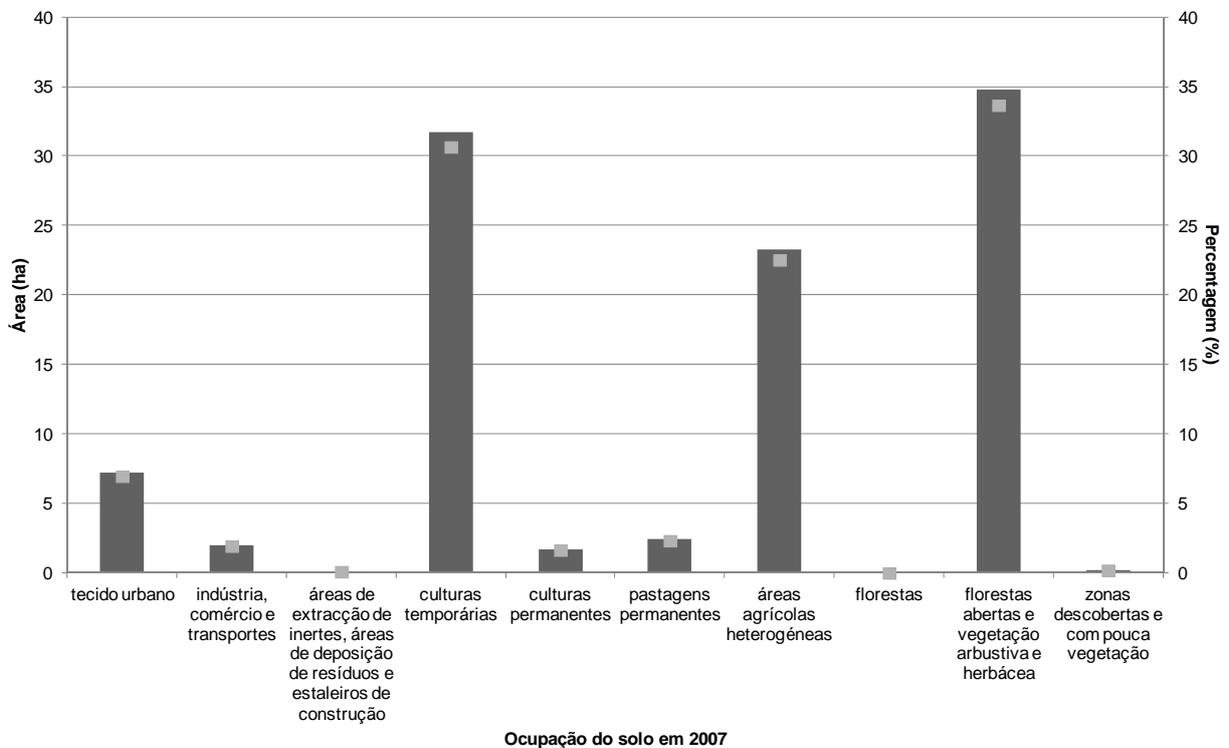


Figura R – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 103,4 ha de sequeiro existentes em 1990

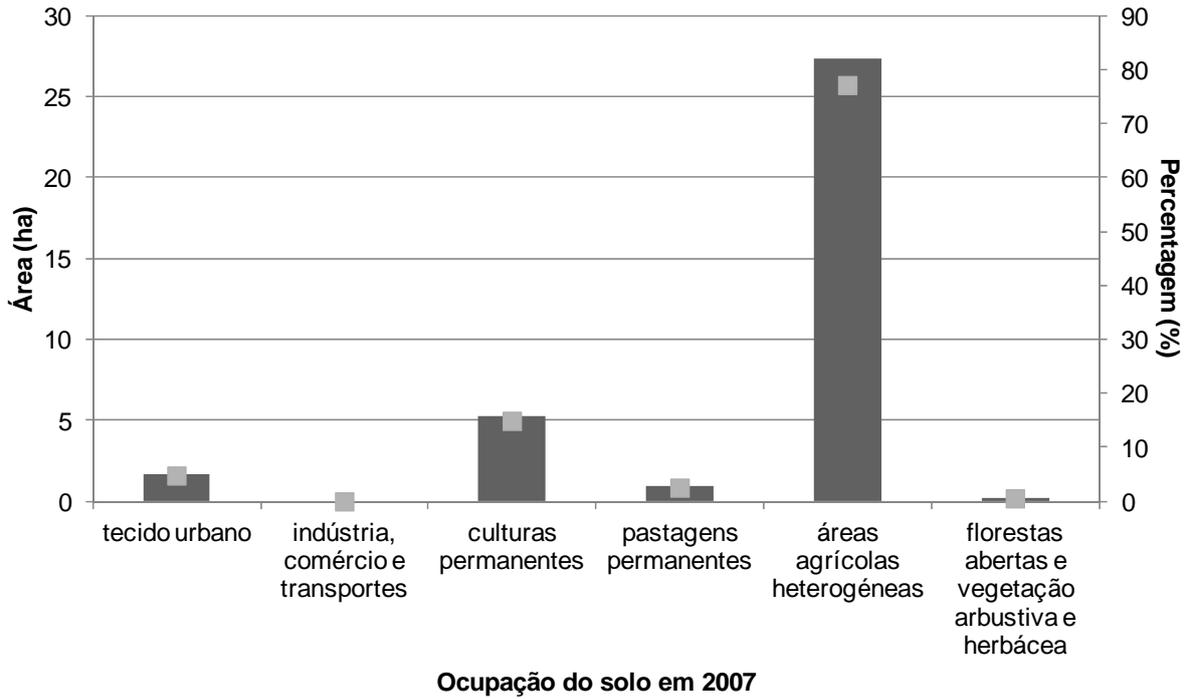


Figura S – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 35,5 ha de regadio existentes em 1990

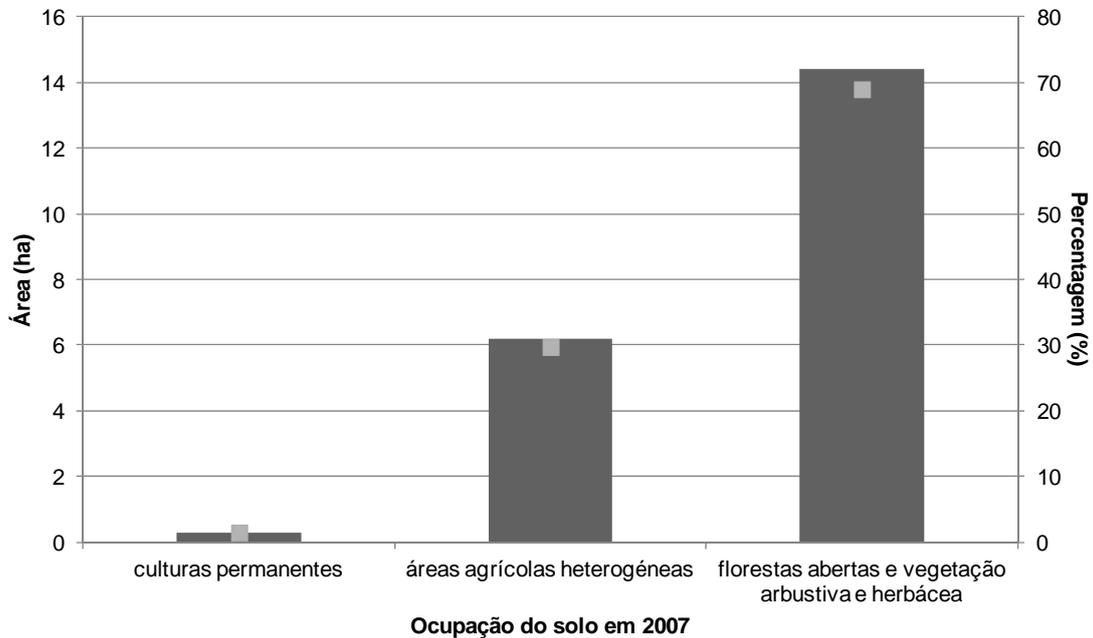


Figura T – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 20,9 ha de áreas principalmente agrícolas de sequeiro com espaços naturais importantes existentes em 1990

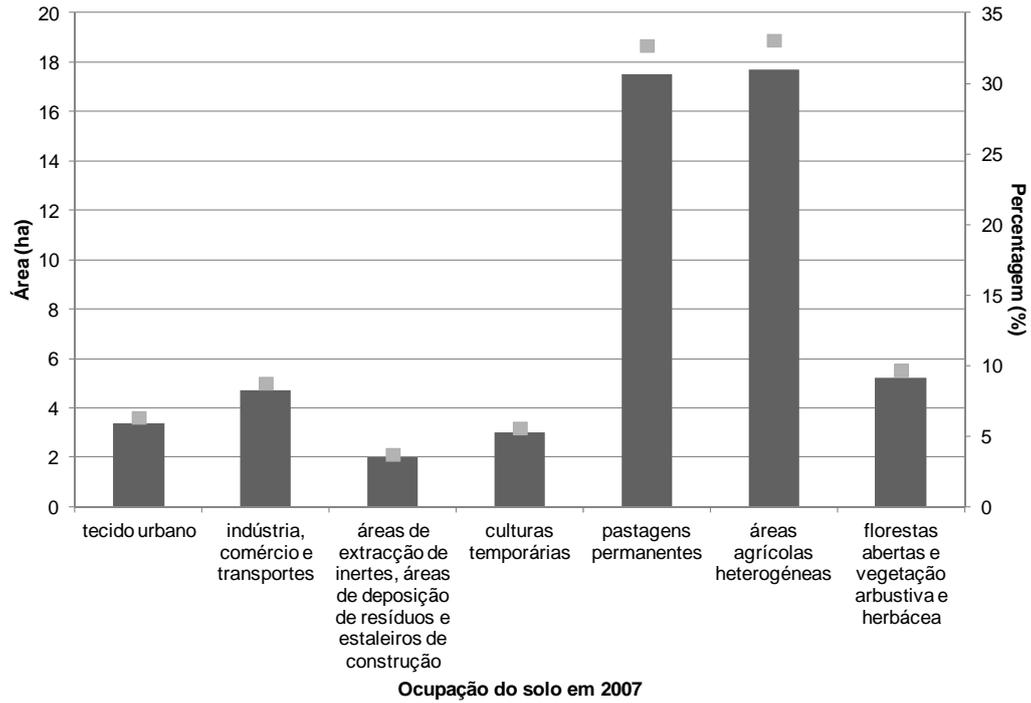


Figura U – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 53,5 ha de culturas anuais de sequeiro e vinha existentes em 1990

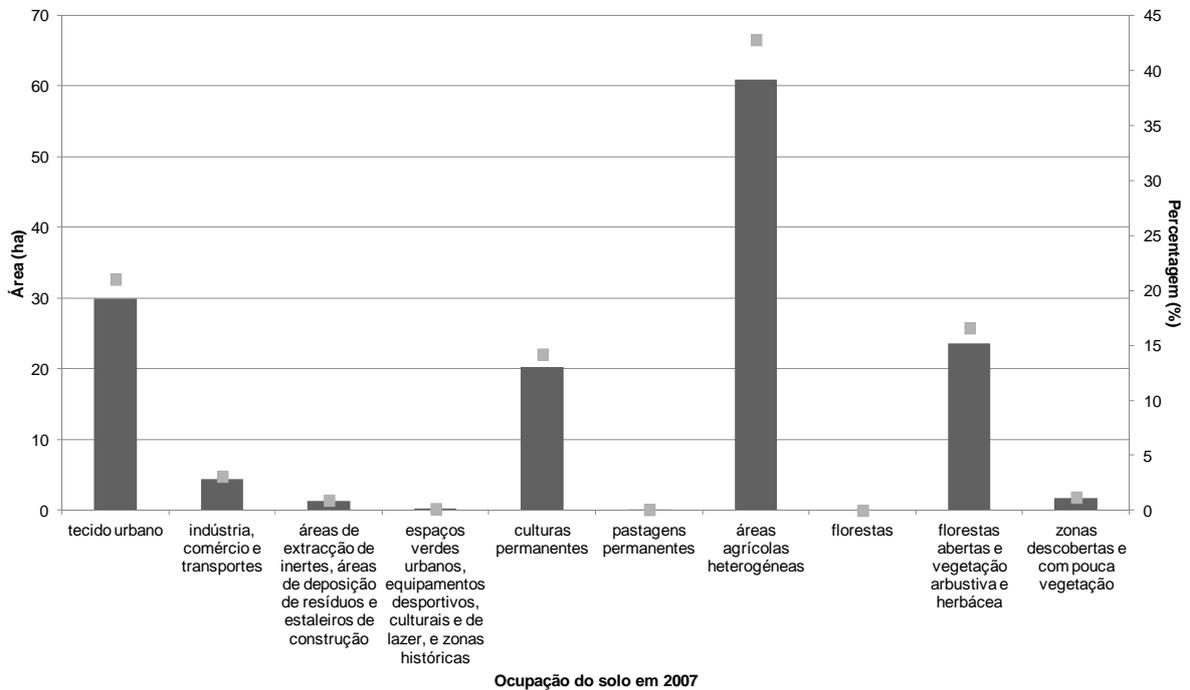


Figura V – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 142,3 ha de sistemas culturais e parcelares complexos existentes em 1990

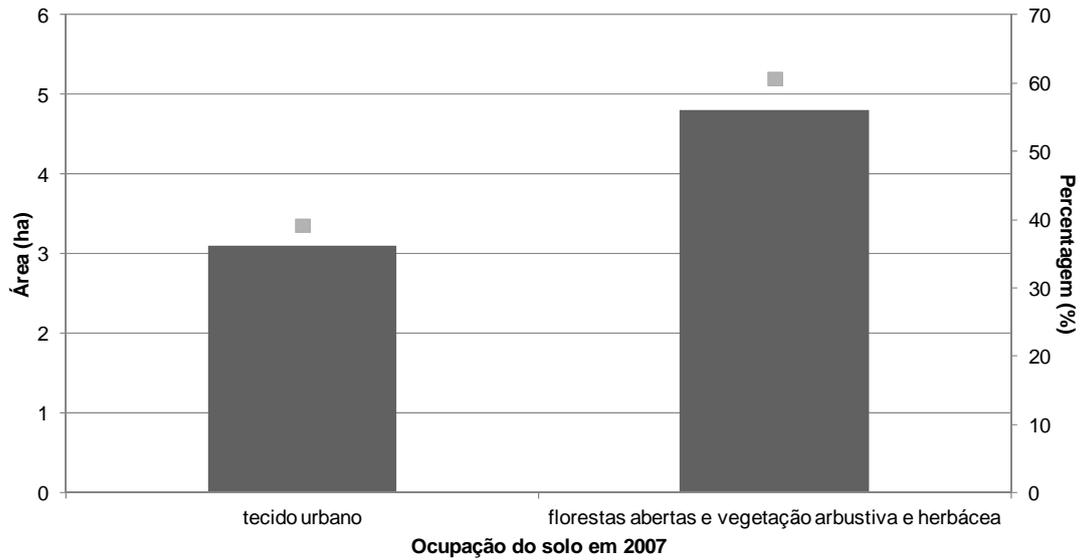


Figura W – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 7,9 ha de pomares abandonados existentes em 1990

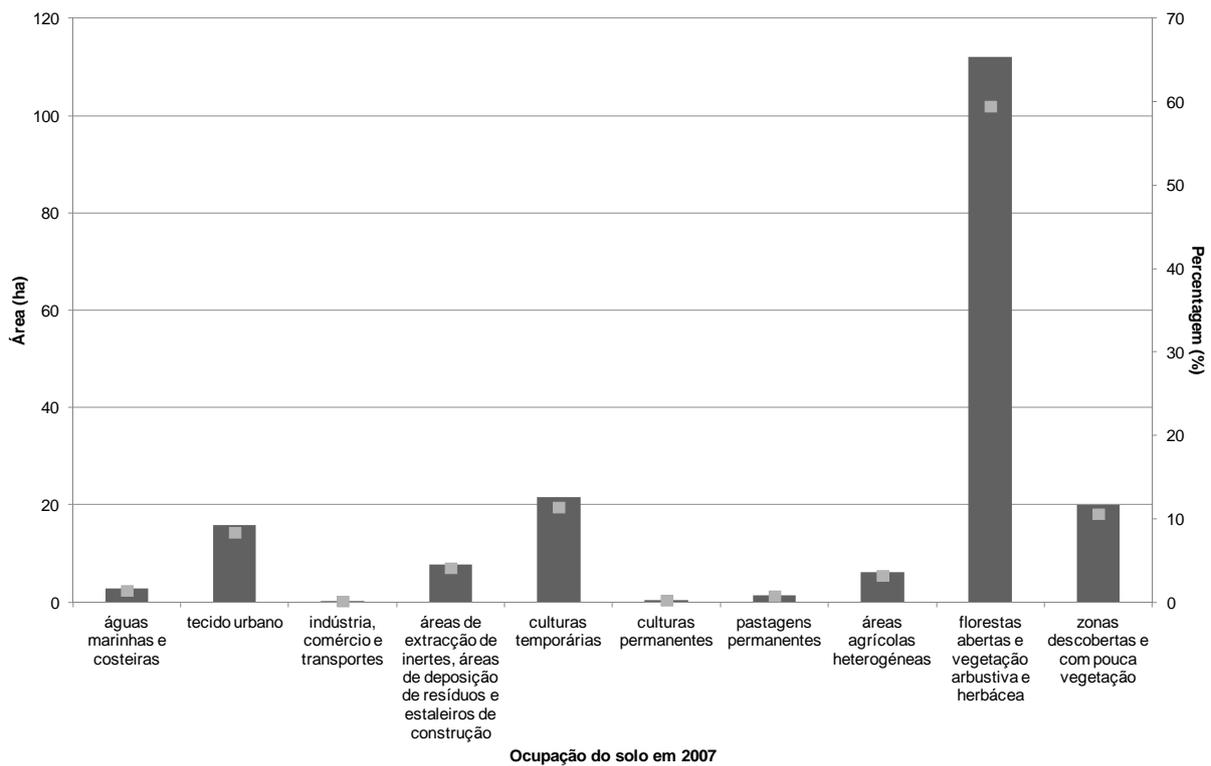


Figura X – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 188,2 ha de vegetação arbustiva baixa – matos existentes em 1990

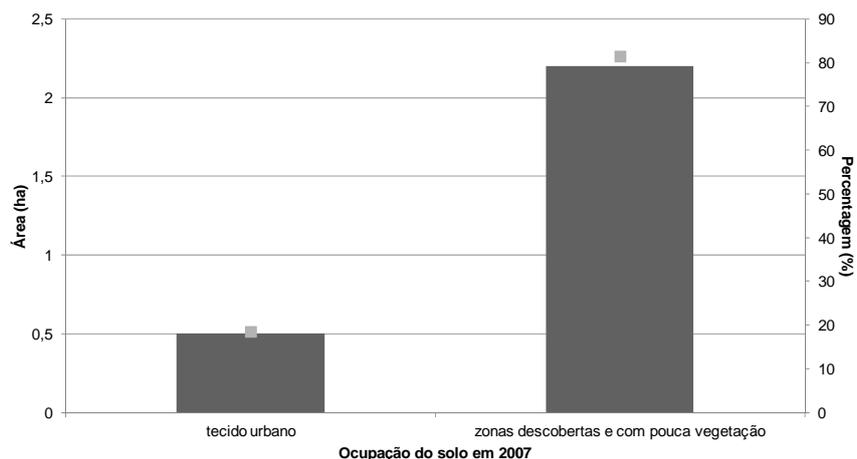


Figura Y – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 2,7 ha de praia, dunas, areais e solos sem cobertura vegetal existentes em 1990

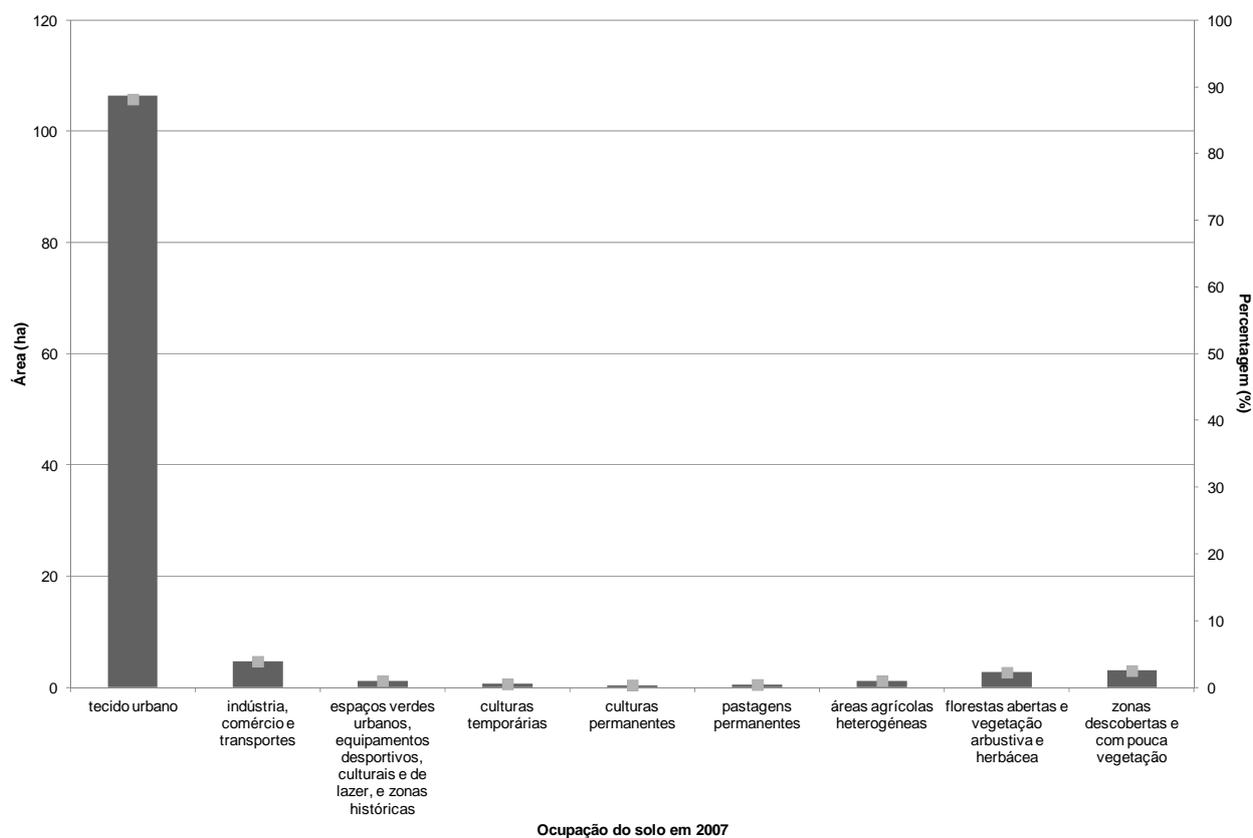


Figura Z – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 120,7 ha de tecido urbano descontínuo existentes em 1990

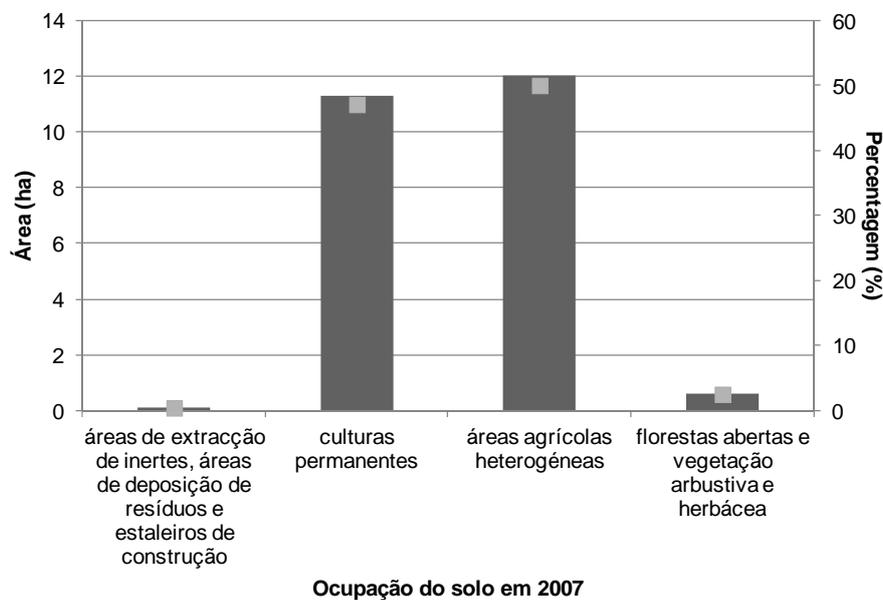


Figura AA – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 24 ha de vinha e pomar existentes em 1990

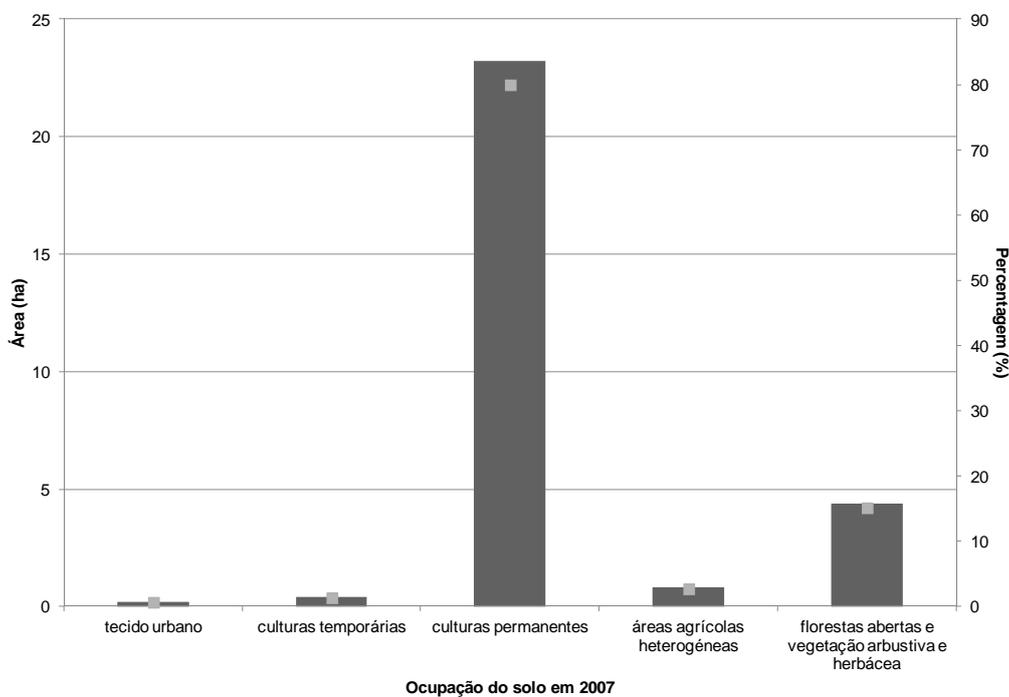


Figura AB – Freguesia da Luz: ocupação, em 2007, dos 29 ha de vinha existentes em 1990

CORINE LAND COVER – Vila da Luz**Quadro VII – Matriz de Transição Absoluta das alterações ocorridas, em hectares, entre 2000 e 2006 na vila da Luz**

	[A]	[B]	[C]	[D]	[F]	[G]	Total Geral
Agricultura com espaços naturais e semi-naturais [A]	4	0	0	0	0	0	4
Áreas em construção [B]	0	0	0	0	0	21	21
Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes [C]	0	0	12	0	0	0	12
Oceano [D]	0	0	0	1	0	0	1
Sistemas culturais e parcelares complexos [F]	0	0	0	0	58	48	106
Tecido urbano descontínuo [G]	0	0	0	0	0	170	170
Total Geral	4	0	12	1	58	239	314

Quadro VIII – Matriz de Transição Relativa das alterações ocorridas, entre 2000 e 2006 na vila da Luz

	[A]	[B]	[C]	[D]	[F]	[G]
Agricultura com espaços naturais e semi-naturais [A]	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas em construção [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes [C]	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Oceano [D]	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
Sistemas culturais e parcelares complexos [F]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,55	0,45
Tecido urbano descontínuo [G]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00

Quadro IX – Matriz Transposta das alterações ocorridas, entre 2000 e 2006 na vila da Luz

	[A]	[B]	[C]	[D]	[F]	[G]
Agricultura com espaços naturais e semi-naturais [A]	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas em construção [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes [C]	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Oceano [D]	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
Sistemas culturais e parcelares complexos [F]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,55	0,00
Tecido urbano descontínuo [G]	0,00	1,00	0,00	0,00	0,45	1,00

CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO – Vila da Luz**Quadro X – Intersecção dos dados de 1990 e de 2007 da Carta de Ocupação do Solo para a vila da Luz**

Código das legendas (1990 e 2007)	Designação da legenda (1990)	Designação da legenda (2007)	Área (ha)	Área (m ²)
AA6	Alfarrobeiras	tecido urbano	5,00	49793,03
AA6	Alfarrobeiras	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	0,50	5556,02
AA6	Alfarrobeiras	zonas descobertas e com pouca vegetação	0,00	265,42
AC4	Amendoeiras e cultura anual	tecido urbano	8,90	88704,40
AC4	Amendoeiras e cultura anual	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	6,20	61571,91
CA1	Culturas anuais de sequeiro e pomares	tecido urbano	2,00	19595,10
CA1	Culturas anuais de sequeiro e pomares	espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas	1,00	9665,03
CA1	Culturas anuais de sequeiro e pomares	áreas agrícolas heterogéneas	6,00	59770,88
CA1	Culturas anuais de sequeiro e pomares	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	0,50	5383,80
AAX	Mistos de pomares	tecido urbano	39,30	393071,93
AAX	Mistos de pomares	indústria, comércio e transportes	0,20	1559,27
AAX	Mistos de pomares	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	13,40	134237,31
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	tecido urbano	17,20	171717,72
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	indústria, comércio e transportes	1,70	16510,64
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	4,00	39897,75
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas	0,60	5713,89
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	áreas agrícolas heterogéneas	2,20	22309,31
ACX	Mistos de pomares e cultura anual	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	52,30	523565,50
IA0	Pomares abandonados	tecido urbano	3,10	31125,59
IA0	Pomares abandonados	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	4,80	48077,05
JY1	Praia, dunas, areais e solos sem cobertura vegetal	tecido urbano	0,50	5409,62
JY1	Praia, dunas, areais e solos sem cobertura vegetal	zonas descobertas e com pouca vegetação	2,20	22135,11
JY2	Rocha nua	tecido urbano	0,00	185,58
JY2	Rocha nua	zonas descobertas e com pouca vegetação	0,70	7210,16
CC1	Sequeiro	tecido urbano	0,00	32,98
CC1	Sequeiro	indústria, comércio e transportes	1,80	17959,15
CC1	Sequeiro	áreas agrícolas heterogéneas	0,00	445,91
CC1	Sequeiro	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	0,90	8514,08
CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	tecido urbano	17,80	178130,95
CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	indústria, comércio e transportes	1,60	16064,48
CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas	0,00	111,31
CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	culturas permanentes	1,30	12564,31

CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	áreas agrícolas heterogéneas	2,80	27851,60
CX1	Sistemas culturais e parcelares complexos	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	2,50	25104,00
UU2	Tecido Urbano descontínuo	tecido urbano	65,40	653913,91
UU2	Tecido Urbano descontínuo	indústria, comércio e transportes	4,40	44387,05
UU2	Tecido Urbano descontínuo	culturas permanentes	0,10	822,87
UU2	Tecido Urbano descontínuo	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	1,60	16518,95
UU2	Tecido Urbano descontínuo	zonas descobertas e com pouca vegetação	0,20	1563,51
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	águas marinhas e costeiras	0,60	5883,92
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	tecido urbano	12,80	128361,71
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	3,20	32356,54
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	áreas agrícolas heterogéneas	0,30	2773,77
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	13,50	134614,73
II2	Vegetação arbustiva baixa - matos	zonas descobertas e com pouca vegetação	9,50	94776,85

ANEXO III

ENTREVISTAS E INQUÉRITOS

ENTREVISTA

**Praia da Luz | Lagos
Algarve**

UNIVERSIDADE
TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR
DE AGRONOMIA
MESTRADO EM
ARQUITECTURA
PAISAGISTA

A presente entrevista surge no âmbito da realização de uma tese de Mestrado em Arquitectura Paisagista, no Instituto Superior de Agronomia – Universidade Técnica de Lisboa, sob a orientação do Professor Nuno Lecoq.

Pretende efectuar-se o “**ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE UMA PARCELA DO LITORAL ALGARVIO - Caso de Estudo: A Praia da Luz, Lagos**”.

Todos os dados recolhidos são confidenciais, sendo unicamente trabalhados e publicados no âmbito da realização da tese de Mestrado.

Obrigada pelo tempo dispensado e pelo seu contributo. A sua opinião é fundamental para este estudo.

Nádia Gomes Correia

1. Que recordações tem da Praia da Luz de outros tempos e como a encara, na actualidade? Quais as principais alterações que considera terem ocorrido, com o passar dos anos?
2. Atendendo às várias alterações ocorridas ao longo do tempo, como olha para a preservação da história, da cultura, dos valores e das tradições da Praia da Luz?
3. Na maioria dos concelhos do litoral algarvio, incluindo o concelho de Lagos, o Plano Director Municipal (PDM) apenas surgiu no ano de 1995. Actualmente, o PDM de Lagos encontra-se em fase de retoma. Como encara a ausência, por um largo período de tempo, deste documento regulador do planeamento e ordenamento do território? Que efeito poderá ter tido, em concreto, na Praia da Luz?
4. Quais julga serem os factores determinantes para a intervenção realizada nesta zona? Que potencialidades e obstáculos e/ou desafios estarão associados à intervenção neste território?
5. Que intervenções consideraria prioritárias e fundamentais para o correcto desenvolvimento da Praia da Luz?
6. De que forma considera importante a recente distinção da Praia da Luz com o “Prémio Praia Mais Acessível 2010”? Que implicações julga poderem daí advir para o ordenamento e planeamento da zona?
7. Está em curso a elaboração do Plano de Urbanização da Vila da Luz. Que vantagens e fragilidades antevê, no âmbito da elaboração e da implementação deste plano? Qual o seu impacto na qualidade de vida da população e no desenvolvimento da Vila da Luz? Quais os pontos fortes deste plano, na sua opinião?
8. Por último, e tendo em conta a conjuntura actual e a crescente procura de uma nova ruralidade, qual julga ser o futuro da Praia da Luz?

Comentários/Outros aspectos que gostaria de referir

Entrevistado: Arquitecto - Plano de Urbanização da Vila da Luz

1. A Praia da Luz foi desde os princípios de século passado destino de veraneio. De início, de familiares lacobrigenses, quando persistia alguma actividade piscatória, depois, nos anos 60 e seguintes, procurada por estrangeiros e nacionais. A partir de 1974, ocorreram as profundas alterações sociais e urbanas que conduziram à Vila de hoje.
2. A história continua e continuará a ser feita. A cultura e os valores estarão um pouco adulterados, fruto, porventura, dos tempos que correm. As tradições, de maior pureza, foram desaparecendo com as gerações.
3. 4. 5. (ENTREVISTADO RESPONDEU CONJUNTAMENTE ÀS QUESTÕES 3, 4 E 5) Sob o ponto de vista urbanístico a zona urbana e de expansão urbana da Luz, não foram afectadas pela ausência de

PDM. Isto porque, antecedendo aquele Plano Director, vigorou um Plano de Urbanização para a Luz que, embora aprovado não foi publicado em D.R. (1986) e que traçou as orientações viárias, infra-estruturais e de ocupação do solo que, na prática, estavam lançados no terreno aquando da suspensão do PDM, o que, com virtudes e defeitos, corresponde à actual Vila e seu termo.

6. A “Praia Mais Acessível, 2010” honrou a praia propriamente dita que pela dimensão, configuração e beleza natural, é praia ideal para férias em família. A estas potencialidades foram adicionados os meios e equipamentos necessários ao reconhecimento que, merecidamente, obteve.

7. A área de intervenção do P.U. da Luz, em curso desde há 10 anos, está limitada, no fundo, à área urbana existente pelo que o Plano orienta, apenas, o preenchimento das poucas áreas intersticiais. Por outro lado realça alguns sítios notáveis, apontando a sua futura utilização pela população. São, respectivamente, estes os aspectos mais fracos e mais fortes do Plano.

8. A Luz, nos termos em que a questão é posta, não sofrerá grandes modificações no futuro próximo. Relembre-se, no entanto, que no território da Freguesia existem dois outros aglomerados de menor expressão (Almádena e Espiche) para além de uma vasta área rural de reduzida ocupação que constituirão o complemento à Vila.

Entrevistado: Arquitecto - Freguesia da Vila da Luz

1. A minha memória da Luz é recente pois sou migrante do distrito de Lisboa, mas a memória também se constrói com História e sobre a Luz há muita documentação da evolução de sítio privilegiado para a actividade piscatória, da Antiguidade à idade média e à modernidade. No princípio do Séc. XX com os novos hábitos de culto da saúde corporal com banhos de mar na praia misturaram-se os pescadores com os habitantes de Lagos que construíram as primeiras casas de vilegiatura. Na década de 60 do Séc. XX, o desenvolvimento do turismo deu um outro sentido ao crescimento com aspectos de transformação radical até ao presente.

2. A escala de conflitualidade entre o sentido do desenvolvimento e a preservação de valores culturais é grande, mas em sintonia com as práticas mais vulgares de transformação do território na época. A Luz é na sua origem uma pequena localidade com um longo passado mas com pouca importância populacional. A ocupação massiva por uma população flutuante, 6 vezes a residente, contribui em parte para uma certa desvalorização de hábitos locais mas não explica tudo. Os outros dois factores podem ser encontrados na primazia da administração ao chamado investimento imobiliário numa altura em que havia muitos recursos para gerar um crescimento diferenciador, apoiado nas tradições e na história e na própria aculturação da beira-mar mais aberta ao que vem de fora do que ao reconhecimento do seu passado com efeitos em toda a costa. Veja-se como o balneário romano da Luz foi quase submerso por uma urbanização nos anos 80 tendo sobrado um pequeno trecho hoje visitável mas definitivamente empobrecido pela envolvente construída.

3. A falta de um documento estratégico significa que há uma gestão de território factual e à medida das circunstâncias. Não há previsão de longo prazo e são menores as oportunidades por não estarem diagnosticadas, sobretudo as que exigem uma base territorial. A falta do PDM na Luz não teria reflexos negativos se outro instrumento de gestão estivesse aprovado.

4. Toda a realidade económica foi alterada recentemente e com ela mudou o paradigma do turismo de sempre, mais camas, em que assentou todo o percurso anterior do desenvolvimento. Pede-se um novo enquadramento e mais diversidade e mais leveza e atenção, com menos construção e com reformulação do que já foi construído. Explorar as actividades em rede e não dependentes da praia que é um bem não elástico. Isto vai ser tanto pior quanto maior for a densidade.

5. Delimitação de um parque urbano com as condições naturais do talvegue da ribeira. Um percurso

seguro de costa até Burgau.

6. Os galardões de acessibilidade e de praia azul têm repercussões na imagem da localidade. A acessibilidade em particular tem reflexos numa grande parte da população idosa que são uma das faixas de utilizadores e população permanente da Luz. O conceito de acessibilidade hoje é uma obrigação legal com consequências na requalificação do espaço público e não apenas na utilização da praia.

7. Dado o tempo transcorrido desde o diagnóstico até ao presente o PU corre riscos de estar desactualizado nas soluções e propostas. Porque a realidade mudou, mas como trata sobretudo da realidade urbana, a previsão que o plano dá da transformação urbana e da necessidade de cooperação entre proprietários e entre estes e o município mantém-se actual.

8. O PU tem um limite de intervenção quase exclusivamente urbano e não tem intervenção em solo rural. Os factores de atracção da Luz, estão baseados em pressupostos de amenidade de clima, paisagem e escala doméstica. De um modo geral os residentes autóctones mantêm relações de contacto com o campo, detendo a posse de pequenas courelas ou tradições de convívio ou visita a familiares residentes fora da área urbana. No fundo a fórmula da nova ruralidade no sentido da complementaridade entre vida de cidade e valores da natureza é assim encontrada, isto é, não é nova, sempre foi assim. A valorização das actividades turísticas com uma componente de produção agrícola ou de lazer de natureza são cada vez mais expressivas como alternativa de baixa densidade e a evolução positiva deste segmento mantém-se alheio às variações do turismo clássico, embora a expressão de negócio seja menor globalmente, a influência positiva no território é da maior importância.

Entrevistado: Urbanista - Câmara Municipal de Lagos

1. Já não sou do tempo da praia da Luz como pitoresca aldeia piscatória mas sim dos tempos mais recentes da afirmação da Luz como lugar turístico, muito marcado pelo turismo britânico e ao empreendimento Luz Bay (pensado como aldeamento turístico de vanguarda na ida segunda metade dos anos de 60 do século XX, pós construção do aeroporto de Faro) que tenho para mim como o facto urbano que definitivamente mudou a paisagem da aldeia. Depois foram-se sucedendo as urbanizações e as “colagens” dos loteamentos uns atrás dos outros, “anfiteatro” acima, sem qualquer lógica de crescimento urbano que não a de obedecer somente à lógica do mercado imobiliário e da segunda habitação turística e do desenho conforme a geometria do cadastro.

2. O valor paisagístico de conjunto de todo aquele raro anfiteatro gigante sobre o mar, de pendente pronunciada mas de declive constante, é o que saiu mais prejudicado pelo modelo de crescimento da Luz nas últimas décadas. São visíveis algumas agressões volumétricas, feitas nos anos 70 e 80 do século passado, que dificilmente as conseguirei algum dia compreender como bem integradas naquela paisagem. Quanto à preservação dos valores patrimoniais edificados - não sendo eles propriamente abundantes -, tenho para mim que o Município tem feito algum trabalho para os defender e valorizar (veja-se o caso da Igreja da Luz, por exemplo). Porém, muito trabalho há ainda a fazer para defender e valorizar outro património existente, como é o caso do balneário romano ou da própria Fortaleza. Ao nível paisagístico, tenho para mim que a garantia da preservação paisagística do vale de Valverde e do miradouro da Luz livre de construção (autênticas preciosidades no contexto em que se localizam) seria algo que poderia marcar definitivamente um virar de página sobre o modo como os poderes locais têm olhado para aquela povoação; uma vila que dispensa maior densificação de ocupação e que está muito carente de espaços livres, de contemplação, de desafogo, que propiciem vistas sobre o mar e sobre o campo à comunidade e não apenas a quem adquire um apartamento ou compre uma estadia num dos vários empreendimentos turísticos existentes. Temo que o Plano de Urbanização que a Câmara Municipal tem em elaboração há quase dez anos não vá nesse sentido mas sim em sentido oposto.

3. Retoma seria uma expressão adequada caso o PDM mandado anular pelo Tribunal em 2002 tivesse sido efectivamente retomado. Ora, chamar retoma a um plano que há nove anos se sabe que não poderia

ser retomado mas sim de ser feito de novo, é um equívoco terminológico que perdura. A Câmara Municipal tem em mãos há 10 anos o processo de elaboração de um novo PDM, isso sim, nunca se tendo importado realmente em aprová-lo, porque gerir o território despido da sua normativa afigurou-se preferível. A praia da Luz da última década espelha bem o que é gerir um território ao sabor de impulsos de circunstância e não em obediência a um determinado conjunto de regras ou a uma lógica democraticamente discutida, estabelecida e transparente.

4. Não teremos de teorizar muito para encontrar uma resposta a questões como esta: 70% das habitações existentes no perímetro da (Vila da) Luz estão vazias quase todo o ano, o que quer dizer que o modelo de crescimento e de expansão seguido nas últimas décadas está esgotado. O caminho agora é o de, por via das acessibilidades, estreitar a relação funcional e interdependente com a cidade de Lagos e, por outro lado, consolidar, requalificar, reabilitar alguns empreendimentos e conjuntos habitacionais, e até reconverter alguns em função de tendências particulares do mercado e da procura. Penso que o Plano de Urbanização em curso, também ele incredivelmente em elaboração há dez anos, apesar de não ser garantia de que os problemas se resolvem só por ele, devia ser muito claro no sentido de inverter radicalmente a lógica vigente e apontar esses mesmos caminhos.

5. Prioritário ao nível do investimento público (assim haja recursos financeiros para tal) é cuidar das zonas verdes existentes e da limpeza urbana, melhorar as acessibilidades através da construção do troço nascente da via variante à Vila, requalificar a estrada que liga Lagos à Luz, via Valverde, bem como, aumentar a oferta de estacionamento público. Outros projectos importantes são a requalificação de toda a frente marítima entre a Luz e Burgau, com o objectivo de criação de mais e melhores condições para a fruição pública e turística da costa, designadamente, com passeio pedonal e ciclovias, dando continuidade ao passeio público existente a partir da ponta da Fortaleza, a reactivação do ancoradouro para embarcações na zona da Calheta e parque de merendas, e ainda a criação de um parque verde e temático no terreno vulgarmente designado de Miradouro da Luz.

6. Esse tipo de reconhecimentos são sempre importantes e, de uma forma directa ou indirecta, acabam sempre por influenciar as dinâmicas e os processos de planeamento. Mas, mais importante do que isso, é reforçar a consciencialização dos cidadãos de que essas distinções ocorrem porque na Administração também existem boas práticas e nem sempre a utilização de recursos financeiros públicos é negligente.

7. Temo que o PU da Luz, no dia em que vier a ser aprovado, esteja automaticamente em condições de ser revisto ou feito de novo, tal é a desadequação dos seus termos de referência elaborados há 10 anos atrás. Se bem me lembro da sua última versão, a proposta de plano assentava em pressupostos radicalmente distintos da ideia que me parece importante defender para a Luz, expressa em traços gerais na resposta à pergunta n.º 4 (incluindo, apostando na ocupação da área do Miradouro da Luz com mais um empreendimento habitacional e turístico e densificando a ocupação da linha de costa).

8. Independentemente da conjuntura de crise que vivemos, acredito que a próxima década pode ser um período de afirmação do valor da Luz enquanto destino turístico. A sua praia, o seu microclima, o seu ambiente despoluído e os seus valores naturais e paisagísticos vão continuar a determinar a motivação principal da procura e a localização das actividades económicas que aí se instalem. Mas para que isso aconteça é bom que os poderes públicos autárquicos entendam que têm um importante papel a cumprir na prossecução e estabilização de políticas de médio/longo prazo que garantam o caminho que me parece importante e que está expresso na resposta n.º 4.

Comentários/Outros aspectos que gostaria de referir: Apenas o meu agradecimento pela entrevista, as minhas desculpas pela demora na resposta, embora justificada por uma agenda pessoal e profissional muito sobrecarregada nas últimas três semanas, e os meus mais sinceros votos de sucessos académicos e profissionais.

Categoria	Subcateg.	Conteúdos
1. Evolução	1.1 Passado	<p>1.1.1 “Destino de veraneio” (AJF)</p> <p>1.1.2 “Actividade piscatória” (AJF)</p> <p>1.1.3 “Evolução de sítio privilegiado para a actividade piscatória, da Antiguidade à idade média e à modernidade” (APU)</p> <p>1.1.4 “Princípio do séc. XX (...) misturaram-se os pescadores com os habitantes de Lagos que construíram as primeiras casas de vilegiatura” (APU)</p> <p>1.1.5 “Aldeia piscatória” (UCML)</p>
	1.2 Presente	<p>1.2.1 “A partir de 1974, ocorreram as profundas alterações sociais e urbanas que conduziram à Vila de hoje” (AJF)</p> <p>1.2.2 “Na década de 60 do Séc. XX o desenvolvimento do turismo deu um outro sentido ao crescimento com aspectos de transformação radical até ao presente” (APU)</p> <p>1.2.3 “Lugar turístico, muito marcado pelo turismo britânico e ao empreendimento Luz Bay (pensado como aldeamento turístico de vanguarda na ida segunda metade dos anos de 60 do século XX, pós construção do aeroporto de Faro) que tenho para mim como o facto urbano que definitivamente mudou a paisagem da aldeia” (UCML)</p>
2. Património	2.1 História, cultura, valores	<p>2.1.1 “A cultura e os valores estarão um pouco adulterados, fruto, porventura, dos tempos que correm” (AJF)</p> <p>2.1.2 “A escala de conflitualidade entre o sentido do desenvolvimento e a preservação de valores culturais é grande, mas em sintonia com as práticas mais vulgares de transformação do território na época” (APU)</p> <p>2.1.3 “Pequena localidade com um longo passado mas com pouca importância populacional” (APU)</p> <p>2.1.4 “O balneário romano da Luz foi quase submerso por uma urbanização nos anos 80 tendo sobrado um pequeno trecho hoje visitável mas definitivamente empobrecido pela envolvente construída” (APU)</p> <p>2.1.5 “O valor paisagístico de conjunto de todo aquele raro anfiteatro gigante sobre o mar, de pendente pronunciada mas de declive constante, é o que saiu mais prejudicado pelo modelo de crescimento da Luz nas últimas décadas” (UCML)</p> <p>2.1.6 “Quanto à preservação dos valores patrimoniais edificados - não sendo eles propriamente abundantes -, tenho para mim que o Município tem feito algum trabalho para os defender e valorizar (veja-se o caso da Igreja da Luz, por exemplo)” (UCML)</p>
	2.2 Tradições	<p>2.2.1 “As tradições, de maior pureza, foram desaparecendo com as gerações” (AJF)</p> <p>2.2.2 “Ocupação massiva por uma população flutuante, 6 vezes a residente, contribui em parte para uma certa desvalorização de hábitos locais” (APU)</p> <p>2.2.3 “Primazia (...) ao chamado investimento imobiliário numa altura em que havia muitos recursos para gerar um crescimento diferenciador, apoiado nas tradições e na história e na própria aculturação da beira-mar mais aberta ao que vem de fora do que ao reconhecimento do seu passado” (APU)</p>
3. Instrumentos legais	3.1 Inexistência	<p>3.1.1 “Falta de um documento estratégico significa que há uma gestão de território factual e à medida das circunstâncias” (APU)</p> <p>3.1.2 “Retoma seria uma expressão adequada caso o PDM mandado anular pelo Tribunal em 2002 tivesse sido efectivamente retomado. Ora, chamar retoma a um plano que há nove anos se sabe que não poderia ser retomado mas sim de ser feito de novo, é um equívoco terminológico que perdura. A Câmara Municipal tem em mãos há 10 anos o processo de elaboração de um novo PDM, isso sim, nunca se tendo importado realmente em aprová-lo, porque gerir o território despido da sua normativa afigurou-se preferível” (UCML)</p>
	3.2 Consequências	<p>3.2.1 “Sob o ponto de vista urbanístico a zona urbana e de expansão urbana da Luz, não foram afectadas pela ausência de PDM” (AJF)</p> <p>3.2.2 “Antecedendo aquele Plano Director, vigorou um Plano de Urbanização para a Luz que, embora aprovado não foi publicado em D.R. (1986) e que traçou as orientações viárias, infra-estruturais e de ocupação do solo” (AJF)</p> <p>3.2.3 “Não há previsão de longo prazo e são menores as oportunidades por não estarem diagnosticadas, sobretudo as que exigem uma base territorial” (APU)</p> <p>3.2.4 “A falta do PDM na Luz não teria reflexos negativos se outro instrumento de gestão estivesse aprovado” (APU)</p> <p>3.2.5 “Depois foram-se sucedendo as urbanizações e as “colagens” dos loteamentos uns atrás dos outros, “anfiteatro” acima, sem qualquer lógica de crescimento urbano que não a de obedecer somente à lógica do mercado imobiliário e da segunda habitação turística e do desenho conforme a geometria do cadastro” (UCML)</p> <p>3.2.6 “São visíveis algumas agressões volumétricas, feitas nos anos 70 e 80 do século passado, que dificilmente as conseguirei algum dia compreender como bem integradas naquela paisagem” (UCML)</p>

		<p>3.2.7 “A praia da Luz da última década espelha bem o que é gerir um território ao sabor de impulsos de circunstância e não em obediência a um determinado conjunto de regras ou a uma lógica democraticamente discutida, estabelecida e transparente” (UCML)</p> <p>3.2.8 “Temo que o PU da Luz, no dia em que vier a ser aprovado, esteja automaticamente em condições de ser revisto ou feito de novo, tal é a desadequação dos seus termos de referência elaborados há 10 anos atrás” (UCML)</p>
4. Interven- ção	4.1 Potenciali- dades	<p>4.1.1 [Prémio] “A “Praia Mais Acessível, 2010” honrou a praia propriamente dita que pela dimensão, configuração e beleza natural, é praia ideal para férias em família” (AJF)</p> <p>4.1.2 “A estas potencialidades foram adicionados os meios e equipamentos necessários” (AJF)</p> <p>4.1.3 “[O plano] realça alguns sítios notáveis, apontando a sua futura utilização pela população” (AJF)</p> <p>4.1.4 “Os galardões de acessibilidade e de praia azul têm repercussões na imagem da localidade” (APU)</p> <p>4.1.5 “A acessibilidade em particular tem reflexos numa grande parte da população idosa que são uma das faixas de utilizadores e população permanente da Luz” (APU)</p> <p>4.1.6 “A realidade mudou, mas como trata sobretudo da realidade urbana, a previsão que o plano dá da transformação urbana e da necessidade de cooperação entre proprietários e entre estes e o município mantém-se actual” (APU)</p> <p>4.1.7 “Os factores de atracção da Luz, estão baseados em pressupostos de amenidade de clima, paisagem e escala doméstica” (APU)</p> <p>4.1.8 “Reconhecimentos são sempre importantes e, de uma forma directa ou indirecta, acabam sempre por influenciar as dinâmicas e os processos de planeamento” (UCML)</p> <p>4.1.9 “Na Administração [pública] também existem boas práticas e nem sempre a utilização de recursos financeiros públicos é negligente” (UCML)</p> <p>4.1.10 “A sua praia, o seu microclima, o seu ambiente despoluído e os seus valores naturais e paisagísticos vão continuar a determinar a motivação principal da procura e a localização das actividades económicas que aí se instalem” (UCML)</p>
	4.2 Condicio- nantes	<p>4.2.1 “Plano orienta, apenas, o preenchimento das poucas áreas intersticiais” (AJF)</p> <p>4.2.2 “Toda a realidade económica foi alterada recentemente e com ela mudou o paradigma do turismo de sempre, mais camas, em que assentou todo o percurso anterior do desenvolvimento” (APU)</p> <p>4.2.3 “Dado o tempo transcorrido desde o diagnóstico até ao presente o PU corre riscos de estar desactualizado nas soluções e propostas” (APU)</p> <p>4.2.4 “70% das habitações existentes no perímetro da (Vila da) Luz estão vazias quase todo o ano, o que quer dizer que o modelo de crescimento e de expansão seguido nas últimas décadas está esgotado” (UCML)</p>
	4.3 Priorida- des / Futuro	<p>4.3.1 “Não sofrerá grandes modificações no futuro próximo” (AJF)</p> <p>4.3.2 “Dois outros aglomerados de menor expressão (Almádena e Espiche)” (AJF)</p> <p>4.3.3 “Vasta área rural de reduzida ocupação que constituirão o complemento à Vila” (AJF)</p> <p>4.3.4 “Novo enquadramento e mais diversidade e mais leveza e atenção, com menos construção e com reformulação do que já foi construído” (APU)</p> <p>4.3.5 “Explorar as actividades em rede e não dependentes da praia que é um bem não elástico” (APU)</p> <p>4.3.6 “Delimitação de um parque urbano com as condições naturais do talvegue da ribeira” (APU)</p> <p>4.3.7 “ Um percurso seguro de costa até Burgau” (APU)</p> <p>4.3.8 “O conceito de acessibilidade hoje é uma obrigação legal com consequências na requalificação do espaço público e não apenas na utilização da praia” (APU)</p> <p>4.3.9 “Nova ruralidade no sentido da complementaridade entre vida de cidade e valores da natureza” (APU)</p> <p>4.3.10 “Valorização das actividades turísticas com uma componente de produção agrícola ou de lazer de natureza são cada vez mais expressivas como alternativa de baixa densidade e a evolução positiva deste segmento mantém-se alheio às variações do turismo clássico, embora a expressão de negócio seja menor globalmente, a influência positiva no território é da maior importância” (APU)</p> <p>4.3.11 “Muito trabalho há ainda a fazer para defender e valorizar outro património existente, como é o caso do balneário romano ou da própria Fortaleza” (UCML)</p> <p>4.3.12 “Garantia da preservação paisagística do vale de Valverde e do miradouro da Luz livre de construção (autênticas preciosidades no contexto em que se localizam) seria algo que poderia marcar definitivamente um virar de página sobre o modo como os poderes locais têm olhado para aquela povoação” (UCML)</p> <p>4.3.13 “Uma vila que dispensa maior densificação de ocupação e que está muito</p>

		<p>carente de espaços livres, de contemplação, de desafio, que propiciem vistas sobre o mar e sobre o campo à comunidade” (UCML)</p> <p>4.3.14 “O caminho agora é o de, por via das acessibilidades, estreitar a relação funcional e interdependente com a cidade de Lagos e, por outro lado, consolidar, requalificar, reabilitar alguns empreendimentos e conjuntos habitacionais, e até reconverter alguns em função de tendências particulares do mercado e da procura” (UCML)</p> <p>4.3.15 “Penso que o Plano de Urbanização em curso, também ele incredivelmente em elaboração há dez anos, apesar de não ser garantia de que os problemas se resolvem só por ele, devia ser muito claro no sentido de inverter radicalmente a lógica vigente e apontar esses mesmos caminhos” (UCML)</p> <p>4.3.16 “Cuidar das zonas verdes existentes e da limpeza urbana, melhorar as acessibilidades através da construção do troço nascente da via variante à Vila, requalificar a estrada que liga Lagos à Luz, via Valverde, bem como, aumentar a oferta de estacionamento público” (UCML)</p> <p>4.3.17 “Requalificação de toda a frente marítima entre a Luz e Burgau, com o objectivo de criação de mais e melhores condições para a fruição pública e turística da costa, designadamente, com passeio pedonal e ciclovia, dando continuidade ao passeio público existente a partir da ponta da Fortaleza, a reactivação do ancoradouro para embarcações na zona da Calheta e parque de merendas, e ainda a criação de um parque verde e temático no terreno vulgarmente designado de Miradouro da Luz” (UCML)</p> <p>4.3.18 “Independentemente da conjuntura de crise que vivemos, acredito que a próxima década pode ser um período de afirmação do valor da Luz enquanto destino turístico” (UCML)</p> <p>4.3.19 “É bom que os poderes públicos autárquicos entendam que têm um importante papel a cumprir na prossecução e estabilização de políticas de médio/longo prazo” (UCML)</p>
--	--	--

Figura AC - Análise de conteúdo das entrevistas realizadas

INQUÉRITO/ENQUIRE

Praia da Luz | Lagos
AlgarveUNIVERSIDADE
TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR
DE AGRONOMIA
Mestrado em
Arquitetura
Paisagista
MASTERS IN
LANDSCAPE
ARCHITECTURE

O presente inquérito surge no âmbito da realização de uma tese de Mestrado em Arquitetura Paisagista, no Instituto Superior de Agronomia – Universidade Técnica de Lisboa. O inquérito é de realização anónima e cada inquirido responderá apenas a um exemplar. Todos os dados recolhidos são confidenciais, sendo unicamente trabalhados e publicados no âmbito da realização da tese de Mestrado, subordinada ao tema “ESTUDO DA EVOLUÇÃO DE UMA PARCELA DO LITORAL ALGARVIO - Caso de Estudo: A Praia da Luz, Lagos”. The present investigation is carried out for the purpose of the completion of a Master's thesis in Landscape Architecture, at the Institute of Agronomy - Technical University of Lisbon. The survey is performed anonymously and each respondent will answer only one copy. All data collected is confidential and is only analyzed and published for the Master thesis purpose, entitled “STUDY OF THE EVOLUTION OF A PORTION OF THE ALGARVE COAST – Case Study: Praia da Luz, Lagos”.

Obrigada pelo tempo dispensado e pelo seu contributo. A sua opinião é fundamental para este estudo.
Thank you for spending your time and for your contribution. Your opinion is fundamental for this research.

1. PERFIL DO INQUIRIDO/RESPONDENT PROFILE	
1.1. Idade Age	_____ anos/years
1.2. Sexo Sex	Feminino/Female <input type="checkbox"/> Masculino/Male <input type="checkbox"/>
1.3. Qual a sua ligação à Praia da Luz? What connects you to Praia da Luz?	Residente/Resident <input type="checkbox"/> Trabalhador local/Local worker <input type="checkbox"/> Residente e trabalhador local/Resident and local worker <input type="checkbox"/> Turista ou visitante/Tourist or visitant <input type="checkbox"/> Outro/Other <input type="checkbox"/>
2. PRAIA DA LUZ: A VILA/ THE VILLAGE	
2.1. Há quanto tempo conhece esta zona? For how long do you know this area?	Há menos de 5 anos/ Less than 5 years <input type="checkbox"/> Entre 5 a 15 anos/ Between 5 and 15 years <input type="checkbox"/> Há mais de 15 anos/ More than 15 years <input type="checkbox"/>
2.2. O que mais valoriza na Praia da Luz? What do you most value in Praia da Luz?	
2.3. Como recorda a Praia da Luz de outros tempos? How do you remember Praia da Luz of the old times?	
2.4. Como caracteriza a Praia da Luz de hoje? How do you characterize Praia da Luz of today? Por favor classifique as opções que se seguem de acordo com a seguinte escala: [1] Muito Mau; [2] Mau; [3] Razoável; [4] Bom; [5] Muito Bom. Please rate the next options according to the following scale: [1] Very Bad; [2] Bad; [3] Reasonable; [4] Good; [5] Very Good	Ocupação do território (e.g., distribuição/equilíbrio entre zonas turísticas, rurais, serviços, habitação, etc.) /Occupation of territory (distribution/balance between turistic áreas, rural áreas, services, housing, etc.) <input type="checkbox"/> Oferta turística/Touristic offer <input type="checkbox"/> Qualidade de vida/Quality of life <input type="checkbox"/> Serviços de limpeza urbana/Urban sanitary services <input type="checkbox"/> Preservação do Património local/Local Heritage Preservation <input type="checkbox"/> Equipamentos e serviços (e.g., educação, saúde, etc.) / Equipments and services (e.g., education, health, etc.) <input type="checkbox"/> Espaços verdes/Green areas <input type="checkbox"/> Rede viária, acessibilidades e transportes/Road networks, accessibilities and transportation <input type="checkbox"/> Segurança/Security <input type="checkbox"/>
2.5. Quais considera terem sido as principais alterações ocorridas na Praia da Luz, com o passar dos anos? What, in your opinion, were the main changes in Praia da Luz over the last years?	
2.6. Que tipo de intervenções considera prioritárias para a Praia da Luz? What kind of interventions do you think should be a priority for Praia da Luz?	
2.7. Qual é, para si, o ex-líbris da Praia da Luz? Which is, in your opinion, the ex-libris of Praia da Luz?	

INQUIRIDO 1

- 1.1 28 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Residente/Resident
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 O facto de ser uma vila pequena, ter praia e costa de extrema beleza; ter residentes de todas as nacionalidades e estes se relacionarem com as "pessoas da terra", ou seja, apesar de ser uma pequena vila, como referi, não ter tanto aquele espírito de "coscuilhice" como têm outras vilas da mesma dimensão, acabando por ter um espírito mais aberto e descontraído.
- 2.3 Recordo-a de uma forma semelhante...mas sem tantas habitações, principalmente nas imediações (obviamente a zona para onde se poderia expandir) e principalmente com carros a passar junto à praia.
- 2.4 [3], [4], [5], [3], [3], [3], [2], [3], [4]
- 2.5 Como já referi, o aumento urbanístico, o facto de deixarem de circular carros junto à praia e no geral as alterações de trânsito, nomeadamente uma série de sentidos proibidos, o que faz com que para nos deslocarmos de um local para outro tenhamos que dar imensas voltas (no entanto, penso que não poderia ser de outra maneira visto o crescimento da região e o facto de hoje em dia todas as pessoas se deslocarem de carro).
- 2.6 Acho que principalmente arranjam um solução para o espaço abandonado e vedado junto à escola primária há anos!! Penso que pertença a alguma empresa particular, mas se a ideia é colocar outro prédio....vai ficar péssimo! Temos de ter em conta que o espaço tem de dois lados dois prédios enormes, para não dizer outra coisa....o que vai fazer com que infra-estruturas como a escola primária e o campo de futebol se "afundem". Acho que seria ideal um espaço verde naquele local! E a manutenção dos edifícios já existentes. Alguns parecem estar ao abandono, a necessitar de pintura e manutenção, o que faz com que a vila pareça mais suja.
- 2.7 Obviamente a praia, a rocha negra e toda a zona costeira de rochas. E a Igreja pela sua simplicidade, beleza e localização.

INQUIRIDO 2

- 1.1 28 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Turista ou visitante/Tourist or visitant
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 A área junto à Praia, o enquadramento da vila da Luz, a beleza natural.
- 2.3 Menos urbanizada, menos ocupada com construção.
- 2.4 [3], [4], [4], [4], [3], [4], [3], [3], [3]
- 2.5 Crescendo de construção, com alguma descaracterização da vila; renovação da zona junto à praia.
- 2.6 Conservação do património, muitas vezes deixado ao abandono e pouco cuidado (igreja, escola primária); mais espaços verdes (os existentes são poucos, ou não estão bem conservados e podiam ser criados novos espaços, devidamente pensados).
- 2.7 A praia, o talefe - o conjunto que forma toda a baía.

INQUIRIDO 3

- 1.1 22 anos
- 1.2 Masculino/Male
- 1.3 Residente/Resident
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 O desenvolvimento e evolução da mesma, que contribui para o aumento da afluência turística da vila bem como para Lagos. Valorizo também a tranquilidade da Praia da Luz, que por não ser muito povoada é ideal para passar férias e relaxar um pouco.
- 2.3 Recordo uma praia da Luz, com menos "betão", um "deserto" ideal para passar um bom dia de praia.
- 2.4 [4], [4], [4], [4], [3], [3], [3], [4], [4]
- 2.5 Ao nível da construção civil, moradias privadas e restauração.
- 2.6 Melhores acessos, algum policiamento.
- 2.7 A praia.

INQUIRIDO 4

- 1.1 64 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Turista ou visitante/Tourist or visitant
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 A vista panorâmica.
- 2.3 As características da aldeia piscatória.
- 2.4 [2], [3], [3],[3], [2], [3], [2], [4], [3]
- 2.5 Construção desordenada.
- 2.6 Criação de mais espaços para passeio e preservação do espaço público para observação do mar.
- 2.7 A fortaleza.

INQUIRIDO 5

- 1.1 25 anos
- 1.2 Masculino/Male
- 1.3 Turista ou visitante/Tourist or visitant
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 Paisagem.

- 2.3 Melhor que actualmente, mesmo que menos desenvolvida em termos imobiliários, mas muito mais bonita antigamente. Dava mais vontade visitar a Luz antigamente.
- 2.4 [2], [4], [3],[3], [3], [3], [2], [2], [2]
- 2.5 Grande crescimento em termos de construção de hotéis/resorts e mesmo moradias particulares.
- 2.6 Melhores vias e acessibilidades, um plano urbanístico que preserve a beleza natural da Vila.
- 2.7 Falésia.

INQUIRIDO 6

- 1.1 58 anos
- 1.2 Masculino/Male
- 1.3 Outro/Other
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 Valorizo aquilo que menos tem: acessos livres à praia. Está tudo condicionado por muros, paredes e outros investimentos que não têm qualquer significado. Isso restringe o livre acesso de qualquer cidadão à orla marítima, neste caso à praia.
- 2.3 A pergunta é pertinente. Eu recordo a Praia da Luz nos anos 1960. Ainda existem fotos. Quanto a mim, destruiu-se a beleza Real da P. da Luz. Em troca temos uma beleza Virtual.
- 2.4 [1], [4], [3], [4], [2], [3], [2], [1], [1]
- 2.5 Demasiada construção na Zona central e Marítima.
- 2.6 Intervir no acesso a partir das 4 Estradas de forma a que a circulação se possa fazer com mais segurança. Proibir mais construções nas zonas de praia, corrigir os arruamentos em termos de pavimento e circulação: com placas de identificação ou direcção precisas. É para isso que a Câmara paga a Engenheiros. Não é para termos salada russa de sinalização para oferecer a quem nos visita.
- 2.7 São: a Praia e a Fortaleza.

INQUIRIDO 7

- 1.1 46 anos
- 1.2 Masculino/Male
- 1.3 Outro/Other
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 Hoje, nada.
- 2.3 Era uma aldeia piscatória, onde todos se conheciam, com laços de solidariedade e de familiaridade fortes. A praia era bonita e não havia a pressão urbanística que hoje se verifica.
- 2.4 [1], [4], [2], [2], [1], [4], [1], [3], [2]
- 2.5 A pressão (caos) urbanística e a perda de laços sociais.
- 2.6 Um maremoto que destrua o betão.
- 2.7 A Igreja e as Ruínas Romanas.

INQUIRIDO 8

- 1.1 30 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Residente/Resident
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 Valorizo o facto de ser pacato, de ainda haver contacto com a natureza.
- 2.3 Recordo a Praia da Luz com menos casas, mas o espírito da vila mantém-se. Ou seja, um local onde quase todos se conhecem e onde ainda se preserva um pouco da natureza.
- 2.4 [3], [4], [4], [3], [3], [3], [3], [3], [4]
- 2.5 As principais alterações foram a criação de mais oferta turística e a criação de mais espaços de lazer.
- 2.6 Intervenção prioritária deveria ser a preservação e criação de mais espaços verdes e a limpeza (refiro-me a dejectos de animais - a população deveria ser mais sensibilizada para este aspecto).
- 2.7 O ex-líbris da Praia da Luz é sem dúvida a praia e o acolhimento por parte da população local.

INQUIRIDO 9

- 1.1 25 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Turista ou visitante/Tourist or visitant
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 A praia é bonita de água límpida. É uma zona de turismo significativo e uma vila pitoresca e agradável.
- 2.3 Não tenho muitas recordações da Praia da Luz no passado, uma vez que era mais um local de passagem para mim.
- 2.4 [4], [4], [4], [4], [4], [3], [3], [2], [3]
- 2.5 Uma vez que não frequentei muito a vila não posso avaliar as mudanças que nela terão ocorrido.
- 2.6 Reforçar a rede de transportes que é escassa e apostar mais em empreendimentos culturais e de lazer para dar resposta às exigências crescentes dos turistas.
- 2.7 A praia, que, inclusive, dá nome à vila.

INQUIRIDO 10

- 1.1 23 anos
- 1.2 Masculino/Male
- 1.3 Residente/Resident
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 Praia, bom ambiente, sítio turístico, calmo, tranquilo, pessoas simpáticas e muitas outras coisas.

- 2.3 Muito boa também, continua igual apenas com mais construção e sem o antigo cinema.
- 2.4 [4], [3], [5], [4], [4], [3], [2], [3], [5]
- 2.5 Construção civil.
- 2.6 O impedimento da construção de um hotel no miradouro da luz.
- 2.7 Estar junto ao mar.

INQUIRIDO 11

- 1.1 49 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Outro/Other
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 A falésia à esquerda; a costa; a praia, passando a casa de pedra senhorial (um restaurante, era), a seguir a prainha da maré vazia, e andando as pedras, que não se chama assim... andava-se e nunca tinha fim. Sei que querem construir no cimo dessa falésia e sou completamente contra!!!!!!
- 2.3 Infância: pequena vila piscatória; casas térreas 2 and.); havia já casas de "famílias de bem" e de fora para férias/alugar. Vivi lá e depois disso havia muita festa, toda a gente se conhecia.
Adolescência (1968-1973): mais turística; alguns prédios; começaram a nascer as vivendas de periferia; continuava ser uma aldeia, mas muito menos familiar...
P.S.: É maior a vila que a aldeia? Mas a Praia da Luz era uma vila, pelo menos em ing.!!! Aos 16 anos o meu 1º trabalho foi no parque de campismo "valverde", muita gente estrangeira.
1979-1981: depois a altura que só lá existia cinema. De inverno era um deserto!
Entre 1994-1998 ia lá de passagem de 15 em 15 dias e achava uma "mini Albufeira", descaracterizada. Negócio de turismo em força.
Sem ir lá há alguns anos (6/7), seguindo o caso Maddie na televisão, com imagens!
- 2.4 [1], [2], [1],[2], [1], [2], [1], [2], [1]
- 2.5 Como em todo o Algarve, não ter existido um programa, daqueles todos, que os governos para proveito de interesses partidários (familiar e amigos dos amigos), deram cabo dum turismo que podia ser muito mais rentável, sem ser o turismo em massa....nem para os mais ricos algo, pensado, sem estragar toda a envolvência do que a nossa vista alcança... muito menos dentro do núcleo e beira -mar da Praia da Luz.
- 2.6 Essa não estou em condições de responder!!!! Mandar abaixo tudo que foi construído sem seguir o plano obrigatório. Que tem outro nome mas que não me recordo. Acho muito bem o que se tem feito na costa vicentina. Tirando o que se fez com cunhas e pago, aos nossos governantes, como suborno. Acho que Portugal perdeu e pior o povo português perdeu muito com os planos directores municipais...P.S.: Veja o caso da Tunísia.
- 2.7 Na minha visão? Ou dos turistas? Minha – proibido mexer mais até que a força da natureza faça o seu trabalho! Turistas – mar azul, sol a brilhar, a praia tão perto, muito menor que outras, cidades ao sul plantadas, a simpatia do português, que se está a perder sem nunca ser rebaixado, faltou-me a palavra cara. E ate há pouco tempo os nossos preços....com o IVA a 23%, acabou também. Somos um povo de brandos costumes e daí não à guerra, manifestações.. está a começar a ser preocupante os assaltos.

INQUIRIDO 12

- 1.1 25 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Turista ou visitante/Tourist or visitant
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 A zona à beira-mar, a rocha negra, o miradouro e a igreja.
- 2.3 Lembro-me que até há uns anos atrás era uma vila mais piscatória do que é hoje em dia, tendo uma boa quantidade de barcos de pescadores na praia. Tenho pena que tenham construído muitos prédios nos últimos anos, acho que a vila era mais bonita com as moradias típicas de um único piso. Lembro-me também dos bares de praia que existiam na areia, feitos em madeira e tão característicos.
- 2.4 [4], [4], [4], [4], [4], [3], [3], [3], [4]
- 2.5 Construção de prédios. Demolição dos bares em madeira com a posterior construção dos mesmos em cimento. Perda de turistas, sobretudo ingleses. Arranjo do espaço do miradouro.
- 2.6 Arranjo do terreno baldio junto à igreja.
- 2.7 A rocha negra, vista da praia.

INQUIRIDO 13

- 1.1 22 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Outro/Other
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 A praia, e o ambiente descontraído da vila.
- 2.3 Muito menos cuidada.
- 2.4 [3], [4], [4],[4], [4], [3], [3], [3], [4]
- 2.5 O melhoramento nos acessos às zonas comerciais.
- 2.6 No verão o estacionamento torna-se pouco. Era interessante a criação de mais espaços verdes e de lazer.
- 2.7 A praia.

INQUIRIDO 14

- 1.1 23 anos
- 1.2 Feminino/Female

- 1.3 Outro/Other
- 2.1 Entre 5 a 15 anos/ Between 5 and 15 years
- 2.2 A vista que se obtém junto à praia.
- 2.3 Tinha um aspecto mais antigo e pouco conservado.
- 2.4 [4], [4], [4], [3], [4], [3], [4], [4], [4]
- 2.5 Neste momento, a vila está mais renovada e moderna, como podemos verificar pelas calçadas que foram colocadas na estrada dentro da vila há uns anos atrás.
- 2.6 Não considero que existam neste momento.
- 2.7 Não tenho opinião realmente formada relativamente a este assunto.

INQUIRIDO 15

- 1.1 41 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Trabalhador local/Local worker
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 Uma praia lindíssima.
- 2.3 Uma simples aldeia de pescadores.
- 2.4 [2], [3], [2], [2], [2], [3], [3], [1], [2]
- 2.5 O aumento da construção de prédios.
- 2.6 Um melhor serviço de estacionamento.
- 2.7 A praia.

INQUIRIDO 16

- 1.1 56 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Outro/Other
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 The fact that it has maintained a small village atmosphere. It's beautiful beach, the black rock, and being able to enjoy it all year round.
- 2.3 More typical of a small fishing village. The town has become much more commercialized and internationalized. It lost some of its Portuguese feeling.
- 2.4 [2], [3], [4], [3], [1], [3], [1], [4], [5]
- 2.5 Destruction of green areas in favor of building developments that failed to be eco-sensitive.
- 2.6 Re-look at the preservation and protection of green areas and focus on the protection of the marine life and eco-systems.
- 2.7 Re-position Praia da Luz as a fishing village while maintaining the traditions embedded in the Portuguese culture.

INQUIRIDO 17

- 1.1 23 anos
- 1.2 Masculino/Male
- 1.3 Outro/Other
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 A praia e a Prainha.
- 2.3 Pequena e isolada.
- 2.4 [3], [4], [4], [3], [4], [3], [3], [2], [5]
- 2.5 O aumento da povoação e do turismo em geral.
- 2.6 Melhores acessos à praia, para quem vem de carro.
- 2.7 A praia e a rocha negra.

INQUIRIDO 18

- 1.1 23 anos
- 1.2 Masculino/Male
- 1.3 Residente/Resident
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 O clima e a relação da vila como zona de residência e de turismo.
- 2.3 Recordo-me dos fantásticos espaços verdes que existiam pela vila que agora são blocos de cimento completamente imparciais com a envolvente.
- 2.4 [1], [4], [5], [4], [1], [2], [1], [3], [5]
- 2.5 O facto de se ter transformado numa 'colónia de ingleses', é muito interessante. A nível de alterações, não vejo alterações que se possam sublinhar, é apenas uma transformação.
- 2.6 É fundamental criar espaços públicos para a população e especialmente para os turistas. Os turistas não podem apenas viver as suas férias em condomínios, também precisam de interagir com a vida da vila, creio que a valorização dos espaços públicos vai reforçar essa interacção que pode, eventualmente, ser muito interessante. Temos uma mistura muito interessante entre pessoas da terra - pescadores, agricultores, trabalhadores genuínos - com turistas, creio que esta mistura pode despoletar uma série de interações super interessantes entre estas diferentes maneiras de abordar o mundo.
- 2.7 A Praia da Luz é só por si só o ex-libris. Como já referi, aprecio a variedade de culturas que passam pelas ruas da vila. Culturas pobres mas diferentes. Depois, o seu clima e espectaculares paisagens e praias. A relação da praia com a vila é muito *sui generis*. A presença da rocha negra e do 'talefe' são extraordinários e dão uma imagem de marca única! Aconselho uma vista de olhos pelo site www.praiadaluz.pt.vu

INQUIRIDO 19

- 1.1 54 anos
- 1.2 Masculino/Male
- 1.3 Turista ou visitante/Tourist or visitant
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 Ser cosmopolita. A diversidade de residentes e visitantes de várias nacionalidades é um património social inestimável. A praia, a actividade turística, piscatória, entretenimento e segurança são a chave de sucesso turístico com óptimas relações humanas.
- 2.3 Terra de pescadores na sua faina diária, a chegada pela manhã dos barcos à praia e a que se seguia o "mata bicho" nas tabernas próximas com as conversas involvidáveis entre pescadores. Também a cultura agrícola e campos repletos de figueiras, amendoeiras e alfarrobeiras. Pouca densidade habitacional.
- 2.4 [4], [4], [4], [4], [4], [4], [3], [4], [4]
- 2.5 Aumento da densidade populacional. Melhoramento das infra-estruturas e das condições de vida. As diferentes actividades de negócio possibilitaram a fixação dos jovens e permitiram o investimento estrangeiro. Hoje a Praia da Luz é um destino turístico e de bem estar irrecusável.
- 2.6 Espaços verdes integrados na paisagem constituiriam um aumento real da sua qualidade ambiental, constituindo por si, um valor inquestionável ao nível do seu enquadramento arquitectónico e paisagístico.
- 2.7 A sua praia doirada, que convida à reflexão. Linda!

INQUIRIDO 20

- 1.1 28 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Residente/Resident
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 Acho que o facto de ser uma vila pequena, sossegada, onde não há criminalidade, o povo todo se conhece, é amigável e para não falar na praia, que é linda, a rocha negra, que já foi um vulcão, enfim...tudo o que rodeia e faz com que a Praia da Luz seja um óptimo local tanto para morar como para trabalhar!
- 2.3 A Praia da Luz de outros tempos??? Não tinha nem metade do que construíram agora. Tínhamos os bairros, onde morava o povo; um ou dois supermercados; tínhamos uma mercearia; a nossa praça do peixe estava sempre cheia com bom peixinho, usufruíamos mais do comércio local; e depois tínhamos a típica aldeia de pesca, onde víamos os barcos na areia da praia, os pescadores a saírem do mar carregados de peixe ou sentados a fazer os cofres (para apanhar marisco) e as redes, alguns metidos nas "casinhas dos pescadores" como chamavam, outros sentados na areia.
- 2.4 [3], [4], [3], [3], [4], [2], [2], [3], [4]
- 2.5 Acho que foi o aumento de empreendimentos turísticos.
- 2.6 Um centro de saúde, renovação da escola e infantário.
- 2.7 A praia, é claro!!!!!!!

INQUIRIDO 21

- 1.1 25 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Residente/Resident
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 A calma e a beleza da praia.
- 2.3 Uma Praia da Luz mais rural e menos turística.
- 2.4 [3], [5], [4], [4], [4], [3], [3], [3], [4]
- 2.5 Mais zonas e serviços turísticos, mais serviços disponíveis nomeadamente estabelecimentos comerciais.
- 2.6 Mais espaços verdes de lazer que promovam o convívio, reestruturação e embelezamento do largo da igreja.
- 2.7 O largo da igreja.

INQUIRIDO 22

- 1.1 50 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Turista ou visitante/Tourist or visitant
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 O clima, a hospitalidade e o equilíbrio da oferta turística em que podemos descansar ou divertirmo-nos na noite luzense. A gastronomia é formidável. A praia é fantástica e fica perto de tudo.
- 2.3 Com muito menos movimento e pessoas. A vida rural e a actividade das pescas reflectiam o modo de vida de então. O concerto das redes por parte dos pescadores assim como os barcos na praia eram convite à curiosidade dos turistas.
- 2.4 [4], [4], [4], [4], [4], [4], [2], [4], [4]
- 2.5 Desenvolvimento a todos os níveis, com implicação no tecido empresarial que melhorou substancialmente. O número de empregos aumentou com benefício para a população residente e empresários de um modo geral.
- 2.6 Talvez um parque temático assim como zonas de passeio e descanso. Penso que deveriam pensar em desenvolver mais zonas verdes e ecológicas.
- 2.7 Definitivamente a praia e a simpatia das suas gentes.

INQUIRIDO 23

- 1.1 46 anos
- 1.2 Masculino/Male
- 1.3 Residente/Resident
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years

- 2.2 Tudo! As pessoas, o clima, a tranquilidade e o bulício. A pesca, o peixe fresco, a noite, etc.
- 2.3 Com menos oportunidades, mas mais romântica. Eram tempos diferentes e mais difíceis.
- 2.4 [4], [4], [5], [5], [4], [5], [3], [4], [5]
- 2.5 Melhorou a vida das pessoas e está mais moderna. Penso que é um destino turístico que não se esquece e os residentes sentem-se orgulhosos da sua terra.
- 2.6 Talvez uma infra-estrutura relacionada com o apoio aos idosos.
- 2.7 A praia e a alegria contagiante das pessoas.

INQUIRIDO 24

- 1.1 18 anos
- 1.2 Masculino/Male
- 1.3 Turista ou visitante/Tourist or visitant
- 2.1 Há menos de 5 anos/ Less than 5 years
- 2.2 A praia, os bares, a noite e depois dormir até às duas da tarde.
- 2.3 Não conheci, mas dizem-me que sempre foi muito bonita.
- 2.4 [5], [4], [5], [5], [5], [5], [4], [5], [5]
- 2.5 Penso que todos os anos está melhor. Até melhorei o meu inglês em que era fraco. Se pudesse vinha todos os anos e em diferentes estações.
- 2.6 Mais oferta de música e penso que podiam existir cursos de navegação e sobre a arte de pescar. São as terras do Infante e dos Descobrimentos, ou não?
- 2.7 As pessoas que nela habitam.

INQUIRIDO 25

- 1.1 73 anos
- 1.2 Masculino/Male
- 1.3 Residente/Resident
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 A capacidade de se desenvolver desde os tempos de miséria aos de hoje. Constitui uma vitória das pessoas e dos autarcas.
- 2.3 Recordo a minha infância e adolescência com muito carinho. Era uma vida dura, de privações mas incrivelmente feliz.
- 2.4 [4], [4], [5], [5], [4], [5], [2], [5], [4]
- 2.5 Melhorou nas infra-estruturas e nas comunicações. As pessoas vivem melhor e sem tantas preocupações em criar os filhos.
- 2.6 Gostava que houvesse mais verde. Lembro-me dos campos e agora só vejo cimento. Fala-se tanto do ambiente, penso que faz muita falta das crianças aos velhos.
- 2.7 As pessoas e a sua ligação com o mar.

INQUIRIDO 26

- 1.1 25 anos
- 1.2 Masculino/Male
- 1.3 Residente/Resident
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 A dinâmica, o movimento, nada pára. Os contactos entre as pessoas residentes e os turistas internos e externos.
- 2.3 Outra vida. Os meus pais eram pescadores e a vida era mais contida e com poucas oportunidades.
- 2.4 [4], [4], [4], [4], [4], [4], [4], [4], [4]
- 2.5 Tudo melhorou. O comércio, a restauração, os aldeamentos turísticos, a escola, o emprego, saúde, transportes, etc.
- 2.6 Talvez mais apoio social aos carenciados e velhos.
- 2.7 A praia. Quando fechamos os olhos visualizamos a praia.

INQUIRIDO 27

- 1.1 23 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Outro/Other
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 A praia em si e o miradouro.
- 2.3 Pouco me recordo, pois era muito nova na altura.
- 2.4 [4], [5], [5], [4], [4], [3], [3], [3], [3]
- 2.5 Terem encerrado a via perto da praia, antigamente era estrada, agora é passeio.
- 2.6 Mais estacionamento.
- 2.7 Não me ocorre nada...

INQUIRIDO 28

- 1.1 37 anos
- 1.2 Masculino/Male
- 1.3 Residente/Resident
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 As pessoas, através das várias gerações, o seu carisma único e a praia.
- 2.3 Na minha opinião muito pessoal, sempre igual a si mesma e em proporção a cada época.
- 2.4 [3], [4], [4], [3], [2], [3], [2], [3], [4]
- 2.5 A renovação do esquema de trânsito, embora pessoalmente não ache positivo.
- 2.6 Melhorar a vida nocturna.
- 2.7 A rocha negra.

INQUIRIDO 29

- 1.1 50 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Residente/Resident
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 Vila piscatória, muito calma, bonita, tipicamente algarvia, ideal para férias, boa para quem aqui vive. Muito habitada por estrangeiros residentes e turistas que passam cá metade do ano e praticamente já fazem parte da vila.
- 2.3 Recordo uma Praia da Luz pequenina, ainda sem infra-estruturas, sem grande oferta turística mas já muito procurada pela sua beleza e praia.
- 2.4 [4], [4], [5], [4], [4], [3], [3], [4], [4]
- 2.5 Em termos de construção desenvolveu muito, talvez excessivamente, tornando-se muito urbana, mas ainda se vive bem na Praia da Luz, até porque tem um ambiente calmo e uma praia agradável que espero que saibam preservar.
- 2.6 Espero que não deixem construir nada no miradouro e que criem espaços verdes e que saibam preservar os que existem.
- 2.7 A praia em si e a arquitetura local mais antiga, as casas tipicamente algarvias.

INQUIRIDO 30

- 1.1 33 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Trabalhador local/Local worker
- 2.1 Há menos de 5 anos/ Less than 5 years
- 2.2 A pacatez.
- 2.3 Conheço desde criança, apesar de só agora ter vindo para cá trabalhar. Era um local com menos construção, com menos turismo, menos mediatismo, mais povoado somente pelas gentes locais e suas vidas quotidianas.
- 2.4 [3], [4], [5], [4], [4], [4], [4], [4], [4]
- 2.5 Mais turismo, mais construção.
- 2.6 As estradas de acesso e arranjam o miradouro.
- 2.7 A praia, sem dúvida.

INQUIRIDO 31

- 1.1 37 anos
- 1.2 Masculino/Male
- 1.3 Residente/Resident
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 A beleza deste lugar.
- 2.3 Como um lugar mais calmo, mais discreto e menos exposto.
- 2.4 [3], [3], [4], [4], [3], [3], [3], [3], [3]
- 2.5 Muita construção desordenada, sobreposta, ao serviço do turismo.
- 2.6 Preservar o património riquíssimo existente, tendo mais cuidado com a preservação do mesmo e das tradições e actividades de outrora.
- 2.7 A zona do talefe e da baía.

INQUIRIDO 32

- 1.1 25 anos
- 1.2 Feminino/Female
- 1.3 Residente e trabalhador local/Resident and local worker
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 Viver e trabalhar na Luz é único porque é calmo, tem bom ambiente, tem segurança.
- 2.3 Era mais vazio, com menos gente e movimento.
- 2.4 [3], [4], [4], [4], [4], [3], [4], [3], [4]
- 2.5 Mais construção, mais comércio, mais turismo, o que é ótimo para quem trabalha e vive desta área.
- 2.6 Os acessos, como quem vem de Lagos, deviam ser melhorados. A escola primária também podia ser arranjada.
- 2.7 A praia.

INQUIRIDO 33

- 1.1 19 anos
- 1.2 Masculino/Male
- 1.3 Residente/Resident
- 2.1 Há mais de 15 anos/ More than 15 years
- 2.2 Praia, a rocha negra, as ondas no inverno, a pesca e scuba diving no verão.
- 2.3 Menos turistas, menos estrangeiros residentes, era menos turístico e mais pacato.
- 2.4 [3], [5], [4], [4], [4], [4], [3], [2], [3]
- 2.5 Muito desenvolvimento turístico, hotéis. Mas faz-se bom turismo, deixam as praias limpas, etc. e observa-se uma "invasão" de novos residentes estrangeiros, o que mostra que é um local apelativo.
- 2.6 Haver mais algum turismo rural ou que vise a natureza sem ser na praia, ou mesmo na praia. E alguns eventos apelativos no inverno.
- 2.7 A praia, a rocha negra e o turismo em massa no verão.